CORTEZ PINTO

O DESEMPREGO TECNOLÓGICO

G V

Separata da «Revista do Gabinete de Estudos Corporativos» — N.º 31
Ano VIII

JOÃO MANUEL CORTEZ PINTO

O DESEMPREGO TECNOLÓGICO E A CORPORAÇÃO

LISBOA — 1958

PALAVRAS PRÉVIAS

O estudo que agora se publica foi realizado no Instituto de Investigações Económicas e Sociais da Universidade Católica de Lovaina no ano de 1953.

Actualizaram-se aqui e ali alguns números estatísticos, cita-se numa ou noutra nota um caso mais recente, mas não se fez uma revisão geral do trabalho em vista dos novos estudos nesta matéria.

Foi precisamente depois de 1953 que começaram a proliferar os estudos sobre o problema das repercussões do progresso técnico no emprego, estudos reclamados pelo receio geral dos efeitos da automatização. A O.E.C.E. já promoveu mesmo uma conferência internacional sobre a automatização e as suas repercussões, conferência que se realizou em Paris em Abril de 1957, e onde se apresentaram valiosos estudos.

O problema, entretanto, entrou nas preocupações gerais e saiu do domínio dos sociólogos e economistas para descer às revistas de actualidades e se estender pelos jornais.

Nesta abundantíssima literatura acerca da automatização onde se contam magníficos estudos sobre os seus efeitos no emprego, encontramos numerosos dados, valiosos argumentos, mas não deparámos com motivos para rectificar posições, antes obtivemos a confirmação dos pontos de vista que adoptamos neste ensaio, antes reforçámos as nossas conclusões.

Por isso mesmo, porque consideramos que continuam válidas as nossas afirmações e porque o assunto está afastado das nossas preocupações actuais não fizemos uma revisão do texto, embora

reconheçamos que essa revisão o poderia melhorar com argumentos, enriquecer com exemplos e citações, aclarar com uma nova ordenação.

Entretanto, porque estamos actualmente a assistir ao desabrochar das nossas Corporações, às quais competirá o estudo e solução dos problemas económicos e sociais, e ao desenvolvimento dos Planos de Fomento que hão-de promover em ritmo mais apressado o progresso técnico, julgamos oportuna a publicação deste ensaio.

Porque este estudo foi realizado graças a uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, e à possibilidade que nos deu de a utilizarmos o então Ministro das Corporações Senhor Doutor José Soares da Fonseca, aqui reafirmamos a nossa gratidão.

Igualmente exprimimos os nossos agradecimentos ao Instituto de Investigações Económicas e Sociais da Universidade Católica de Lovaina pelas facilidades concedidas e aos Professores Urbain e Szabo do mesmo Instituto pelos ensinamentos e conselhos que lhes ficamos a dever.

Coimbra, Maio de 1958.

INTRODUÇÃO

Os Deuses não revelaram todas as coisas aos homens desde o princípio, mas procurando, estes encontram com o tempo o que é melhor.

XENOPHANES

1. É curioso começarmos por notar que tendo nascido com o advento da era técnica o receio dos economistas de que a máquina viesse a causar um desemprego crescente e definitivo, foi só durante a crise económica que se seguiu à primeira guerra mundial que surgiu a expressão «desemprego tecnológico», sinal da acuidade que o problema então apresentava. Com efeito, até à crise de 1929 o problema do desemprego tecnológico não se punha no aspecto prático e a sua discussão não ultrapassava os gabinetes dos estudiosos de economia, não excedia os domínios das previsões dos técnicos.

Surgida a crise, procurou-se a causa, e, numa compreensível tendência para concretizar responsabilidades (tendência que era excitada pela difusão de doutrinas anticapitalistas), o operário primeiro, o homem da rua depois, e até, muitas vezes, os que escrevem sobre economia, foram levados a assacar à máquina — projecção do capital na empresa — a crise de desemprego que então se verificava.

Uma melhoria económica nos anos anteriores à segunda grande guerra e a necessidade de reconstrução depois, foram fazendo perder o interesse pelo problema, agora de resto contro-

vertido pelas novas tendências de certos teóricos ou doutrinários.

Com a substituição do pessimismo oriental pelo optimismo americano, o homem da rua esqueceu os males que atribuía à máquina para esperar dela a riqueza para todos, a paz perpétua e a felicidade perfeita como a visiona toda a literatura fantasista desde a Carta do Atlântico até ao Plano Beveridge passando por Stuart Chase (1).

Entretanto, porque as preocupações gerais se voltam para a produtividade e esquecem o desemprego tecnológico, parece ser actualmente que o assunto merece melhor atenção e tem maior oportunidade.

Na realidade, estamos a atravessar uma fase em que se procura activar a produtividade em todos os sectores (e agora, ao contrário do que sucedeu entre as duas guerras, são os Estados que dão esse impulso e assumem essa responsabilidade) e por isso antes de nos comprometermos demasiadamente nesse caminho torna-se necessário estudar os efeitos do progresso sobre o emprego, de forma a evitar, se possível, o desemprego tecnológico, ou a remediá-lo, se não for possível evitá-lo.

Por outro lado, a existência de melhores estatísticas, de um maior período de observação, e finalmente a ausência de um clima de paixão, que tanto tem prejudicado essas questões, oferecem mais probabilidades de êxito ao estudo dos problemas do desemprego.

Antes, porém, de iniciarmos o estudo impõe-se aclarar os conceitos com que vamos lidar e assim começaremos por definir corporação e desemprego tecnológico.

Consideramos *Corporação*, para os efeitos deste estudo, a actividade organizada dotada de autoridade. (Englobamos assim neste conceito, além das corporações pròpriamente ditas, as associações livres desde que sejam dotadas de autoridade sobre o conjunto da actividade).

Quanto ao desemprego tecnológico, temos que considerar as

(1) Como exemplo desta profusíssima literatura da abundância, tão favorecida pelas necessidades de propaganda do tempo da guerra e do após-guerra, podem citar-se a Carta do Mundo e as considerações da conferência de Hot Springs.

três noções a que a evolução semântica da expressão foi dando lugar.

Em primeiro lugar o que chamaremos

Desemprego tecnológico «generali sensu»: O desemprego que se supõe derivar do progresso técnico como sua consequência necessária. Teria assim como caracteres ser crescente, geral e inevitável.

Em segundo lugar o que chamaremos

Desemprego tecnológico «strito sensu»: O desemprego verificado numa empresa pela substituição de vários operários por uma máquina que faz o seu serviço (2).

Em terceiro lugar o que chamaremos

Desemprego tecnológico «lato sensu»: O desemprego que se verifica numa actividade ou numa empresa em virtude da concorrência que lhe é movida pela introdução de progressos técnicos noutras actividades ou noutras empresas.

Esta ordem, que não é mais lógica, foi no entanto a ordem histórica dos diversos sentidos dados à expressão «desemprego tecnológico» e por isso a seguimos. Ela tem, todavia, uma explicação fácil — a da procura de um conceito que não fosse desmentido pela realidade.

2. E, antes de continuarmos, faremos um inventário das realidades correspondentes a estas definições.

Existe desemprego tecnológico «generali sensu»?

Qual o seu valor no desemprego geral?

Qual a sua marcha?

Só uma estatística, que não existe, de um grande número de países durante um longo período nos poderia elucidar devidamente.

(2) A este desemprego tecnológico se deve assimilar aquele, menos considerado, mais raro e menos visível, que deriva da introdução numa oficina de novos métodos de trabalho que permitam diminuir o número de trabalhadores para a mesma produção.

Os Estados Unidos da América, que têm boas estatísticas, não podem, por si só, servir de base a conclusões seguras porque têm sido um país de expansão tanto interna como externa. Assim, as conclusões que se apoiassem só nos números americanos e ignorassem os referentes aos países do mercado americano, não ofereceriam garantias de seriedade. Por isso nada nos parece poder concluir do facto de entre 1920 e 1927 a mão-de-obra ter aumentado 800.000 unidades na América, como nos parece que nada provam, nesta matéria, os números referentes à crise de 1929 (3).

A melhor visão de conjunto, infelizmente limitada no tempo, é a que podemos colher das estatísticas da O. E. C. E.

Trata-se aqui de um grupo de nações que constituem um mercado já sensìvelmente fechado para permitir, embora com as reservas que adiante assinalaremos, tirar algumas conclusões.

(Países membros da O. E. C. E.)

POPULAÇÃO EM MILHÕES; OS OUTROS NÚMEROS COM BASE NO ÍNDICE — 1950 = 100

	1948	1950	1952	1954	1956	Média anual dos aumentos
População (milhões)	267	273	277	282	286	
População	100	102,24	103,74	105,61	107,11	0,88
Produção de produtos agrícolas	100	117,64	125,87	134,10	(a)	5,68 (c)
Trabalhadores industriais...	100	105,24	109,60	113,97	120,66	2,58
Produção industrial	100	125,00	137,75	159,60	181,25	10,15
População activa	100	103,20	105,67	(b)		1,42 (d)
População activa (milhões)	123	127	139	(b)		
Pop. act. (% da pop. total)	46	46,6	46,9	(b)		

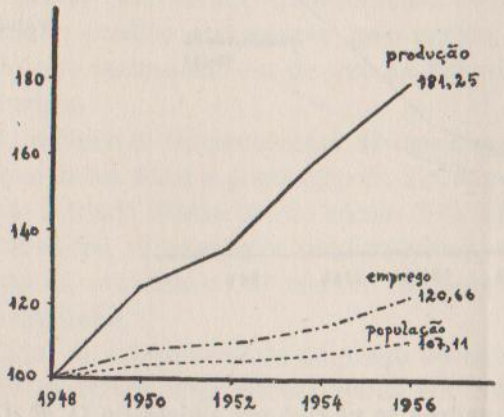
(a) Ainda não foi publicada.
(b) Deixou de ser publicada no Boletim Estatístico; entretanto a publicação da O. E. C. E. «L'Europe Aujourd'hui et en 1960», apresenta, para 1955, o número de 131 milhões, o que representa 46,12% da população total, e corresponde a 106,52 no índice 1948 = 100. Dado, porém, o pouco rigor destes números, mais baseados em estimativas que em censos, preferimos não os incluir na estatística supra.
(c) Referente ao período de 1948-1954.
(d) Referente ao período de 1948-1952.

(3) De 1900 a 1928 a força mecânica empregada nos E. U. A. aumentou de 70 milhões de cavalos para 1.026 milhões, isto é, na proporção de 1.366 %. Quase no mesmo período (de 1900 a 1930) o número de trabalhadores

Dado que nos falta a estatística da população empregada na agricultura, e considerando também que é aí que o problema se põe com menos acuidade, vejamos as conclusões que é possível tirar para a indústria. Cremos que o seguinte gráfico é suficientemente esclarecedor:

Comparação dos aumentos da população, do emprego na indústria e da produção industrial, nos países membros da O. E. C. E. entre 1948 e 1956

BASE: 1948 = 100



passou de 29 milhões para 48,8 milhões e a proporção de trabalhadores no conjunto da população de 38,2 % para 39,8 %.

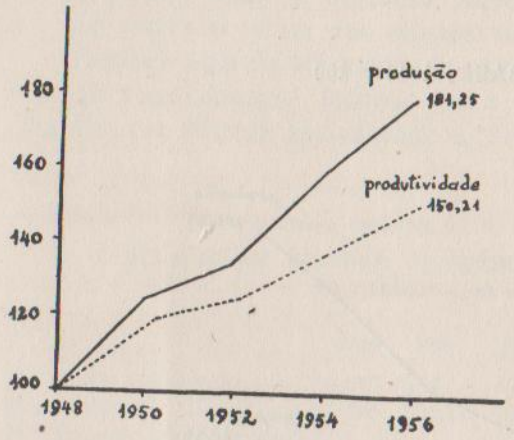
Note-se ainda que a remuneração do trabalho também subia notàvelmente (190,5 % de 1907 para 1927) enquanto o custo de vida apenas aumentava 46,3 %.

(Extraído de «Mentor Bouniatan — Dépressions, Progrès Technique, Dévaluation» — Paris, 1953, pág. 74).

Deste quadro é porém possível extrair o seguinte mais elucidativo:

Comparação dos aumentos da produtividade e da produção de produtos industriais nos países membros da O. E. C. E. nos anos de 1948 a 1956 (4)

BASE: 1948 = 100



Aumento da produção superior ao da produtividade em 31,04 %

Destes quadros se vê que nos países da O. E. C. E. entre 1948 e 1956 a produção cresceu sempre mais do que a produtividade, e se considerarmos a desproporção entre o aumento da produtividade e o aumento da produção poderíamos admitir, na esteira dos clássicos, que foi o aumento da própria produtividade que provocou o acréscimo da produção.

(4) Fazemos as contas à produtividade por trabalhador e não por hora-trabalho, sem interesse quando se observa um período tão curto, onde a média da duração do trabalho se manteve pràticamente inalterada.

Poderíamos admitir — não o ousamos como conclusão desta estatística.

Recordemos que ela se refere a um período relativamente curto, a um certo número de países e não a um mercado fechado, a países com problemas de reconstrução e assim com especiais necessidades de consumo (embora por outro lado com especiais dificuldades para as satisfazer), e que a perturbação que a estes países trouxe a perda dos mercados da Europa Oriental e do Extremo Oriente não é fácil de medir nos seus aspectos positivos e negativos.

Entretanto, como estes números vêm confirmar outros de estatísticas merecedoras de semelhantes restrições, e só encontramos em contrário os que se referem à crise económica de 1929, cremos poder dar-lhes algum crédito; o bastante, pelo menos, para robustecer a convicção que secundam — a de que as máquinas não são causa de desemprego.

E se com as máquinas há problemas de desemprego, lembremo-nos, porém, que antes delas a população da Europa se mantinha estacionária desde a Idade Média até ao século XIX (180 milhões) e depois delas aumentou ràpidamente (600 milhões), ou seja, que, depois do advento da era técnica, o número de empregos aumentou extraordinàriamente.

Por outro lado, as estatísticas do emprego no sector secundário da população mostram uma subida geral em relação com a população empregada, subida que só pára e se transforma em descida quando a população (mercê da riqueza que a produtividade lhe concedeu) começa a preferir os produtos do sector terciário — foi o caso da Inglaterra a partir de 1924 e dos E. U. A. a partir de 1920.

É verdade que há quem não se deixe vencer pela evidência destas realidades e pretenda chamar desemprego tecnológico ao que é constituído pelo número de desempregados existentes correspondente ao número de trabalhadores que poderiam estar colocados se as máquinas não fizessem o seu serviço. É manifesto o vício do raciocínio. Se as máquinas não existissem, os produtos eram mais caros, as vendas eram menores, menor seria a produção e

inferior o número de operários (5) (de resto era essa a situação antes do advento das máquinas e é a situação actual nos países subdesenvolvidos). — O que não é possível é tirar das máquinas a vantagem do aumento do consumo e querer que a produção para esse consumo seja efectuada sem intervenção das máquinas.

Pelo exposto, que se conforma com as conclusões teóricas a que mais adiante faremos referência, cremos poder afirmar que não existe desemprego tecnológico «generali sensu».

Foi exactamente por se ter reconhecido que o conceito de desemprego tecnológico não correspondia a uma realidade que se invocou então o malefício da introdução da máquina no caso concreto, imediato, que parecia inegável — o homem era directamente substituído pela máquina. É esse segundo conceito aquele a que chamamos desemprego tecnológico «stricto sensu».

Contudo, também esse desemprego tecnológico não constitui o problema que se supôs. Em Portugal o desemprego tecnológico «stricto sensu» é raríssimo. Poucas são as empresas que despedem pessoal porque o substituíram por máquinas. Em geral preferem ir adiando a mecanização, aliando razões de moralidade ao receio do risco que corre mais esse novo investimento de capital.

Nos Estados Unidos da América também o desemprego tecnológico «strito sensu» é raro e não constitui problema. Aí as razões provêm, sobretudo, do receio da força sindical (6).

Evidentemente que as empresas se vão mecanizando e assim necessitando de menos pessoal para a mesma produção, mas em geral a empresa que se mecaniza conta sempre com um aumento de vendas (vista a sua melhor posição na concorrência) de forma a manter o mesmo pessoal. É frequente numa empresa ver o trabalho manual ao lado do mecânico. O empresário vai mecanizando à medida que a produção cresce.

---

(5) É a aplicação do raciocínio dos clássicos, que, pelo menos nas suas linhas gerais, parece incontestável.

(6) V. Florence Peterson — «Survey of Economic Labor» — Nova Iorque, 1947, pág. 123.

Quando as empresas tardaram muito em mecanizar-se e assim já não podem contar com uma posição de superioridade na concorrência, vão, no entanto, passar à posição de igualdade, cessando a de inferioridade em que tinham caído. O que em geral sucede é que essas empresas tinham entrado em crise e reduzido o pessoal ao mínimo possível — esse mesmo mínimo que a máquina não pode dispensar.

O que é fora de dúvida podermos concluir é que este desemprego tecnológico também não constitui problema, se porventura se pode afirmar a sua existência, tão raros serão os casos em que se verifica. Em quinze anos de contacto directo com problemas de trabalho e desemprego só conhecemos um caso de desemprego tecnológico «strito sensu» e esse mesmo de limitadíssima gravidade.

Resta-nos o desemprego tecnológico «lato sensu».

Por desemprego tecnológico «lato sensu» entendemos o desemprego que se verifica numa actividade ou numa empresa em virtude da concorrência que lhe é movida pela introdução de progressos técnicos noutras actividades ou noutras empresas.

Este desemprego é evidente, a sua existência indiscutível, e faz-se notar sobretudo na indústria artesanal. Podem citar-se como casos clamorosos a invenção das anilinas por Adolf von Brauer. que condenou ao desemprego milhões de Indianos, a introdução da mecanização na China, que tem arruinado uma economia de artesãos, a adopção do fabrico mecânico de calçado que na América, em 30 anos, reduziu os operários do fabrico manual de 35.000 a 19.000 (enquanto o fabrico mecânico os aumentava de 60 para 203 mil).

Procuremos esclarecê-lo melhor.

Notaremos em primeiro lugar uma imperfeição no raciocínio que leva a imputar à técnica este desemprego. Na verdade, começa por considerar o problema no plano geral para depois se deslocar para o campo particular ao apreciar os seus efeitos. Verificado que no plano geral a técnica não diminui o número de trabalhadores da indústria, verificado que numa empresa a técnica também não provoca normalmente o despedimento, imaginou-se então este raciocínio que apetece chamar de salto de cavalo de xadrez, encarando o problema num campo para o ir apreciar noutro.

E merecerá o nome de desemprego tecnológico este desemprego?

Será ele uma consequência da máquina ou apenas resulta da diferença com que os homens adoptam o progresso e se adaptam a ele?

A técnica avança (avanço que não tem sido, em si, fonte de desemprego), segue a ordem natural da evolução e não pode ser responsabilizada pela falta de avanço da política social à qual cabe solucionar esses problemas.

Em vez de relacionarmos esse desemprego com o avanço técnico, mais exactos seríamos se o referíssemos ao atraso da política social. A máquina não causa desemprego, mas evidentemente que a sua adopção acarreta, juntamente com a resolução de problemas materiais, a resolução de problemas sociais. Se estes se negligenciam, não é à técnica que se deve imputar a falta, mas à política, tanto mais que, por força própria, o progresso técnico se encarrega de os resolver dentro em breve.

Poderíamos antes dizer que sem o progresso técnico o problema se agravaria muito mais, como sucede nos países onde o progresso é lento ([7]).

([7]) Só com uma observação superficial esse desemprego pode ser imputado à técnica.

Pode-se dizer que feita a observação e a restrição se pode continuar a chamar desemprego tecnológico a essa forma de desemprego, dado que a realidade que sob esse nome se oculta está desvendada? Cremos que não. O nome tem um poder sugestivo grande e o falar-se em desemprego tecnológico é sempre uma fonte de hostilidade ou, pelo menos, de reserva ao progresso, visto que ele sugere imediatamente um desemprego tecnológico em sentido geral (que é um mito) ou a sua transposição para o caso particular (que também não é problema).

A noção híbrida de um desemprego tecnológico «lato sensu» (geral nas causas, particular nos efeitos), desemprego que na realidade não é verdadeiro desemprego tecnológico, é que não se descortina fàcilmente sob a nomenclatura usual, que, por isso mesmo que é fonte de erros e erros perigosos, deve ser banida.

Entretanto... porque está consagrada e não pode este modesto estudo bani-la, como não agrava o mal repetindo-a, usaremos, por comodidade de expressão, esse eufemismo com que os homens encobrem as suas faltas para as lançarem às máquinas.

3. E assim cremos poder concluir que, na verdade, o progresso técnico não é causa de desemprego, como nunca o foi, embora a sua adopção acarrete problemas que, se não solucionados, podem dar origem a desemprego.

Mas se o progresso técnico não provoca por si desemprego geral e crescente, vimos, todavia, que só não provoca desemprego tecnológico nas empresas que o adoptam porque a isso se opõem razões de humanidade ou de força sindical.

Ora essas razões, moral e socialmente respeitáveis, não deixam por outro lado de ser um entrave ao progresso, já que a vantagem do barateamento dos encargos de mão-de-obra, que a máquina devia trazer, se não verifica plenamente. Assim, o progresso económico e o progresso social abrandam ([8]). Por isso, em geral, é só naqueles casos em que se prevê um aumento sensível do volume de vendas ou uma diminuição maciça de encargos que as empresas se mecanizam.

Mas os efeitos dessas restrições são ainda mais graves, porque elas vão muitas vezes agravar o mal que se pretende evitar.

([8]) H. Ford, in «O Progresso», refere um exemplo interessante: Porque em certa altura se convenceu de que se tornava necessário mudar completamente a sua fabricação, Ford desfez a maior fábrica de automóveis do mundo, e distribuiu as máquinas utilizáveis por outras fábricas e por uma construída de novo. «Isto não parece, de forma nenhuma, interessar os salários; mas, na verdade, influenciou-os. Todas estas mudanças permitiram-nos prestar um serviço mais perfeito ao público e pagar salários mais elevados, por consequência. Durante estas transformações, um certo número de operários que tinham trabalhado nas secções abandonadas perderam o trabalho momentâneamente. Outros foram obrigados a aceitar situações a que não estavam habituados e outros, ainda, não se chegaram a adaptar a outros empregos que as transformações tinham criado. Se nós tivéssemos agido segundo as concepções dos teóricos que julgam que o primeiro dever de um patrão é para os seus empregados e não para o público, não teríamos introduzido estas mudanças e o resultado teria sido que em vez de ter um maior número de empregos e salários mais altos, nós teríamos menos porque os nossos negócios seriam menos importantes. O nosso lucro seria mais fraco e os salários diminuiriam em vez de aumentar. Ninguém estaria em melhor situação, mas toda a gente perderia». — Ed. Payot, 1930, págs. 48-49.

Cerceadas pelas razões expostas as possibilidades de mecanização das empresas existentes, ficam as vantagens abertas às novas que, sem encargos de pessoal, vão constituir um quadro correspondente apenas às suas necessidades e assim fazer uma concorrência perigosa às empresas estabelecidas.

Se estas têm disponibilidades (e é o que frequentemente sucede nos E. U. A.), são elas mesmo que montam nova fábrica mecanizada noutra região, e enquanto esta prospera deixam decair aquela. É um expediente que nem todos podem usar e que nem sequer resolve cabalmente o problema.

Com efeito, o progresso é constante, embora com impulsos, e não é viável montar uma fábrica nova sempre que um novo progresso permite uma produção mais económica. Vai-se procurando sempre uma plataforma com sacrifício do preço, ou seja, em última análise, do consumidor.

Quando as velhas empresas não têm possibilidades de adoptar, por um lado, o progresso, e manterem, por outro, o pessoal, vão sofrendo a concorrência das novas e caminhando para a extinção, mais rápida ou mais lenta, conforme os casos e a sua resistência.

Por isso, considerando que o desemprego tecnológico como fenómeno geral não existe, e que vários motivos têm impedido a existência de um desemprego tecnológico «stricto sensu», cremos, todavia, que se torna necessário que este venha a existir e que se encontrem soluções para os problemas que a sua existência virá a pôr.

I

CLASSIFICAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE DESEMPREGO

4. Mais estudado o desemprego por economistas do que por juristas, aos problemas da sua classificação nunca foi dada, a nosso ver, a atenção a que têm jus.

E, no entanto, uma boa classificação é do maior valor para qualquer análise (9). Por isso nos parece tão útil tentar uma classificação dos diversos tipos de desemprego. Vejamos, porém, prèviamente a classificação do B. I. T. e a que entre nós foi efectuada pelo Dr. Águedo de Oliveira.

---

(9) Como nota o professor Luigi Raggi, de Génova, «non é transcurabile l'importanza d'un problema di classificazione, in quanto non solo la classificazione esprime le nozione sostenziali in forma breve e precisa ma aiuta a conoscere la somiglianza dell' obbietto studiato com altri obbietti analoghi o simili. La vera dificoltá consiste nel classificare bene, nello scegliere logicamente il criterio de differenziazione in modo che effettivamente obbietti uguali si trovino nella stessa categoria e che una categoria comprenda tutti gli obbietti che la appartengono». Alcuni Osservazioni Sulla Distinzione Delle Forme di Stato, in «Studi in Onore di Federico Cammeo», Padova, 1943, vol. II, pág. 313.

5. O B. I. T. distingue três categorias de desemprego:

1.º O que resulta da insuficiência da procura global;
2.º O que resulta da penúria de bens de equipamento ou de outros recursos complementares;
3.º O que resulta da falta de concordância entre a procura da mão-de-obra para certos empregos particulares e o número de trabalhadores ao mesmo tempo qualificados e disponíveis para exercer esses empregos ([10]).

Parece-nos, em primeiro lugar, que este n.º 3 está muito pouco claro e que não traduz bem a realidade a que se quer referir. Supomos que o caso que se quis contemplar foi o de desemprego de estrutura — que é preferível definir como a falta de concordância no espaço ou na especialização entre a oferta e a procura do trabalho. Tal como está definido pelo B. I. T. mais parece tratar-se de um desemprego transitório (discordância, no tempo, entre a oferta e a procura), mas não cremos que fosse essa a intenção do classificador.

Notemos ainda que os tipos de desemprego indicados com os números 1 e 3 são derivados da falta do consumo (geral no caso do n.º 1, consumo dos artigos que poderiam ser produzidos pelos desempregados do caso do n.º 3), enquanto o caso do n.º 2 não é de falta de consumo, mas de falta de meios de produção (de certo modo o contrário de um desemprego tecnológico).

Finalmente esta classificação não nos elucida sobre as responsabilidades dos diversos casos nem sobre a sua gravidade.

Como a classificação varia de autor para autor, consideremos a distinção que depois de morosa e reflectida revisão das classificações mais habituais, faz o Dr. Águedo de Oliveira:

Desemprego transitório;
Desemprego de fricção ou atrito de desocupação;
Desemprego «de funil» ou «de gargalo»;
Desemprego estacional;

([10]) «La Lutte contre le Chômage», Genebra, 1950.

Desemprego cíclico de elevada escala e desemprego maciço ou hiperdesemprego ([11]).

Não nos conformamos também com esta classificação que tem por base vários critérios e que assim não apresenta um conjunto sistemático.

Com efeito:

A classificação de desemprego transitório tem por base um critério de duração.

A classificação de desemprego de fricção, mais frequentemente chamado desemprego de estrutura, tem por base a posição do desempregado no mercado do trabalho.

Desemprego «de funil» tem por base um critério de causalidade.

Desemprego estacional (também chamado sazonal) tem por base do critério a época em que se manifesta.

Desemprego maciço tem por base um critério de quantidade: se se lhe chamar cíclico, está-se então a considerar a evolução do mercado.

([11]) In «Portugal Perante as Tendências da Economia Mundial», Lisboa, 1947, pág. 18. Seguidamente transcrevemos as definições dadas pelo A. aos diversos tipos de desemprego: *Desemprego transitório* (...) representa apenas a falta momentânea de tarefa, quando o trabalhador deixa um trabalho e busca outro.

Desemprego de fricção, ou melhor, *atrito de desocupação*. Dá-se quando o operário ou o trabalhador desempregado não são adaptáveis às novas tarefas e empregos que lhe são oferecidos.

Desemprego de funil, os Americanos dizem mais expressivamente, *de gargalo*. Aqui faltam as matérias-primas ou certos serviços indispensáveis que estrangulam a actividade de determinado sector económico.

Desemprego estacional — Todos sabem que certas actividades industriais, agrícolas e comerciais estão sujeitas a flutuações de ocupação derivadas do movimento natural das estações. Esta espécie não carece de exame demorado, tão patente à nossa vista na vida quotidiana.

Para além destes prismas ocasionais ou acidentais existe com carácter que parece irredutível e quase crónico o *desemprego* maciço, chamado arrevezadamente *hiperdesemprego*, o qual parece resistir às tentativas de adaptação, aos ajustamentos deliberados e às mudanças de mão-de-obra.

6. Preferimos, por isso, adoptar a seguinte classificação para o fim que temos em vista:

- Desemprego
  - Subjectivo (ou falso desemprego)
  - Invisível (ou oculto)
  - Objectivo
- Desemprego objectivo
  - Desemprego pròpriamente dito (o daqueles que perdem o emprego)
  - Inemprego (o daqueles que não chegam a consegui-lo) (12).

Quanto ao desemprego pròpriamente dito, podemos classificá-lo segundo as suas causas e segundo a posição do desempregado no mercado de trabalho.

- Desemprego (Classificação quanto às causas da falta de procura de trabalho)
  - Por causas imputáveis ao corpo profissional
    - Por causas imputáveis à empresa: desemprego tecnológico «stricto sensu».
    - Por causas imputáveis à indústria: desemprego tecnológico «lato sensu».
  - Por causas imputáveis ao mercado
    - Por causas imputáveis ao mercado especial da indústria: desemprego profissional (ou melhor, na profissão).
    - Por causas imputáveis ao mercado geral: desemprego geral.

(12) Esta distinção, que não é usual, parece-nos contudo basilar para o estudo dos aspectos sociológicos do chamado desemprego tecnológico.

- Desemprego (Classificação quanto à posição do desempregado perante o mercado de trabalho).
  - Transitório (13)
    - Há trabalho noutro tempo. (Falta temporária de procura de trabalho).
  - De fricção (13)
    - Há trabalho noutra actividade. (Falta de procura de trabalho na actividade, mas procura noutra actividade).
  - Geral
    - Não há trabalho. (Falta de procura de trabalho em todas as actividades).

(O desemprego sazonal é uma forma de desemprego transitório, como o desemprego «de funil» é geralmente uma forma do desemprego por causas imputáveis ao mercado de outra actividade, ou ao mercado de matérias-primas).

Evidentemente que esta classificação é feita a partir do ângulo de visão com interesse para o nosso estudo, e assim, distinguimos os que perdem o emprego dos que não o chegam a obter. Se o interesse prático não parece muito grande, a classificação tem no entanto a vantagem de esclarecer a responsabilidade da técnica, como veremos mais adiante.

7. Entre estas duas classificações é possível estabelecer as seguintes relações:

Desemprego tecnológico «stricto sensu» — Desemprego transitório.
Desemprego tecnológico «lato sensu» ..... } Desemprego de fricção
Desemprego por falta de mercado especial da indústria ..... } Desemprego de fricção
Desemprego por falta de mercado geral — Desemprego maciço.

(13) Note-se que os nomes dados aos tipos classificados têm o significado convencional que a seguir se indica. Assim, embora o desemprego de fricção seja, por natureza, transitório, reservamos esta designação para os casos em que o emprego se vem a reencontrar na mesma actividade.

Como veremos, o desemprego tecnológico «stricto sensu» tem tendência para ser seguido de um desemprego tecnológico «lato sensu» (naquelas empresas que não se adaptam a tempo) e por outro lado o seu carácter transitório pode-se ir perdendo, se a mecanização for sendo feita a um ritmo acelerado e se a proporção com que dispensa a mão-de-obra for muito grande. E assim teremos um desemprego de fricção.

Explicaremos ainda por que é que nestes casos falamos de desemprego de fricção. É que, supondo um mercado de consumo saneado, o desemprego é de fricção. Com efeito, desde que não se admita uma crise geral, a saturação da mão-de-obra nunca é total em todas as actividades, e ainda que o fosse num momento dado a breve trecho deixaria de o ser com o aumento da produção.

Esta a explicação por que julgamos mais exacto reduzir esses casos a desemprego de fricção do que a desemprego maciço. De resto, as estatísticas que atrás apresentámos e que nos mostram um aumento maior do número de pessoas ocupadas do que da população, vêm confirmar este ponto de vista.

Os diversos tipos do desemprego segundo as causas são fàcilmente identificáveis. Pode oferecer dúvidas, na prática, a distinção entre o desemprego tecnológico «lato sensu» e aquele que chamamos desemprego na profissão (já que a distinção entre este e um desemprego maciço não oferece dúvidas — o mercado fàcilmente nos elucida se a crise é de uma actividade ou se é geral).

Cremos que a forma preferível de os distinguirmos será basearmo-nos na relação entre o aumento da produtividade do trabalho e o do consumo. Se a produtividade se eleva mais do que a curva normal do consumo, estamos diante de um caso de desemprego tecnológico «lato sensu»; no caso contrário teremos um desemprego na profissão.

Supomos que o que poderá caracterizar «grosso modo» o desemprego tecnológico será a diferença: Proporção do aumento da produtividade em determinado período — proporção do aumento de consumo em períodos iguais anteriores.

Se a diferença é positiva temos desemprego tecnológico «lato sensu»; se é negativa temos desemprego na profissão, isto é, causado por uma perturbação do mercado especial da actividade.

Reconhecemos um ponto vulnerável, mas não somos capazes de o eliminar.

É que se parte do princípio de que o mercado continuará a manter essa mesma curva ascendente. Ora a curva do mercado não segue senão por hipótese a mesma trajectória, antes depende de vários factores, entre os quais alguns não são calculáveis «à iríamos cair então noutra arbitrariedade — a de tomarmos por utilidade marginal; mas não sabemos eliminar essa dificuldade (14).

Poderíamos, em vez de fazer o cálculo servindo-nos do volume da produção, utilizar o valor do «volume de negócio», o que teria o interesse de fazer incluir a elasticidade do produto. Contudo iríamos cair então noutra arbitrariedade — a de tomarmos por base uma elasticidade de produto igual a 1, e ainda, como a elasticidade não se manifesta imediatamente, poderíamos encontrar um gráfico perturbador, que só ganharia sentido quando considerássemos um largo período de anos, o que é, evidentemente, incompatível com as necessidades.

Uma média seria também uma arbitrariedade evidente.

Aproximar-nos-íamos talvez mais da verdade fazendo intervir no cálculo a variação da procura global no período a considerar e corrigindo o cálculo obtido com o poder de elasticidade que o produto tem demonstrado ter. Embora continue a existir uma parcela de arbitrariedade (a saber: que a procura do produto mantém a mesma relação com a curva da procura global e que o produto mantém para o futuro a mesma elasticidade que teve até ao presente) cremos que essa seria a maior aproximação da exactidão.

Entretanto, como adiante veremos, a distinção entre o desemprego tecnológico «lato sensu» e o desemprego na profissão não vai ter influência decisiva na prática, e, assim, não é sumamente importante uma falta de rigor na discriminação correcta entre as percentagens dos dois desempregos quando eles se sobrepõem.

---

(14) Sobre a dificuldade de enunciar regras para a elasticidade de um produto, v. Pigou — «The Economics of Welfare» — apêndice 2.º a pág. 780 da 3.ª edição. Mac Millan, Londres, 1929.

II

A POSIÇÃO DA CORPORAÇÃO E DO CORPO PROFISSIONAL PERANTE OS DIVERSOS TIPOS DE DESEMPREGO CLASSIFICADOS

8 — Classificadas, sob o ângulo de visão deste trabalho, as diversas formas de desemprego, vejamos a posição que o corpo profissional tem perante elas e as responsabilidades que se lhe podem assacar.

9 — A. *Desemprego tecnológico «stricto sensu»* — No caso que contemplamos sob a denominação de desemprego tecnológico «stricto sensu» o operário e a máquina estão individualizados. São os operários A, B, C, que são dispensados em virtude da máquina adquirida necessitar apenas do operário D para produzir a mesma quantidade de artigos. Aí a ligação entre o desemprego e a máquina é directa.

E aí, portanto, *a responsabilidade do corpo profissional é directa, evidente e concretiza-se na empresa que efectuou os despedimentos.*

É da observação constante que a uma diminuição do custo não se segue imediatamente uma diminuição proporcional do

preço de venda. Com efeito, a empresa, enquanto a concorrência a não força à descida correspondente à economia realizada, vai descendo o preço apenas até conseguir mercado para a totalidade da sua produção. Se a concorrência a não força a descer mais, aí se mantém, até novo aumento de produção a fazer procurar encontrar novo ponto de equilíbrio.

Este procedimento justifica-se pelo desejo legítimo de tentar amortizar as máquinas adquiridas antes que novo progresso técnico as torne inúteis. Daí para diante explica-se pela medida de prudência que leva as empresas a procurarem sempre aumentar as suas reservas de forma a garantirem-se contra as surpresas das crises.

Mas a indústria toda, e não só a empresa que se mecanizou, é beneficiada, pois essa empresa introduziu-a, ou comprometeu-a, na senda do progresso sem a qual a indústria não se pode manter no mesmo nível.

Com efeito, como veremos adiante, desde que a vida económica entrou numa fase dinâmica, o progresso técnico é mais do que uma vantagem, é uma necessidade; sem ele a indústria não só não se expande como se avizinha da crise, que não é mais do que uma alteração do ritmo normal.

Desde o fim do século XVIII que a indústria se comprometeu na via do progresso e da expansão, e é sempre com os olhos no futuro que surgem novas empresas e crescem as antigas; se esse ritmo de progresso e de expansão industrial se quebra, o crescimento, que pela velocidade adquirida se vai mantendo, depara com uma crise de mercado. A superprodução surge, não como consequência da produtividade, mas da rotina, porque se a indústria não progride não pode contar com o alargamento do mercado. Os gostos e preferências do consumidor progridem sempre e se o produto não os vai acompanhando e satisfazendo, o consumidor vai-se desinteressando e o mercado retrai-se.

Por isso, neste caso do desemprego tecnológico «stricto sensu», *o corpo profissional é beneficiado porque diminui o custo da sua produção e porque avança no sentido de melhorar — em qualidade ou em preço — os seus produtos; e é na empresa que se mecanizou que esse benefício se concretiza.*

O corpo profissional, e directamente a empresa, prospera porque diminui os encargos, e com a baixa de preço que pôde efectuar foi alargar o consumo e conquistar assim um aumento de mercado.

Como dissemos, a empresa que se mecaniza consegue normalmente um aumento da sua capacidade de produção, vantagem que procurará aproveitar ao máximo, o que a força à conquista de novos mercados, pela baixa do preço. Essa baixa obriga as outras empresas, para sobreviverem, a procurarem a forma de poder lutar contra a concorrência que lhes é movida. É sobretudo na mecanização que vão encontrar essa forma de aumentar a sua produtividade e assim se poderem lançar na luta da conquista de novos mercados. A indústria entra numa fase de expansão, tanto maior quanto maior for o aumento da sua produtividade (digamos, «grosso modo», tanto maior quanto maior for o número de operários dispensados para idêntica produção), tanto maior quanto menor for a possibilidade de saturação do mercado.

Esse aumento do mercado, se pelo seu mecanismo pode vir a liquidar as empresas marginais, o artesanato, as empresas de menor capacidade financeira, não deixa no conjunto de favorecer a expansão do corpo profissional, a sua melhoria económica e, escusado seria dizê-lo, favorecer a expansão das empresas que se mecanizam.

Por isso mesmo que a empresa conta com essa expansão ao adquirir as máquinas, a sua tendência é para, na medida do possível, aumentar a produção, e assim ao aumento de produtividade verificado fazer corresponder um aumento de produção. Isto é, a empresa procurará manter as despesas normais da sua produção, mas tirar delas melhor rendimento pela diminuição do custo unitário. Estes factores psicológicos — desejo de expansão, conformação com as despesas habituais — têm uma influência que não se pode desprezar nos casos da mecanização, e é essa talvez a principal razão do limitadíssimo número de desempregados tecnológicos «stricto sensu». Sobretudo nas empresas que primeiro se mecanizam e que esperam encontrar (na expansão à custa da concorrência) escoamento para o aumento da produção que, com a

mesma despesa, podem realizar, o desemprego tecnológico «stricto sensu» não é fenómeno que tenha relevância. O desempregado é absorvido pelo aumento imediato da produção na maioria dos casos, ou aguarda a aquisição de outra máquina onde empregará a sua actividade — e é do interesse económico da empresa manter este «desempregado invisível» que é, antes, um trabalhador em reserva e que vai, muitas vezes, fazendo a sua adaptação a novas condições de trabalho.

Além disso, notemos ainda que geralmente este desemprego tecnológico afecta apenas uma secção da empresa e que o aumento da produção a que nos referimos provoca, normalmente, o aumento das outras secções.

Por todos esses motivos, *o número dos trabalhadores afectados por esta forma de desemprego tecnológico é sempre pequeno* e não constitui nunca problema de difícil solução, já que, estando a indústria em período de expansão, *a absorção do desempregado é em geral possível a breve trecho* (15). *O desemprego é transitório*, nas primeiras mecanizações, mas à medida que as fábricas se vão mecanizando, vão lògicamente aumentando as dificuldades de colocação. Como, porém, os progressos técnicos não são simultâneos em todas as indústrias, esse desemprego será um desemprego de fricção, numa economia em expansão, como a portuguesa.

Entretanto, a generalização da causa deste desemprego tecnológico «stricto sensu» — a mecanização das empresas — vai, como resulta até do que ficou dito, provocar o que chamamos:

10 — B. *Desemprego tecnológico «lato sensu».*

Com efeito, as empresas marginais não poderão resistir à concorrência que a luta das que se mecanizam lhes faz, salvo se tiverem grandes possibilidades financeiras e espírito empreendedor. Ora esta hipótese é rara em empresas marginais, porque se

---

(15) Não estamos a considerar os casos da automatização, que não parece susceptível de atingir entre nós, a breve trecho, um desenvolvimento que possa criar graves problemas sociais. De resto, a experiência estrangeira ainda não é suficientemente longa para fornecer à observação dados que mereçam confiança bastante para o estudo dos problemas sociais que virão a surgir.

as duas condições se verificassem a empresa não seria, lògicamente, uma empresa marginal. Entre estas empresas situam-se geralmente as empresas artesanais.

Vão ser estas as primeiras vítimas das mecanizações das outras e a sua produção vai ceder o lugar, no mercado, às empresas mais modernas.

Contudo, ao contrário do que sucedia no caso que atrás vimos, *a ligação entre o operário desempregado e a máquina que o substituiu é indirecta, não se concretiza.*

Com efeito, não se pode (salvo em excepções raríssimas sem interesse geral) afirmar que foi a máquina X adquirida pela firma Y que motivou o desaparecimento da empresa Z, onde trabalhava o operário A. As empresas marginais começam a desaparecer quando a generalização da mecanização impõe ou intensifica a luta da concorrência. Impossível, evidentemente, individualizar responsabilidades, estabelecer o elo directo entre o desempregado e a máquina, concretizar a quem aproveita econòmicamente, e em que medida, o seu desemprego.

Entretanto, se não é individualizável a responsabilidade da máquina, nem por isso deixa de ser directa a responsabilidade do corpo profissional no desemprego verificado. Foi o movimento de progresso do ramo industrial que directamente arruinou essas empresas, embora, com a variedade e multiplicidade de aspectos e mutações da vida económica, essa responsabilidade não seja evidente. Na verdade, até a própria dispersão e pequenez das empresas geralmente afectadas, até a normal debilidade da sua vida económica, que as faz viver valetudinàriamente, oculta a realidade do fenómeno que a um observador superficial se pode apresentar como de conjuntura. Consideramos por isso que neste caso a *responsabilidade do corpo profissional que adoptou o progresso técnico é directa, mas já não é evidente.*

Este desemprego só começa a manifestar-se, como ficou dito, quando a mecanização da indústria atinge um volume considerável e, assim, as empresas que se mecanizaram procuram através da concorrência conseguir o escoamento da sua produção. Quando uma empresa se mecaniza e consegue por isso diminuir os custos, pode arrecadar a diferença entre esses custos e o preço da venda, e, dessa maneira, conseguir maiores lucros. Mas pode também

baixar o preço de venda para assim alargar o seu mercado de consumo e dessa forma expandir-se, aumentar a sua produção (e neste caso, uma diminuição do lucro unitário seria compensada por um aumento do lucro total). Como dissemos, a hipótese de manter o preço é a que se verifica nas primeiras mecanizações. O empresário procurará arrecadar a diferença entre o custo actual e o anterior para amortizar a máquina antes que novo progresso a torne antiquada, e baixará o preço apenas na medida em que isso lhe é necessário para assegurar o escoamento da sua produção. Se não necessita de o fazer não o faz.

Recomposta a empresa do abalo económico que representa a compra da máquina, o empresário tenderá para a expansão, para o aumento da produção e por isso irá baixando os preços na medida em que tal se torna imprescindível ao escoamento da sua capacidade de produção e até ao ponto em que a margem de lucro deixe de ter interesse industrial.

Porém, outros factores — sobretudo a concorrência das empresas que se vão mecanizando — introduzem frequentemente perturbações nesta evolução e assim a empresa vai baixar o preço de venda mesmo antes de refeita do abalo económico que a sua modernização provocou ([16]).

As empresas que se mecanizam posteriormente encontram-se já muitas vezes perante um mercado com excesso de oferta (visto que a mecanização foi mais rápida que o crescimento do consumo), excesso de oferta que elas ainda vão aumentar. São assim forçadas a lutar pela expansão do produto, e a arrastar nessa luta as já mecanizadas, impondo uma aproximação cada vez maior entre o preço de venda e o custo. É esta aproximação entre o preço de venda e o custo do produto mecânico que provoca a ruína das empresas marginais, e das empresas ainda não mecanizadas, onde o custo do produto a breve trecho se verifica ser maior que o preço do mercado.

Nesta fase o mecanismo da concorrência já fez reverter a favor do consumidor o benefício da mecanização.

([16]) Não consideramos os casos de monopólios ou oligopólios, com as perturbações que introduzem no mecanismo da concorrência.

O principal beneficiado pelas causas que motivaram o desemprego tecnológico «lato sensu» é, assim, o consumidor.

O corpo profissional foi-lhe cedendo o benefício do progresso técnico que por algum tempo reteve nas suas mãos.

Por isso, *em período de desemprego tecnológico «lato sensu» o corpo profissional não está a caminho da prosperidade, pois o consumidor absorveu a diferença entre o custo e o preço do produto, diferença que lhe foi oferecida pela concorrência.*

Foi essa mesma concorrência que eliminou as empresas marginais. Como a produtividade nas empresas marginais é normalmente pequena (e é essa a causa mais geral da sua marginalidade) a eliminação de tais empresas vai afectar um grande número de trabalhadores, tanto mais que, nestes casos, é a empresa que desaparece na sua totalidade, enquanto que, no caso que estudámos anteriormente, são geralmente só algumas secções que são afectadas e ainda assim apenas em parte.

E, por isso, quando há desemprego tecnológico «lato sensu», *os desempregados são já em número elevado e não apenas numa percentagem desprezível em relação ao número de trabalhadores que a indústria ocupa.*

É precisamente o volume desse desemprego tecnológico que nos permite classificá-lo como tal, porque da eliminação de um número reduzido de empresas marginais nada podemos concluir quanto às suas causas.

A própria marginalidade torna-as vulneráveis a tantos factores que a sua eliminação é um fenómeno quotidiano, sem que aí seja possível encontrar outra causa além da fragilidade que as caracteriza.

Dada a posição da indústria, onde as empresas que dominam são precisamente as que se mecanizaram e assim reduziram o número de braços, a reabsorção deste desemprego na mesma indústria é difícil a breve trecho. Estaremos aqui perante um caso de desemprego de fricção se o considerarmos dentro de uma economia em expansão. Como os progressos não são simultâneos, enquanto nesta indústria à fase de redução de braços pela mecanização não sucede a da necessidade de aumento de trabalho derivado da expansão, estão outras indústrias nessas condições e é nelas que o desempregado encontrará ocupação.

11 — C. *Desemprego na profissão.*

No desemprego que chamamos profissional, começaremos por notar imediatamente que, ao contrário das outras formas que estudámos, *não existe qualquer ligação entre ele e a mecanização.*

Entretanto, é de considerar que, se não é a máquina a causadora deste desemprego, é muitas vezes o progresso científico que o provoca. Poderíamos, por isso, tentar a distinção entre duas causas deste desemprego na profissão: desemprego por desvio de mercado e desemprego por diminuição de mercado.

Exemplo da primeira hipótese foi a crise da indústria de tanoaria com a generalização do uso do barril metálico, e é-o a substituição do uso do carvão pelo petróleo, pelo gás, pela electricidade. Exemplo da segunda hipótese é o caso da crise da indústria de chapelaria com a diminuição do uso do chapéu.

No primeiro caso temos um progresso técnico noutra indústria, ou a descoberta de um produto para o qual se orienta a preferência do consumidor, e então é outra indústria que vai principalmente beneficiar com a situação que gerou o desemprego; na segunda hipótese é o consumidor que vai arrecadar a diferença proveniente da diminuição do consumo.

Notemos, todavia, que, ao contrário do que sucedia nos casos de desemprego tecnológico, a evolução não implica necessàriamente, nestas hipóteses, diminuição do número de braços.

A preferência do consumidor pode dirigir-se para produtos ou serviços que ocupam uma mão-de-obra maior: é o caso da preferência dada aos transportes rodoviários ou aéreos sobre os ferroviários.

Não se trata da substituição de trabalho mecânico ao trabalho manual, mas da substituição de um produto ou de uma actividade por outra.

Por isso, *o corpo profissional só muito indirectamente pode ser responsabilizado por não ter sabido conservar o seu mercado e, de qualquer forma, essa responsabilidade não é evidente.* A causa deste desemprego encontra-se no consumidor. Na generalidade dos casos, o corpo profissional não tem mesmo qualquer responsabilidade porque a perda do mercado seria de toda a forma inevitável. A responsabilidade desta crise cabe ao consumidor que mudou de preferência ou desistiu do que até aí utilizava, criando com essa

mudança de atitude perante o produto uma crise na indústria que as suas preferências anteriores tinham desenvolvido. Na verdade, a indústria monta-se para servir o consumidor, e se o consumidor muda de atitude arruina o que para o servir fora criado.

Por essa mudança de atitude *o corpo profissional se encontra em crise, a Corporação está a caminho da depressão e o número de desempregados depende da extensão da crise no mercado, mas, como essa crise vai arruinar as empresas menos resistentes* (que são normalmente as de menor produtividade e que assim ocupam um maior número de operários proporcionalmente à sua produção) *daí resulta que o número de desempregados, embora muito variável, se apresenta muitas vezes com um aspecto elevado.* Estamos normalmente diante de números bastante afastados dos que se verificam em casos de desemprego tecnológico «stricto sensu».

Notemos ainda que esse *desemprego não tem probabilidade de ser reabsorvido pela actividade* que está em depressão, mas, se o fenómeno se passa numa economia em expansão, *tem probabilidades de ser absorvido pelas outras indústrias.*

12 — D. *Desemprego geral.*

Este desemprego não tem ligação com o progresso técnico, mas com o consumo. É ao consumidor que cabe a responsabilidade deste desemprego, pois só muito indirectamente se pode acusar a indústria de, por falta de produtividade ou de uma repartição que desse maiores possibilidades de consumo, ter ocasionado a crise.

A psicologia do consumidor, oscilando sempre entre a poupança e o investimento excessivos, influencia, em grande parte, estas crises, cuja etiologia está fora dos limites deste estudo. A nós apenas, agora, interessa notar que *este desemprego tem por causa directa o estado ruinoso do corpo profissional,* que *este desemprego é maciço, hiperdesemprego,* e que, como é generalizado, *o desempregado não tem facilidade em encontrar colocação em qualquer outra indústria,* enquanto se mantiver o estado de crise e não se encontrar o equilíbrio económico.

Consideremos também que a existência do desemprego agrava a crise económica pela diminuição do poder de compra dos desempregados e, assim, das possibilidades de consumo que isso acarreta.

Tentemos agora reter num esquema as principais características com interesse para o nosso estudo dos fenómenos de desemprego que referimos:

	Desemprego tecnológico «stricto sensu»	Desemprego tecnológico «lato sensu»	Desemprego na profissão	Desemprego geral
Relação entre o desemprego e a máquina	Directa	Indirecta	Nenhuma	Nenhuma
Responsável pelo desemprego	A Empresa	O Corpo profissional	O Consumidor	O Consumidor
Beneficiado pelas causas que motivaram o desemprego	A Empresa	O Consumidor	O Consumidor ou outro corpo profissional	
Reflexo económico no corpo profissional da situação que originou o desemprego	Muito favorável	Favorável	Mau	Péssimo
Percentagem de desempregados	Pequena	Grande	Variável	Muito grande
Classificação do desemprego em relação à posição do desempregado no mercado de trabalho	Desemprego transitório	Desemprego de fricção	Desemprego de fricção	Desemprego maciço

III

LIMITE DO ESTUDO

13 — Definidos e classificados os diversos tipos de desemprego e pesquisadas as relações entre eles e o corpo profissional, parece-nos que é este o momento de traçar os limites ao estudo que nos propusemos.

Com efeito, embora pela prática se verifiquem algumas vezes dificuldades em distinguir os diversos tipos de desemprego segundo as causas, embora todos eles tenham interesse para a Corporação, e embora as medidas que a Corporação possa adoptar para diminuir ou resolver o problema sejam úteis a todas as formas que ele pode apresentar, limitaremos o nosso estudo apenas ao desemprego tecnológico, se bem que, por necessidades práticas de comparação, façamos referências frequentes às outras formas que consideramos.

No desemprego tecnológico consideraremos sobretudo o desemprego tecnológico «stricto sensu», que é o verdadeiro desemprego tecnológico e que é aquele que é da responsabilidade do membro do corpo profissional que teve a iniciativa da mecanização, e que vai recolher os seus benefícios.

Consideramos ainda os outros casos de desemprego tecnológico «lato sensu» que são uma consequência indirecta do progresso ([17]) que, para benefício de toda a sociedade, vai eliminando os que não o seguem, enquanto abre novos caminhos e novos horizontes aos que o acompanham.

É o progresso que tem a responsabilidade desse desemprego e é toda a sociedade que beneficia com esse progresso, e assim os problemas que ele criou têm em princípio que ser resolvidos pela sociedade, que, evidentemente, terá que contar com a colaboração do corpo profissional directamente afectado.

14 — O que parece dever ser já notado é que o centro da resolução do problema se desloca, neste caso, da Corporação para a sociedade, ou seja para o Estado que a representa.

Como a posição do desempregado no mercado de trabalho é a de um desempregado de fricção, conforme sucede no desemprego profissional, os dois tipos de desemprego, diferentes nas causas, apresentam todavia muitas analogias no que se refere às soluções e, por isso, nos referimos mais vezes a esta hipótese.

([17]) Consequência do progresso que altera a estrutura do consumo, e assim provoca esse desemprego de estrutura e que, por outro lado, exercendo-se irregularmente, e com impulsos, vai impondo ajustamentos, fricções, de que deriva esse desemprego de fricção, que é o desemprego tecnológico «lato sensu».

Entretanto o nosso estudo visará o problema do desemprego tecnológico e das suas relações com a Corporação, problema que estudaremos sob o ponto de vista prático e utilitário, com o fim de procurar o caminho para as soluções a adoptar e não nos ocuparemos das questões morais e económicas para além do que fôr estritamente necessário para o fim que perseguimos.

IV

EQUACIONAÇÃO DOS PROBLEMAS DE DESEMPREGO TECNOLÓGICO

15 — Embora na introdução tivéssemos aflorado o problema da influência do progresso técnico sobre o emprego, consideramos que é neste capítulo que o devemos tratar, se bem que de forma resumida compatível com os fins do trabalho.

Por isso começaremos por mencionar os factos observados até hoje, referiremos em seguida as teorias que os procuram explicar e as doutrinas que preconizam soluções, para finalmente concluirmos.

Começamos por tentar ver como é que o progresso técnico tem influído no problema do emprego ou seja a evolução deste problema, pois aquele progresso tem sido a grande determinante de toda a evolução do emprego verificada nos últimos 100 anos

Para apresentar factos, em matéria económica, considera-se indispensável apresentar estatísticas.

Não o faremos, porém, porque não encontramos nenhuma com uma exactidão correspondente à sugestão de certeza que os números apresentam.

Limitar-nos-emos, por consequência, a fazer a crítica às estatísticas que pensamos utilizar e a referir os elementos que julgamos deverem entrar em linha de conta para a pesquisa de números significativos.

Os primeiros números que nos atraíram foram as estatísticas do O. E. C. E. (18).

Com efeito encontramos aí já um certo número de países constituindo mercados em certa medida complementares e uma economia sensìvelmente homogénea, embora com graus diversos do progresso técnico (o que permite achar médias), e estatísticas elaboradas com grande unidade.

Infelizmente as suas conclusões conduzem-nos a erros graves.

O primeiro deriva de incidirem sobre um número muito limitado de anos, e anos de uma economia mais ou menos dirigida em

---

(18) Países do O. E. C. E. — 1948 = 100.

— Produtividade de 1956 em relação a 1948	150,21 %
— Número de operários necessários em 1956 para a produção de 1948	66,57 %
— Crescimento da população de 1948 a 1956 com o correspondente crescimento de necessidades	7,11 %
— Operários necessários em 1956 para a mesma capitação de consumo de 1948	71,30 %
— População industrial de 1956 em relação a 1948 ...	120,66 %

Estes números mostram assim que, enquanto a população crescia 7,11 %, os indivíduos ocupados na indústria aumentavam de 20,66 %, em anos dominados por uma preocupação geral de adopção do progresso técnico em todo o sector industrial. Poderíamos concluir que o progresso técnico não foi causa de desemprego, e não é ousado afirmar que é mesmo ao progresso técnico que se deve esse aumento de emprego pela maior produtividade que deu ao trabalhador, que assim pode ser um maior consumidor.

Mas, antes de passarmos adiante, necessitaremos de examinar as razões que se podem aduzir contra estas conclusões.

Façamos o cálculo a partir de outro ângulo de visão:

A produtividade de 1956 em relação a 1948 é de 150,21 %. Assim, a percentagem de operários empregados em relação aos que seriam necessários para realizar a mesma produção, se a produtividade não tivesse aumentado, é de 66,57. Se se mantivesse a mesma produtividade de 1948, o número de operários seria de 181,25 %. A percentagem real de 120,66.

Assim, por efeito do progresso técnico, o número de pessoas empregadas na indústria é de cerca de $\frac{1}{3}$ inferior ao que seria; por isso, se o progresso técnico entre 1948 e 1956 não tivesse agido sobre a produtividade, não só o

quase todos os países participantes, o que impõe um carácter artificial à evolução (19).

Além disso, esses países saíram todos de uma economia de guerra (mesmo os que nela não participaram) e quase todos tinham e têm graves problemas de reconstrução, o que influi manifestamente nas necessidades de trabalho.

É pois sob o signo do dirigismo e do transitório que estas economias se têm desenvolvido.

Mas outra objecção, mais grave talvez, encontramos no facto da própria heterogeneidade dos elementos, que fazem com que as médias se oponham a algumas conclusões parciais. Explicamos melhor: As médias não são médias de velocidades diferentes, mas de direcções diferentes que assim são compensadas.

E, pelos motivos que exporemos, é mesmo de admitir que essas médias mudem de sinal, pela vitória dos elementos que caminham noutro sentido.

Com efeito as estatísticas englobam países que estão numa fase económica de arranque (para empregar a terminologia de

---

problema do desemprego não existiria como até se tornaria necessário importar trabalhadores doutros países para satisfazer as necessidades dos povos do O. E. C. E.

Este raciocínio assenta numa premissa de cuja verdade nos parece mais do que lícito duvidar — a de que o consumo teria aumentado também no mesmo ritmo entre 1948 e 1956, se não tivesse havido progresso técnico. Ora não se vê motivo para crer que sem o aumento de riqueza que o progresso técnico tornou possível, e sem a diminuição de preço de venda que se lhe deve, o consumo teria assim aumentado.

Mas suponhamos, por um momento, que essa hipótese era real, e sigamos o raciocínio. Em oito anos teríamos a população industrial aumentada de 81,25 %, e se admitíssemos que continuava o crescimento dessa população, não passariam muitos anos sem que as exigências do II grupo ultrapassassem o total da população.

(19) Não queremos com isto negar a possibilidade de atribuir valor a estatísticas de economias dirigidas; apenas queremos dizer que em direcções que têm oito ou dez anos, não é legítimo aceitar como postulado que a evolução imposta se continuará no mesmo ritmo, ou na mesma direcção, e ainda menos tomar como base para um raciocínio a desenvolver no plano do pensamento de uma economia natural, ou seja, liberal, estatísticas de uma economia artificial, ou seja, dirigida.

Fourastié) como Portugal; países na fase económica de expansão, como a Alemanha, a França, a Itália; e países que entram já na fase do encerramento deste ciclo do período transitório compreendido entre a civilização agrícola e a civilização do terciário (20) como a Inglaterra. Assim há movimentos nìtidamente divergentes nos diversos países, e se, actualmente, são os que estão na fase de arranque que mais decisivamente influem nas estatísticas, é de presumir que, no futuro, serão os da fase de encerramento que prevalecerão. Daí o ser legítimo admitir que o movimento indicado pelos números mude e que venham a tornar-se descendentes curvas hoje ascendentes, curvas que sob o manto da média ocultam forças que verosimilmente são as que prevalecerão.

Afastadas estas estatísticas gerais, apresentavam-se-nos as estatísticas especiais de alguns países e aí nos surgia a dificuldade do padrão a escolher. Optaríamos pelos países econòmicamente mais desenvolvidos, não só porque aí o campo de observação é maior, visto possuirmos melhores estatísticas, como porque nos permitem antever melhor o futuro.

Esta escolha legitimar-se-ia dado o facto de se verificarem as mesmas tendências na evolução do emprego nesses países.

Escolheríamos assim os E. U. A. e a Inglaterra.

Embora as estatísticas inglesas venham confirmar o nosso ponto de vista (21), a influência de factores ocasionais é tão grande que não ousamos basear-nos nelas para tirarmos conclusões.

---

(20) Embora adoptássemos a terminologia e o critério de Fcurastié, adiantamo-nos às suas conclusões, mesmo às da edição de 1952, de «Le Grand Espoir du XXème Siècle». Na verdade, não compreendemos como é que se recusa a considerar na fase de encerramento a Inglaterra e a América, dadas as definições que apresenta dessa fase e as estatísticas modernas que mostram a evolução desses países.

(21) Para só citarmos os anos de após guerra, encontramos:

Anos	População	Mão-de-obra	
1948	50.065	22.886	
1950	50.618	22,954	(mês de Outubro)
1952	50.722	23.294	

Na verdade, a perda de um império e a experiência trabalhista influenciaram fortemente a economia inglesa, como o desenvolvimento económico dos países atrasados asiáticos teve graves repercussões numa economia dirigida à exportação e especialmente poderosa na produção dos artigos por onde normalmente começa a industrialização de um país — os têxteis de algodão e os lanifícios.

Restam-nos os E. U. A. que, apesar da sua grande exportação, que influencia todo o mundo, constituem uma economia bastante fechada, pois as suas exportações não ultrapassam 4 % da sua produção, e as suas importações são ainda menores.

Escolhidos como padrão os E. U. A., vejamos quais as estatísticas que devemos consultar. Dado que o nosso fim é ver a influência da mecanização no emprego, seríamos conduzidos a procurar uma estatística que nos desse a evolução do sector secundário. E perante os dois principais critérios que presidem a esta divisão da actividade económica (o critério mais lógico do grau do pro-

---

Desta estatística tiramos as seguintes percentagens:

Anos	Percentagem da mão-de-obra na população total
1948	45,3 (*)
1950	45,7

(*) 1950 é o ano em que se vem a reflectir no emprego a crise começada em 1948.

Notemos, todavia, que, se nos cingirmos ùnicamente à indústria transformadora, não encontramos essa quebra em 1948, mas a evolução seguinte:

Base: 1948 = 100.

População	Emprego na indústria transformadora
1948 — 100	1948 — 100
1950 — 101,1	1950 — 105,26
1952 — 101,3	1952 — 106,26

(Estatística da O. E. C. E.).

O emprego cresce sempre mais depressa do que a população. Isto porque o progresso tende a aumentar as necessidades mais depressa do que os meios

gresso técnico, defendido por Fourastié ou o critério mais prático e rígido da natureza da actividade, adoptado por Colin Clark), escolheríamos, evidentemente, este, — o que coloca no sector secundário as actividades industriais (minas, construções, manufacturas, gás e electricidade, obras públicas) (22). No livro de Colin Clark, «The Conditions of Economic Progress», encontramos uma estatística da evolução deste sector, dentro do conjunto da população activa, estatística que nos mostra a elevação de uma percentagem de 12 em 1820 até 33 em 1920 para cair na previsão de 26 % em 1950 (23). Estes números parecem dar razão aos que temem o desemprego tecnológico, mas consideremos que encarar o problema só desse lado é injusto e errado.

Na verdade, o homem ao escolher a sua actividade é levado a procurar aquela onde, segundo a terminologia keynesiana, encontra uma maior diferença entre o preço da oferta e o da procura global (24). É neste campo psicológico, para onde Keynes deslocou as questões da teoria clássica que não sòmente o empresário se decide, mas também o indivíduo escolhe a sua carreira. Ora, o progresso técnico, com o aumento da produtividade, veio trazer

---

de as satisfazer; e daí um aumento cada vez maior do número de trabalhadores, com prejuízo para a estrutura familiar. Uma das causas deste fenómeno é que a empresa paga ao operário e não à família, que para poder viver e consumir, necessita frequentemente de que a mulher do trabalhador se empregue. É um lugar que tira a um desempregado. Este, para poder continuar a viver, e consumir, tem que receber subsídios. O Estado, para pagar os subsídios, levanta os impostos às empresas.

Só um abono de família perfeito pode remediar estes males, que são, afinal, resultantes da estrutura individualista do salário.

(22) O mais objectivo e o que permite colher mais fàcilmente dados estatísticos.

(23) Jean Fourastié, em «La Civilisation de 1957», edição de 1953, indica 31 % em 1950 e prevê 28 % para 1960.

(24) Preço de oferta global (aggregate supply price) é o produto (custo dos factores de produção mais o lucro) esperado para que aos olhos dos empresários valha a pena oferecer emprego. Preço da procura global (aggregate demand price) é o produto que os empresários esperam tirar da venda da sua produção — John Maynard Keynes. «The General Theory of Employment, Interest and Money» — Londres, 1942.

um aumento de rendimento especialmente grande no sector industrial (25) e também muito sensível no sector primário (agricultura, silvicultura, pecuária, caça, pesca) que eram os que ocupavam as camadas da população tradicionalmente mais débeis sob o ponto de vista económico.

Assim, essas camadas da população, que antes do progresso técnico eram consumidoras quase exclusivamente dos produtos primários (a alimentação) não só começaram a consumir produtos secundários (os produtos manufacturados) e a atingir a saturação do primário, como a notável melhoria das suas condições económicas lhes permite encontrar em grande parte uma saturação do secundário a exigir cada vez mais os serviços prestados pelo sector terciário (comércio, transportes, cultura, distracção, viagens, serviços públicos, serviços das profissões liberais).

É, pois, o progresso técnico que está na base destas migrações da população activa com as facilidades económicas que deu à população ocupada nos sectores primário e secundário, população que, em 1870, nos E. U. A., constituía 76,4 % do total e, em 1820, 85 % (26).

---

(25) Rendimento real produzido em 2.500 horas nos E. U. A. (unidades internacionais):

Anos	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
1870	258	515	2.252
1890	385	746	2.340
1910	477	940	2.446
1920	547	1.050	2.275
1925/34	661	1.560	2.276
1937	701	1.852	2.765

(Estatística de Colin Clark — «The Economics of 1960»).

(26) Percentagem da distribuição da população trabalhadora nos E. U. A.

Anos	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
1870	53,8	22,6	23,6
1890	42,6	27,3	30,1
1910	31,9	31,0	37,1
1920	26,7	33,2	40,1
1925/34	24,0	30,2	45,8
1937	25,4	28,8	45,8

(Colin Clarks — «The Economics of 1960»).

E é essa alteração nas preferências do consumidor que justifica a diminuição da percentagem da população empregada no sector industrial; diminuição de percentagem, mas não do número absoluto.

Por isso, entendemos que uma estatística que considere apenas o sector secundário não é verdadeira, porque os efeitos sobre o emprego do progresso técnico no sector industrial vão-se manifestar noutros sectores. E assim preferimos uma estatística que nos dê a evolução da população activa.

Mas ainda aqui as dificuldades são grandes e comprometem qualquer apreciação. Com efeito, vários critérios se nos oferecem.

Estatística de desemprego.

Estatística de emprego.

Estatística da população total e da população empregada em %.

A primeira, evidentemente, nada nos diz, pois a evolução do desemprego depende de muitos factores, entre os quais até há que citar a perfeição das leis de protecção ao desempregado e o ritmo do desenvolvimento do progresso técnico que pode acarretar desemprego de estrutura, sem que a massa total do emprego diminua.

É que o número de desempregados não é índice do volume do emprego mas da diferença entre as necessidades de mão-de-obra e as disponibilidades para as satisfazer. É frequente o desemprego crescer enquanto o emprego também aumenta. E verificamos normalmente que o número de desempregados é maior onde o número de empregados também é mais elevado. Isso significa que as necessidades humanas aumentam mais do que a riqueza. O progresso técnico, factor da produtividade, não compensa o aumento de necessidades, e assim a produção exige um aumento de emprego para as poder satisfazer.

A estatística do emprego nada diz, pois uma subida pode ser uma descida relativamente à população e não é necessário demonstrar que a realidade económica, neste caso, é representada pelo relativo, não pelo absoluto.

Restar-nos-ia a terceira solução, mas, ainda aqui, as dificuldades que aparecem são demasiadamente grandes para que possamos desprezá-las.

Com efeito, o próprio progresso técnico, com o aumento de

riqueza que proporciona, vai impor uma diminuição da percentagem da população empregada, diminuição que é acelerada pelo progresso da medicina, da higiene e das leis sociais.

Na verdade, os progressos da medicina e da higiene têm aumentado por um lado a longevidade e por outro diminuído a mortalidade infantil. É evidente que ambas as tendências contribuem para alterar a estrutura da população onde o elemento activo decresce em relação aos outros dois. Mas, além disso, a idade da reforma tem baixado e a escolaridade aumentado — e daí mais um encurtamento do número de elementos activos da população. Com os aumentos da natalidade e a fixação da mulher ao lar hoje prègados pelos sociólogos e encorajados pelas leis sociais mais tende a diminuir a percentagem dos elementos que trabalham. Por isso, a diminuição da percentagem da população activa no total pode não ter outro significado que o de uma alteração da estrutura da população, alteração que em grande parte é devida à melhoria do nível e do género de vida.

À objecção de que nesse caso os desempregados desapareceriam responder-se-á que essa melhoria económica não só não terá influência no desemprego estrutural como até o pode provocar. É o caso da Bélgica, onde há cerca de 200 mil desempregados e cerca de 200 mil trabalhadores estrangeiros (e deve-se prever uma imigração cada vez maior, dado que o alto nível de vida do operariado belga o afasta cada vez mais das profissões duras, como a de mineiro).

E, depois destas considerações sobre as reservas com que devem ser acolhidos os números nesta matéria, entendemos não dever tirar conclusões das mais recentes estatísticas americanas, que, embora confirmem que o progresso técnico não tem dispensado, mas exigido braços, patenteiam uma evolução inesperada que nos recusamos a considerar significativa e tomamos como um fenómeno conjuntural ([27]).

([27]) E. U. A.

Anos	População	Aumento da população Base 1948 = 100		Mão-de-obra	Aumento da mão-de-obra Base: 1948 = 100	
1948	146,631	100		63,721	100	
1950	151,677	103,4	3,6 %	64,749	101,5	2,4 %
1952	156,981	107		66,280	103,8	

Assim, nem mesmo as estatísticas americanas de que dispomos, onde queríamos auscultar os efeitos do progresso técnico sobre o emprego, nos oferecem dados seguros nesta matéria, pois até 1920 os E. U. A. estavam em período nítido de expansão; depois dessa data poderíamos admitir que começavam na fase de encerramento do ciclo de transição, mas a crise de 1929/34 é demasiadamente próxima para permitir tirar conclusões de um período de 9 anos, e depois dela, temos apenas 5 anos até ao começo da guerra que, desde o início, impõe sensíveis modificações na estrutura económica. Do período do após-guerra, se excluirmos a adaptação à economia de paz, encontramo-nos logo com a pequena crise de 1948/50; e depois dessa data não podemos menosprezar a influência da guerra da Coreia sobre o emprego na América.

Consideramos, por isso, vã e inútil a tentativa de procurar nas modernas estatísticas americanas de emprego um índice da direcção em que o problema evolui, como já considerámos errado tomar como significativas as estatísticas da O. E. C. E., e assim como não aceitamos como fundamento para conclusões estatísticas onde dominam elementos que caminham numa direcção que sabemos não ser a definitiva, também não podemos aceitar como base números que verificamos fortemente influenciados por fenómenos conjunturais, ainda que uns e outros viessem corroborar o nosso ponto de vista de que a técnica não é causa de desemprego.

Poderíamos tentar ainda seguir o curioso método de Weintraub ([28]), que procura especificar nas variações de emprego o que é imputável ao progresso técnico e o que é motivado pela variação da procura.

Ano	Percentagem de população activa sobre a população total	Emprego na indústria transformadora Base: 1948 = 100
1948	43,4	100
1950	42,7	97
1952	42,2 — 0,5 %	102,8 5,8 %

(Cálculos sobre as estatísticas da O. E. C. E.).

Assim, vemos que, passada a crise que se anunciou em 1948 e se reflectiu em 1950, enquanto a população crescia 3,6 %, o emprego na indústria transformadora aumentava 5,8 %, mas a percentagem da população activa diminuía 0,5 %. Forçoso nos é reconhecer um fenómeno conjuntural.

Dada a complexidade do método, aliás cheio de interesse especulativo, dispensamo-nos de o expor aqui, tanto mais que, a nosso ver, ele não pode suprir o indeterminismo a que obedece a variação da procura, e assim reconstituir os resultados que se verificariam se a procura não tivesse abrandado, mas tivesse seguido outra evolução que é impossível de prever.

De resto o próprio autor prudentemente adverte que por falta de elementos sobre o poder de absorção do grupo terciário, e porque não tomou em linha de conta a evolução da população, o seu estudo não chega a conclusões definitivas sobre o desemprego nos E. U. A. ([29]).

Assim renunciamos a satisfazer o desejo de apresentar números induscutíveis que representem índices seguros e limitamo-nos a constatar, no domínio dos factos, que aqueles que conhecemos e as conclusões que podemos tirar de estatísticas que não merecem grande confiança vêm corroborar o que a teoria ensina: que o progresso técnico não é causa de desemprego.

Porque não cremos no valor probativo dos casos dispersos, dispensamo-nos de citar os inúmeros e curiosos elementos sobre o crescimento do emprego devido à técnica, que se encontram em quase todos os estudos deste assunto ([30]).

Dentre os efeitos do progresso técnico no emprego, temos que distinguir os efeitos em longo e curto período.

([28]) «Journal of the American Statistical Association», de Dezembro de 1932, págs. 383 a 400.

([29]) «Finally, the cautions bears repeating that, since this study takes neither the mobility of labour (from industries here covered to other industries such as commerce, finance, insurance, personal and professional services, etc.) nor the growth of the population into consideration, conclusions concerning numbers unemployed are unwarranted» — pág. 400, *ob. cit.*

([30]) Designadamente no «Chômage Technologique», de Henry Cohn, no «Rapport du Conseil d'Administration», da Sofina, de 1931, e no livro de Daniel Bellet «Les Merveilles de la Nature et de l'Industrie».

16 — Sobre os problemas do desemprego tecnológico em longo período, mencionamos três teorias, ou melhor, três pontos de vista:

o dos clássicos,
o do «pleno emprego»,
o corporativo.

Destes pontos de vista, cremos que só é legítimo chamar teoria ao dos clássicos ([31]).

Na verdade, só estes pretendem dar uma explicação cabal dos fenómenos e com o fatalismo optimista que está na base da sua interpretação não sentem a necessidade de elaborar uma doutrina que comande a acção.

Já os economistas que na senda de Keynes estudam os problemas do emprego se caracterizam sobretudo pelo seu carácter doutrinário ([32]).

É a doutrina que, mais do que a teoria, caracteriza esta escola que, de resto, no que à teoria se refere, se apoia na teoria clássica ([33]), se bem que com restrições, e lhe introduz um elemento novo cuja importância é de molde a provocar uma alteração tão profunda como é a da substituição de uma constante, que é um dos apoios do sistema, por uma variante de vários factores.

O elemento novo é o elemento psicológico, a constante que passa a ser variante é o rendimento real da comunidade.

Finalmente nem mesmo ousamos falar de uma doutrina corporativa do emprego. Os corporativistas, dedicando-se mais a questões meramente práticas do que à teoria, apenas têm estudado os métodos que o corporativismo pode empregar na luta contra o desemprego e os elementos que ele poder fornecer a uma política de emprego, bem como a medida em que a Corporação pode exercer influência na psicologia que leva ao aumento de emprego.

Os trabalhos, se bem que valiosos, sobre o preço corporativo e o monopólio bilateral, não chegam no entanto a criar uma teoria geral corporativa do emprego e, por isso, preferimos falar de uma política corporativa.

([31]) Nesta denominação, devida a Marx, incluímos, como Keynes, não só Ricardo e os seus antecessores, mas também os sucessores na mesma linha de pensamento.

([32]) Julgamos necessário esclarecer a diferença que encontramos entre a teoria e a doutrina, tanto mais que os sentidos destes dois termos não são geralmente bem precisos e não conhecemos nenhuma definição que evidencie a distinção que entre eles fazemos. Consideramos que a teoria se distingue da doutrina na medida em que aquela tem um valor apenas científico, e esta um valor moral; a primeira interpreta e a segunda comanda; a teoria diz o que é, a doutrina o que deve ser; esta é injunção e aquela é especulação.

([33]) Dos dois postulados a que Keynes reduz a teoria clássica, aceita o primeiro — o da ligação dos níveis do salário real ao volume da produção, num estado dado de organização, de equipamento e de técnica.

A — *Teoria Clássica*

17 — Apenas por uma questão de método faremos uma referência à teoria clássica, referência breve, dada a sua divulgação.

Na linha teórica da escola clássica, e dentro dos métodos que presidiram à elaboração da teoria do emprego, os sucessores de Ricardo elaboraram uma teoria que chega a conclusões diametralmente opostas às do mestre, no que à influência da máquina sobre o emprego se refere ([34]).

([34]) Diz Ricardo, in *The Principles of Political Economy and Taxation* — Ed. J. M. Dent — Nova Iorque, 1947, pág. 264: «... but I am convinced that the substitution of machinery for human labour is often very injurious to the interest of the class of labourers... The same cause which may increase the net revenue of the country may at the same time render the population redundant, and deteriorate the condition of the labourer... All I wish to prove is that the discovery and use of machinery may be attended with a diminution of gross produce; and whenever that is the case, it will be injurious to the labouring class, as some of their members will be thrown out of employment, and population will become redundant compared with the funds which are to employ it», ibidem, 266.

Entretanto, um contemporâneo, Ch. Babbage, já começava a ver mais nìtidamente a influência do progresso sobre o emprego:

«That machines do not, even at their first introduction, invariably throw human labour out of employment, must be admitted, and it has been maintained by persons very competent to form an opinion on the subject, that they never produce this effect. The solution of these questions depends on facts, which unfortunately have not yet been collected» — Babbage, in *The*

Cremos poder resumi-la da seguinte forma:

O progresso técnico diminui o preço do produto, o que faz aumentar a procura, de forma que o acréscimo de produção retém ou chama novamente os trabalhadores que poderiam ser dispensados pela máquina.

Se a procura não aumenta nessa medida ([35]), os consumidores empregarão noutros produtos a diferença entre o novo preço e o antigo, o que ocasionará um acréscimo de emprego sensìvelmente correspondente à diminuição motivada pela mecanização.

Economy of Machinery and Manufactures — 1832, cit. in E. Gregory — *Rationalisation and Technological Unemployment* — in *The Economic Journal* — Dez., 1930, pág. 554.

E o mesmo autor chamava a atenção para um «princípio da nossa natureza» que não é mensurável estatìsticamente: É que as nossas necessidades são ilimitadas e que o desejo de usufruir cresce na medida em que aumentam as possibilidades de o fazer.

Fiel às conclusões de Ricardo, ainda em 1932 Dubain escrevia in *Nous Faisons Fausse Route* (cit. in *Chômage et Machinisme*, de Fernad Baudhuin): «C'est incontestable le coté tragique du progrès démesuré de la technique; plus la production augmente, plus la consommation diminue...», e explica a causa: «Toute consommation présuppose un travail antérieur qui servira en quelque sorte de monnaie d'échange. Si ce travail vient à manquer, cest la consommation qui manque à son tour... Impossible de sortir de ce cercle...».

Diz o Prof. Baudhuin que esta interpretação é errada, porque não haveria círculo vicioso senão numa economia cristalizada, o que é incompatível com o progresso técnico. Cremos, no entanto, que há outro erro, mais grave ainda, no raciocínio. É que se esquece que o trabalho não é só humano, mas também mecânico ou de outra forma que o trabalho humano é susceptível de aumentar muito os seus resultados com uma máquina, ou de obter os mesmos resultados em muito menor tempo.

Quando se afirma: «Se este trabalho vem a faltar, é o consumo que falta», faz-se uma confusão: o trabalho como fonte de riqueza humana não vem a faltar com a técnica (nem mesmo numa economia fechada diminuiria) — o que vem a decrescer é o trabalho como esforço humano.

Mas além disso, como nota o Prof. Baudhuin, «Les besoins de l'homme étant illimités, une invention aura, avant tout, comme résultant d'accroître la production, ce qui accoîtra parallèlement le pouvoir d'achat».

Considere-se, todavia, que Dubain escreve as palavras que acabamos de criticar em 1932, ainda sob a influência da perturbação de que a crise de 1929 foi causa.

([35]) Isto é, se a elasticidade da procura não é igual a 1, como se pressupôs.

A hipótese de o empresário reservar para si a diferença entre o novo custo e o antigo preço de venda, que mantém, conduz ao mesmo resultado. Em vez de ser o consumidor é o empresário que empregará essa diferença em bens de consumo ou de produção — em qualquer caso daí resultará aumento de emprego ([36]).

Se a evolução da vida económica tem demonstrado a verdade das conclusões da teoria clássica; se, como Röpke ([37]), não se pode deixar de reconhecer que «existe verdadeiramente uma ordem que provou desde há séculos a sua estabilidade», ordem natural nesta anarquia ordenada que é a vida económica moderna, não podemos, todavia, seguir o raciocínio que expusemos para chegar a essas conclusões.

Embora verificando o prodigioso desenvolvimento da vida

([36]) Uma forma mais resumida ainda do ponto de vista clássico é a que transcrevemos do estudo do Prof. Baudhuin in *La Revue du Travail*, Nov. 1932: «Faut-il rappeler que les accusations portées contre le machinisme se heurtent à la loi des débouchés et à l'impossibilité d'une surproduction générale permanente?

«Les produits s'achètent contre des produits; si le machinisme augmente les quantités dans toutes les branches, ces suppléments de produits s'échangent entre eux. Le consommateur ne demande qu'à acheter davantage; si quelqu'un a quelque chose à offrir en échange (le supplément dû à la machine) les choses se passeront sans encombre et il en résultera une élévation du niveau de vie».

A falha da exposição está na suposição de que o maquinismo aumenta as quantidades em todos os ramos. Na realidade, o progresso técnico caminha irregularmente (exercendo-se em tempos e em medidas diferentes nas diversas actividades e até nos diversos ramos de actividade) e depara com graus de saturação de consumo diferentes segundo os produtos.

Além disso, é inexacta a afirmação categórica de que os produtos se compram com produtos — eles compram-se com bens e com serviços e é exactamente a preponderância que estes vão tendo nessas trocas que impõe uma alteração da estrutura da sociedade com os inerentes problemas de desemprego.

P. Douglas e A. Director in *The Problem of Unemployment*, fazem uma exposicão da teoria clássica muito elucidativa e pormenorizada com hipóteses.

Também S. Howard Patterson in *Social Aspects of Industry* — (Nova Iorque, 1943, págs. 293-294) faz uma exposição desta teoria, exposição curiosa pelos exemplos concretos que apresenta. Alguns exemplos muito interessantes, se bem que limitados a casos particulares, encontram-se a págs. 125 do livro de Florence Patterson — *Survey of Labor Economics* — (Nova Iorque, 1947).

([37]) Willhelm Röpke — *A Explicação Económica do Mundo Moderno.*

económica, os economistas da escola clássica raciocinam dentro de uma economia estática, e assim assentam explícita ou implìcitamente os seus raciocínios na base de uma constante — a do rendimento nacional.

Ora, a evidência da variabilidade do rendimento nacional e da influência dominante das suas variações em toda a vida económica impõe-se e, depois dos trabalhos de Keynes, não é lícito menosprezá-la.

E, ainda dentro dos princípios em que raciocinam, as suas conclusões não parecem sempre fundamentadas em deduções impecáveis.

Com efeito, mesmo nas hipóteses em que se prevêem diversas elasticidades na procura (como nos exemplos de Douglas e Director) (38), apenas se afasta, mas não se elimina, o pressuposto arbitrário. Esse pressuposto deixa de ser a elasticidade do pedido de bens igual a 1 para ser o da elasticidade da mão-de-obra igual a 1, ou seja que qualquer que venha a ser a direcção que o consumo tomar, ela exigirá sempre a mesma mão-de-obra que se se exercesse sobre o artigo de que se desviou.

Ora, a arbitrariedade de tal suposição é evidente (a variação de percentagem da mão-de-obra nas diversas actividades é manifesta e não pode ser desprezada) e a sua inexactidão é demonstrada pelas estatísticas que mostram a tendência do consumo a dirigir-se para o terciário — como o sector terciário é aquele sector onde o rendimento real por trabalhador é normalmente maior daí deriva que a mesma importância dispendida neste sector ocupa menos gente do que se tivesse sido empregada no sector secundário (39).

Outra petição de princípio é possível imputar ao raciocínio dos clássicos, dentro do plano em que se colocam. É a de que ainda no caso de uma baixa de preço de um produto de procura não elás-

(38) Paul Douglas e Aaran Director — *The Problem of Unemployment*. Nova Iorque, 1931.

(39) Não esquecemos que se pode objectar que o que se emprega neste sector é quase exclusivamente para remunerar a mão-de-obra, mas as diferenças de rendimento são tão grandes, como adiante mostraremos, que a importância dos elementos não incluídos no trabalho directo ou indirecto do grupo secundário é desprezível e assim as estatísticas não a consideram normalmente. — V. J. Fourastié, in *Le Grand Espoir du XXème Siècle*, ed. 1952, págs. 20-21.

tica, como consequência da mecanização, os trabalhadores dispensados encontrariam consumidores para os produtos que poderiam vir a fabricar. Desde que não se admita que o poder de compra global cresceu com a mecanização, não se pode lògicamente explicar como é que o consumo de bens pode aumentar de volume, o que seria necessário para justificar o emprego dos trabalhadores dispensados.

Na verdade, desde que não se considere o aumento da riqueza causado pela mecanização, não se vê explicação para a absorção dos desempregados tecnológicos (40). Isto é, explica-se que se mantenha o nível de consumo de bens, mas julgamos que seria forçoso admitir a diminuição da mão-de-obra.

Cremos que na base do raciocínio estava inconscientemente implícita a verificação de que o rendimento real aumentava com o progresso técnico, facto inconciliável com as bases confessadas dos clássicos.

Entretanto, a doutrina clássica chamou a atenção para a «ordem natural» que rege os fenómenos económicos e destruiu os preconceitos contra o progresso técnico, se bem que com deduções que a nosso ver não são correctamente lógicas.

(40) T. E. Gregory, in «Rationalization and Technological Unemployment» publicado no *Economic Journal*, de Dezembro de 1930, toca o problema, mas não o esclarece devidamente:

«But, in the absence of falling prices due to monetary causes taking places coincidentaly (which, as we have already had occasion to point out, intensifies the employment problem) rationalization involves an *increase of the monetary purchassing power in the hands* of the consumer...

«The real problem is: What use will «consumers» make of the margin of purchassing power not available as a consequence of rationalization.

«If the answer to this question is that consumers will devote it to the satisfaction of new wants, then will be true that, in long run, rationalization will involve unemployment», pág. 563.

B — *Doutrina do Pleno Emprego* (41)

18 — As doutrinas keynesianas (42) se não se impuseram definitivamente a todos os economistas, dominam pelo menos o grande público que as não entendeu, mas que, descrente do optimismo da teoria clássica, abraçou imediatamente uma doutrina que se punha ao seu lado para exigir a intervenção dos poderes públicos (43).

---

(41) Dada a diferença de conceito de «pleno emprego», parece-nos útil transcrever aqui algumas definições mais autorizadas:

O relatório de Nuffield College sobre «Employment Policy Organization of Industry After War» define o pleno emprego: Uma situação nos negócios no qual o número de empregos vagos não é muito inferior ao número de desempregados.

Para J. M. Keynes, o pleno emprego é a situação em que os factores de produção, desejosos de trabalhar, estão todos ocupados.

Beveridge define: «Pleno emprego significa que há mais empregos vagos de que desempregados» — Nota, no entanto, que é preciso que o número de desempregados, ou antes a duração do desemprego em cada caso individual, não tenha nada de excessivo.

A delegação da Sociedade das Nações para o estudo das depressões económicas define: «Pleno emprego significa que, na medida do possível, nenhum homem, nenhuma mulher, capaz e desejoso de trabalhar se encontra sem emprego durante períodos maiores do que os necessários para a transferência de uma ocupação para outra, ou, se for o caso, para a aquisição de novas capacidades técnicas».

O Prof. Bertil Ohlin define o pleno emprego como «o grau de emprego que existe quando o pedido global em bens está no mais alto nível, o que é possível desde que a procura ao preço existente seja contrabalançada por oferta corrente inferior».

A «Comissão de Peritos das Nações Unidas» define o pleno emprego como «uma situação na qual o emprego não pode ser aumentado por um aumento de procura efectiva». Nesse caso, o desemprego é apenas desemprego sazonal ou desemprego de fricção.

(42) Englobamos no conjunto não só as de Keynes, mas também as dos que na sua esteira aprofundaram e desenvolveram as teorias do mestre.

(43) Et ce fut cette doctrine généreuse et vague, qu'on appelle le Keyneseanisme qui comme toute doctrine de cette sorte ne groupe pas deux adeptes en ayant rigoureusement la même conception, mais les fait tous communier en une saint abjuration des erreurs passées. Keynes vient donc à son heure; que sa doctrine soit vraie ou fausse est de faible signification. Nécessaire à une certaine évolution, elle a permis aux hommes de «vivre en attendant». A. Sauvy, «Théorie de la Population». Paris, 1952. Vol. I, págs. 4-5.

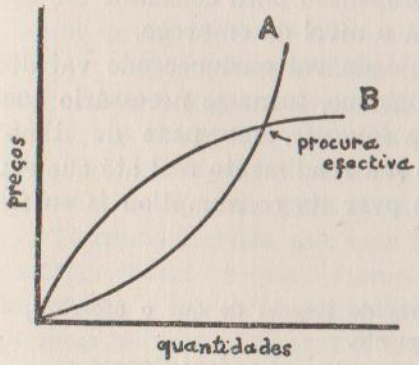
É com Keynes que pela primeira vez o público sente os economistas a apoiá-lo, a reconhecerem as deficiências existentes e a necessidade de as remediar; antes disso pode dizer-se «grosso modo» que o economista aparecia perante o público como Candide, vendo sempre o melhor dos mundos possíveis, na melhor evolução possível, e não se dignando, em geral, conceder importância às perturbações de desemprego, consideradas como fenómenos passageiros.

Isso explica em grande parte o sucesso duma doutrina que implica raciocínios demasiadamente complicados e que é exposta com insuficiente clareza para ganhar o público.

Por outro lado a propaganda da guerra com a necessidade de prometer a todos um mundo melhor contribuiu largamente para a difusão dessa doutrina que, começando por reconhecer os defeitos da realidade, se propõe modificá-la.

Experimentaremos resumi-la de forma compatível com este trabalho.

Para Keynes o volume de emprego é determinado pelo ponto de intercepção de duas curvas: — a curva da oferta global (que é a



A — curva da oferta global
B — curva da procura global (44)

---

(44) Assim se afasta da teoria clássica que faz coincidir as duas curvas, donde resulta que a procura efectiva, em vez de ser determinada, como para Keynes, é indeterminada e pode ter uma infinidade de valores. É esse ponto de vista que é geralmente enunciado assim pelos clássicos: «a oferta cria a sua própria procura».

curva que representa os preços a que os empresários estariam dispostos a vender os seus produtos) com a curva da procura global (ou seja a curva que representa o que os empresários prevêem que será a procura dos seus produtos). Esse ponto de intercepção é a «procura efectiva».

Ora essas curvas são fundamentalmente influenciadas pela propensão da comunidade para consumir e pelo incitamento a investir, que são assim os dois factores que vêm a decidir o volume de emprego.

O raciocínio de Keynes pode ser resumido esquemàticamente assim:

Quando o emprego cresce, o rendimento real global aumenta. Esse aumento vem acarretar um aumento de consumo que, todavia, não é tão grande como o aumento de rendimento que o motivou. Por isso o aumento do emprego não se pode dirigir totalmente aos bens de consumo (que não seriam absorvidos na mesma proporção, como dissemos) mas também tem que se dirigir aos bens de investimento ([45]).

O que justifica o aumento de emprego é assim o aumento do consumo e do investimento.

Por isso quanto maior for a propensão para consumir e o incitamento para investir maior será o nível de emprego.

Como à medida que a comunidade vai enriquecendo vai diminuindo a percentagem do seu consumo, torna-se necessário que vá aumentando o incitamento para investir, sob pena de diminuir o emprego e assim diminuir o seu rendimento real até que ela se torne «so poor that its surplus over its consumption is suffi-

---

([45]) Daí a afirmação revolucionária de Keynes de que o aforro é, e não pode deixar de ser, igual ao investimento.

Com efeito, a produção destina-se ao consumo ou ao investimento.

Produção = consumo + investimento. Donde investimento = produção — consumo.

Mas a produção é exactamente o rendimento da comunidade e, portanto: investimento = rendimento — consumo.

Ora a definição pacífica de aforro é exactamente o excesso do rendimento sobre o consumo, excesso que, como se demonstrou, é igual ao investimento.

ciently diminished to correspond to the weakness of the inducement to invest» ([46]).

E, o que vem dificultar o problema é que numa comunidade rica a propensão marginal para consumir é mais fraca e, como o capital já acumulado é mais considerável, as ocasiões de investimento suplementar são menos atraentes... salvo se a taxa de juro cai numa cadência bastante rápida ([47]).

E é aqui, na descida da taxa de juro, que finalmente Keynes encontra a mola que permitirá manter o alto nível de emprego numa comunidade rica. Esgotada esta possibilidade, Keynes só encontra como recurso a socialização do investimento.

Cremos que o esquema de evolução seguinte corresponde ao pensamento de Keynes:

Sociedade pobre: — grande percentagem de consumo sobre a produção total.

— muitas possibilidades de investimento que não são aproveitadas.

Sociedade rica: — pequena percentagem de consumo dificilmente aumentável e em pequena escala.

— poucas possibilidades de investimento.

Então:

ou o investimento não aumenta com o ritmo da produção e esta terá que diminuir.

ou a taxa do juro baixa até estimular o investimento de forma a assegurar a mesma produção.

E assim, expostas as alterações que Keynes introduziu na teoria clássica, façamos uma breve referência à sua doutrina.

Segundo Keynes, que está na base dos doutrinários do pleno emprego, entre os quais figura em primeiro plano Sir William Beveridge, a luta pelo «emprego para todos» deve-se exercer antes de mais no sentido de serem tomadas medidas «que modifiquem a repartição do rendimento num sentido favorável à propensão para consumir», seguidamente em fazer baixar a taxa do juro em relação

---

([46]) John Maynard Keynes: *The General Theory of Employment Interest and Money*, ed. 1939, pág. 31.

([47]) Ibidem.

à curva da eficácia marginal do capital de forma a estimular o investimento até que o pleno emprego se realize e finalmente numa grande socialização do investimento até à obtenção do pleno emprego.

C — *Política Corporativa*

19 — Pode parecer estranho que falemos de uma política corporativa sobre problemas de desemprego tecnológico, mas cremos que esta é a mais exacta denominação do ponto de vista corporativo acerca do desemprego em longo período.

Como já dissemos, não conhecemos uma teoria corporativa sobre o emprego ([48]), e as referências doutrinárias são muitas vezes mais ditadas por considerações de ordem histórica que económica.

Na verdade, alguns autores mais especializados nos estudos históricos vêem na Corporação a forma de limitar a produção ao consumo, como pràticamente sucedia nas Corporações medievais ([49]).

Esse ponto de vista, que não pode ser chamado sequer doutrina corporativa, e que é apenas uma orientação no sentido de

---

([48]) Há quem negue mesmo a existência de uma teoria económica corporativa autónoma.

([49]) Bouvier-Ajam entende (in «La Doctrine Corporative», pág. 127) que a Corporação deve resolver os problemas de desemprego dividindo os trabalhadores pelas empresas, que assim ou aumentariam a produção ou reduziriam o número de horas de trabalho. Julgamos a solução péssima. A Corporação pode — e deve — ocupar-se do desemprego tecnológico. A Corporação pode e deve — ocupar-se do desemprego sazonal. Aquele cremos dever ser resolvido através da educação e adaptação a outra profissão dos que não conseguirem trabalho na mesma e com subsídios temporários. O desemprego sazonal deve ser resolvido procurando a própria Corporação arranjar actividade para ocupar esses homens na estação onde o desemprego se verifica (em geral é só na agricultura que este desemprego se verifica e, felizmente, no período em que a energia eléctrica é mais barata).

Bouvier-Ajan admite que o Estado imponha a uma Corporação a colocação dos desempregados de outra que os não pode manter. Não nos parece admissível. Só a Câmara Corporativa estaria em posição para se permitir tal imposição, que julgamos absolutamente desaconselhável.

pôr a Corporação a servir uma doutrina errada, assenta, a nosso ver, numa deficiência de interpretação histórica.

A Corporação da Idade Média era a corporação de uma economia artesanal num mundo estático, numa economia estagnatícia; a Corporação moderna é uma corporação de uma economia industrial, num mundo em constante transformação, numa economia em expansão.

Enquanto no mundo medieval o rendimento global era constante (visto que o progresso técnico era inexistente e a população estacionária) e a situação era lògicamente de pleno emprego, dentro dos princípios clássicos, esta «era técnica» impõe uma expansão à vida económica incompatível com a cristalização, e cremos que foi essa mesma a principal causa do desaparecimento das Corporações.

Se, porém, o corporativismo não possui uma teoria própria autónoma para os problemas do desemprego, isso não significa que a Corporação se desinteresse dessa grave questão social.

Se a pura teoria clássica dispensa qualquer acção para a extinção do desemprego em longo período, já a Corporação tem uma acção a desempenhar, e acção de primeiro plano, na aplicação das doutrinas do pleno emprego.

Em primeiro lugar, por um conhecimento exacto do ramo da actividade, a Corporação está em condições de fornecer aos seus membros, e aos que nela querem entrar, informações precisas que permitem cálculos muito mais seguros para a fixação das curvas de oferta e da procura e que assim eliminam muitos erros que se traduzem em desemprego ([50]).

Mas a Corporação, além das informações que permitem aos empresários fazerem os seus cálculos com uma maior segurança e diminuirem assim os riscos que podem ser causa de desemprego, está também em condições de fornecer aos órgãos superiores e ao Estado os elementos necessários à efectivação de uma política do emprego integral.

([50]) Já Keynes notara que «a instabilidade económica encontra uma causa... no facto de uma grande parte das nossas iniciativas na ordem do bem, do agradável ou do útil procederem mais de um optimismo espontâneo que de uma previsão matemática».

Como diz o Bureau International du Travail, «la mise en oeuvre d'une politique de plein emploi exige encore des informations dignes de foi et un mécanisme administratif approprié. Il est évident qu'il serait impossible de luter avec efficacité contre un type quelconque de chômage sans connaître à fond la situation particulière qui a donné naissance au chômage ni les éléments sans lesquels aucune décision judicieuse ne peut être prise sur les méthodes les plus propres à rémédier à la situation. Disposer de donnés satisfaisants est donc condition «sine qua non» de toute politique de plein emploi, comme de toute politique économique et sociale...».

«En outre, il importe que les donnés rélatifs aux conditions économiques soient fournies le plus rapidement possible. Des informations perimées sont d'un médiocre secours pour orienter une politique» (*La lute contre le chômage*—Genève, 1950—pág. 235).

Cremos evidente que só a Corporação pode estar em condições de fornecer elementos *dignos de fé* e de os fornecer ràpidamente, e só ela pode dispor de um mecanismo apropriado a uma política de emprego.

É que, na verdade, não ousamos crer nas possibilidades do Estado para obter informações dignas de fé sobre a situação da indústria (a generalização da fraude fiscal o prova) nem de as obter ràpidamente (o que é impossível se não se possuem permanentemente, o que só a Corporação pode conseguir, na prática) e menos ainda cremos que qualquer organismo estatal seja o mecanismo apropriado para realizar uma política de emprego, onde as influências dos factores psicológicos são grandes (e é notória a grande desconfiança do empresário em relação à intervenção do Estado).

Por isso julgamos que só a Corporação pode, na verdade, atingir esses fins, e assim vamos encontrar o próprio Keynes, quando diz:

«Creio que em muitos casos a dimensão ideal para a unidade de controle e de organização é um ponto intermédio entre o indivíduo e o Estado moderno. Eu opino, por isso, que o progresso está no desenvolvimento e no reconhecimento de entidades semi-autónomas dentro do Estado — entidades cujo critério de acção dentro do

próprio campo seja ùnicamente o bem público como elas o concebem, e de cujas deliberações sejam excluídos motivos de vantagem privada, se bem que possa ser ainda necessário, até que se torne maior o âmbito do altruísmo humano, deixar um certo campo à vantagem separada de alguns particulares, grupos, classes ou faculdades, — entidades que no curso ordinário dos assuntos sejam da maior autonomia dentro das suas próprias limitações, mas estejam sujeitas à soberania de democracia que se exprime através do Parlamento» (51).

Mas também é a Corporação que melhor que ninguém está em condições de modificar a repartição de forma a aumentar o consumo.

Entre as medidas tendentes a modificar a repartição, contam-se o Abono de Família e o Seguro Social (a primeira modificando a repartição e o segundo agindo também directamente sobre a propensão para consumir pela eliminação de uma das causas restritivas do consumo — a previdência), que são realizações de carácter corporativo e que só dentro da Corporação encontram o ambiente próprio para se desenvolverem.

Finalmente é a Corporação que com a sua especialização e com o seu particular interesse e competência estaria nas melhores condições para realizar, se necessário fosse, a socialização dos investimentos dentro do seu ramo.

Quanto à taxa de juro, também a Corporação a poderá regular se ela possuir, como preconiza Manoilesco, o seu banco próprio, especializado. Esse banco, até pelo facto da sua especialização e do melhor conhecimento das aplicações do capital que realizaria, teria naturalmente possibilidades de baixar a taxa de juro, mesmo sem que isso fosse exigido pela política da Corporação ou pela política nacional do pleno emprego.

E, assim, consideramos a Corporação como o melhor instrumento para realizar uma política de pleno emprego, que evitará «a la longue» os efeitos de um acréscimo de desemprego imputável ao progresso técnico.

---

(51) J. M. Keynes, *La Fine del Lasciare Fare*. Torino, 1936.

20 — O desemprego tecnológico em longo período (que só admitimos no desemprego tecnológico «lato sensu», desemprego este a que negamos a legitimidade de chamar tecnológico) perde as características iniciais e assim o seu estudo se confundiu muitas vezes com o do problema geral do emprego.

O desemprego tecnológico em curto período com as suas características bem marcadas, impõe um estudo mais especializado que nos leva a renovar a distinção que fizemos entre as diversas categorias de desemprego tecnológico.

Afirmamos então que desemprego tecnológico generalizado (isto é, o desemprego tecnológico como consequência fatal do progresso) não existia; que desemprego tecnológico «stricto sensu» também não existia, mas que deveria existir; e que desemprego tecnológico «lato sensu» não era verdadeiramente desemprego tecnológico.

Vamos agora estudá-los separadamente.

A — *Desemprego Tecnológico «stricto sensu»*

21 — Chamamos desemprego tecnológico «stricto sensu» àquele desemprego que é causado directamente pela substituição de um operário por uma máquina.

Este desemprego tecnológico, como problema social, não o conhecemos em Portugal, conforme dissemos, e, pelas afirmações de Florence Peterson, Director do Department of Social Division, vemos que também é desconhecido na América ([52]).

([52]) Diz Florence Peterson:

«The impact of technology upon the number of jobs or volume of employment is not obvious and direct since, in actual practise, summary mass layoffs at the time new machines are instaled are not frequent. Most technological improvements are introduced at small doses scattered among hundreds and thousands of different plants, their immediate effects being absorbed in the dinamics of industrial expansion and normal labour turnover, or, in reserve, obscured in the ground swell of a general economic depression» — «Survey of Economic Labors» — Nova Iorque — 1947, pág. 124.

Filiamos as explicações do caso português na preponderância da pequena indústria, onde há mais fàcilmente sentimentos de humanidade que levam o patrão a não despedir o trabalhador, mesmo quando não necessita dele. Por outro lado a escassez de capitais e os baixos salários dificultam a mecanização, que se realiza sempre lentamente, e assim não torna dispensável um número sensível de operários, o que poderia dificultar o exercício do espírito social que referimos.

Nos E. U. A. cremos que o desemprego tecnológico «stricto sensu» é evitado ao máximo pela acção das organizações sindicais ou simplesmente pelo seu prestígio.

Já falámos da necessidade que julgamos haver de fomentar este desemprego tecnológico, e no capítulo seguinte exporemos o nosso ponto de vista.

Agora só nos cabe expor a forma como se apresenta o desemprego tecnológico «stricto sensu».

Como dissemos atrás, o desemprego tecnológico «stricto sensu» é sempre pequeno nas primeiras mecanizações, não só por razões de humanidade, mas também porque a própria mecanização é um sinal de prosperidade da empresa (que assim pode suportar fàcilmente o encargo de um desemprego invisível enquanto aguarda a sua expansão) e ainda porque a mecanização, não se dando simultâneamente em todas as secções da empresa e acarretando sempre um aumento de produção, vai exigir normalmente mais pessoal nas secções não mecanizadas, que assim absorvem os deslocados pela máquina.

Por outro lado, como a mecanização vai diminuir o preço de custo dos produtos, a empresa, até pelo motivo de ordem psicológica da rotina de determinado encargo, em vez de manter a produção e diminuir os encargos, é tentada pela solução de manter os encargos e aumentar a produção, embora para isso tenha de diminuir o preço da venda para lutar na concorrência. Essa diminuição, que lhe é possível pela redução obtida no custo dos produtos, vai-lhe no entanto assegurar um rendimento total superior.

É evidente que, no caso das primeiras mecanizações, este movimento se pode desenvolver como acabámos de expor porque as

empresas ainda não mecanizadas não são levadas a uma luta de concorrência em que se saberiam batidas antecipadamente.

E aqui, a elasticidade do produto da empresa apresenta-se de uma forma totalmente diferente da elasticidade do produto global porque não é a um aumento de mercado, mas à deslocação deste que se faz apêlo. As empresas que primeiro se mecanizam têm assim todas as probabilidades de encontrar uma elasticidade nas vendas largamente superior a 1.

Por isso o desemprego tecnológico nesses casos será sempre limitado e assumirá geralmente a forma de desemprego invisível, já que a empresa, entrando no caminho do aumento da sua produção, tem vantagem também em manter ao serviço os operários substituídos pela máquina que prevê lhe sejam necessários dentro em breve. Durante este período alguns fazem mesmo a sua adaptação às máquinas quando a empresa prevê que o acréscimo de vendas a levará a aperfeiçoar a sua mecanização.

E assim os operários estarão a dar provisòriamente um rendimento inferior à sua remuneração, até que a expansão da empresa imponha a económica utilização do seu trabalho.

Por tudo isso, os desempregados tecnológicos desta categoria serão sempre poucos nas primeiras mecanizações, e nas últimas, como veremos, o desemprego tecnológico «stricto sensu» aparente encobre, na realidade, um desemprego tecnológico «lato sensu».

Ora esses desempregados tecnológicos têm que ser colocados em breve.

Consideramos isto muito importante porque como hoje é pacìficamente aceite, os factores humanos estão entre os primeiros na produtividade e entre estes a forma como o homem encara o progresso é basilar.

A existência de um desemprego tecnológico «stricto sensu» prolongado teria as mais funestas repercussões sobre os conceitos humanos acerca do progresso e, assim opor-se-ia fortemente a esse progresso.

Por isso o problema do desemprego tecnológico «stricto sensu» terá que ser resolvido, e resolvido dentro de curto prazo, e resolvido cabalmente, isto é, dando ao desempregado tecnológico, na medida do possível, um trabalho semelhante ao anterior, com um salário não inferior e na mesma região.

Como dissemos, não julgamos o caso muito difícil nas primeiras mecanizações.

No capítulo seguinte exporemos a solução que consideramos preferível.

O que agora queremos notar é que esse desemprego tecnológico, que é por natureza transitório, tem que ser abreviado ao máximo, sob pena de se comprometer o progresso técnico, e que aqui, mais do que em qualquer outro caso, se justificam subsídios de desemprego, não só para manter o consumo no mesmo nível, mas para evitar as consequências sobre o progresso técnico a que vimos fazendo referência.

Mas a mecanização das empresas vai-se acentuando e a situação do desemprego tecnológico alterando progressivamente.

À medida que o número das empresas que se mecanizam aumenta, elas vão começando a deparar com maiores dificuldades no mercado, onde terão, cada vez mais, que concorrer não só com as menos desenvolvidas tècnicamente, mas também com as que se anteciparam na adopção dos progressos técnicos, e assim as possibilidades de aumento do seu mercado são cada vez menores. E enquanto as indústrias que não se mecanizam começam a entrar em crise e a dispensar operários, vítimas do que chamamos desemprego tecnológico «lato sensu», as que se atrasaram na mecanização vão encontrar um mercado já saturado, onde dificilmente existe lugar para os seus produtos. Assim, os operários que dispensarão quando se mecanizarem não são vítimas da introdução do progresso nessas empresas, mas da sua falta de progresso em tempo oportuno.

São portanto mais desempregados tecnológicos «lato sensu» que desempregados tecnológicos «stricto sensu».

E, por isso, a questão já se apresenta de uma forma totalmente diferente, até mesmo no aspecto psicológico. em cuja importância não é demais insistir.

Os desempregados sabem que foi a demora na adopção do progresso técnico pela empresa que motivou o desemprego.

Por isso os incluímos no grupo dos desempregados tecnológicos «lato sensu» que passamos a estudar.

B — *O Desemprego Tecnológico «lato sensu»*

22 — Este desemprego, impròpriamente chamado tecnológico, é, no entanto, frequente e natural nos períodos de progresso técnico que, por um lado, arruinam certas indústrias cujos produtos foram substituídos e por outro lado não permitem atrasos na adopção das conquistas da ciência ou da técnica. Este desemprego é, supomo-lo, inevitável, já que o progresso se caracteriza exactamente pela substituição de produtos e de técnicas e assim, enquanto vão surgindo novas empresas para satisfazer melhor as necessidades do consumidor, vão desaparecendo aquelas cujos produtos deixaram de ter consumo ou cuja técnica já não suporta a concorrência das novas empresas (53).

Este desemprego é o mais importante em volume e consideramos que ele crescerá mesmo na medida em que o ritmo do progresso técnico se acentuar (54).

Contudo não se deve supor que detido o progresso técnico estes sofrimentos diminuiram.

---

(53) Diz Henry Ford que «o grande desemprego é o que resulta da destruição em bloco de certas indústrias pelos aperfeiçoamentos técnicos ou então se verifica nas indústrias que recusam seguir o progresso da ciência e da prática. Se aqueles que dirigem a indústria estão sempre em dia e não adormecem, um desemprego prolongado é impossível. Só as indústrias onde o sono se instala é que acordam um belo dia para descobrirem que já não são precisas. E nós passamos sempre melhor quando uma dessas preguiçosas dá o seu último suspiro, porque são invariàvelmente indústrias que pagam salários baixos». «O Progresso», Paris, 1930, pág. 10.

Estas observações curiosas e severas apenas se devem aplicar, evidentemente, à segunda causa de desemprego apontada pelo autor — a do atraso na adopção do progresso, já que na primeira hipótese há que reconhecer a impotência da indústria para dominar o problema.

Com efeito, a destruição da indústria de segeiro, com o desenvolvimento dos automóveis não podia de forma alguma ser evitada pelos industriais nem estes poderiam transformar as suas oficinas em fábricas de automóveis, como os industriais de tanoaria, arruinados pela utilização de navios-cisternas, não poderiam transformar as suas oficinas em estaleiros de barcos-cisternas.

(54) Transcrevemos o curioso esquema com que Fourastié resume e conclui o seu estudo acerca do efeito do progresso técnico sobre as rendas e a produtividade do trabalho: «Ainsi le progrès technique, par le mécanisme

Pelo contrário, a maior crise económica do século, em 1929, teve talvez como causa principal a paragem do progresso técnico, e um homem tão lúcido como Ford não hesita em afirmar que foi a «paralisação completa de todo o progresso na qualidade das mercadorias e nos métodos de fabrico que acarretou a paralisia no aumento do poder de compra» (55).

E se antes da era técnica o flagelo de desemprego era quase desconhecido (56) é porque as crises de subprodução se encarregavam de reduzir a população, que em vez de ser condenada ao desemprego era condenada à morte pela fome de tal maneira que se manteve sem aumento desde a Idade Média até 1800.

Ora estas crises de subprodução, gravíssimas (57) tinham exactamente por causa a falta do progresso técnico. Com efeito, dado que a técnica era sempre a mesma, o aumento da população punha em movimento a lei do rendimento decrescente; então bastava qualquer mau ano agrícola, ou as perturbações internas que essa baixa de nível de vida produzia, para se assistir a uma catástrofe.

Regozijemo-nos com o facto das crises de desemprego actuais não apresentarem essa gravidade das crises tradicionais, de não ocasionarem uma subida vertical da mortalidade (ao contrário, continua a decrescer), de não motivarem uma diminuição súbita da densidade da população (que não sofre a influência da crise) nem uma alta notável dos preços (que continuam a descer) nem

---

des prix, la création puis la destruction des rentes, la fortune des aventuriers et la ruine des attardés, impose la migration incessante des travailleurs, les prosperités et les dépressions.

«En même temps qu'il apporte à l'humanité les plus grands et les plus durables bienfaits, le progrès technique apporte donc aussi des passagères mais dures souffrances: les licenciements, les crises, le chômage» (*Le Grand Espoir du XXème Siècle*, ed. cit., pág. 139).

Porque não está no âmbito deste trabalho, não expomos as bases do raciocínio que Fourastié assim resumiu.

(55) «Le Progrès», pág. 10.

(56) «Quase desconhecido», mas não totalmente. Pode-se mesmo citar como grande crise de desemprego a verificada em Roma no ano 2.º.

(57) Na crise de 1700, em França, a população desceu 10 %, e nalgumas comunas 20 a 25 % (V. Fourastié, «Le Grand Espoir du XXème Siècle», pág. 141).

uma queda vertical do nível de vida (que é pouco influenciado). Mas por outro lado, o progresso técnico faz com que nas crises actuais o desemprego seja trágico, e, embora as crises sejam muito menos graves, elas são mais sensíveis sob os pontos de vista político e social, o que se deve fundamentalmente à acção dos seguintes factores: uma mentalidade geral, com forte influência socialista, derivada do facto dos Estados invadirem todos os domínios e assim serem tornados responsáveis por todos os eventos; uma maior cultura e dignidade na população operária em consequência da melhoria do género de vida, que o progresso técnico permitiu; um mais alto nível de vida, que torna mais dolorosa qualquer descida; uma maior difusão das doutrinas económicas de influência Keyneseana a criarem a consciência geral de que as crises não são justificadas, mas apenas explicáveis pela ignorância ou desinteresse dos homens que dirigem a economia.

Mas este desemprego, filho das crises económicas e só muito indirectamente ligado ao progresso (que vai criando um estado de espírito eufórico, que depois se não mantém) não é de forma alguma desemprego tecnológico «lato sensu». É um desemprego geral derivado da diminuição brusca de um consumo que até aí tinha sido crescente.

E este desemprego geral, tanto pelas causas que o originam como pelos efeitos que produz, como ainda pela terapêutica que exige, está fora do âmbito do nosso estudo.

Totalmente diferente é o desemprego tecnológico «lato sensu» que vimos estudando. Este, verificando-se em período de progresso técnico, não pode deixar de ser de fricção, pois, como julgamos suficientemente demonstrado, o progresso não traz diminuição, mas aumento de trabalhadores ([58]).

Se assim não fosse, então teríamos um desemprego tecnológico «generali sensu», que, como os números patenteiam, não existe e cuja inexistência já tentámos explicar.

([58]) Salvo, como dissemos, quando a população prefere aumentar o género de vida a aumentar o seu nível. Mas, além do fenómeno só se produzir depois de um determinado estado da evolução económica (poderíamos dizer, numa expressão arriscada pelas interpretações a que se presta, que a Nação adquiriu então a saturação da riqueza), sucede que essa diminuição, sendo voluntária, não aumenta o número de desempregados, mas diminui a população activa e assim aumenta as probabilidades de emprego.

Portanto o desemprego tecnológico «lato sensu», que consideramos inerente a uma vida económica dinâmica, e fatal neste período transitório entre a economia da escassez e a economia da abundância, é, e não pode deixar de ser, um desemprego de fricção em período de progresso técnico que é precisamente aquele em que ele se manifesta.

Ele é, como dissemos, a consequência da diferença de ritmo com que os homens adoptam o progresso e se adaptam a ele.

Como vimos atrás, a evolução do consumo não é correspondente à do progresso técnico. Enquanto este não obedece a quaisquer leis, pois depende ùnicamente do engenho humano, o consumo vai evoluindo segundo uma ordem de saturação de necessidades que faz com que num estado adiantado de progresso seja exactamente no sector menos progressivo que ele mais se desenvolve. Ora é essa diferença entre o desenvolvimento da produção e do consumo que motiva o desemprego de que vimos tratando.

Enquanto, por influência do progresso, a produção cresce sobretudo no sector secundário, o consumo, já saciado do primário, volta a sua preferência para o terciário.

A dificuldade da transferência da população activa de um para outro sector é que causa desemprego de fricção, indirectamente relacionado com o progresso técnico.

Por isso, sem negarmos as possibilidades de crises de desemprego, mas negando apenas que sem o progresso técnico elas não existiriam ou seriam menores, concluímos que o desemprego motivado pelo desaparecimento de empresas, batidas pela concorrência de outras mais bem equipadas tècnicamente, ou pelo desaparecimento de indústrias que produzem artigos que o consumo rejeita, é um desemprego de fricção e assim, se o julgamos impossível de evitar, também julgamos possível de remediar.

*

Como já dissemos, o desemprego a que chamamos desemprego na profissão motivado pela deslocação do mercado de uma para outra indústria é, por isso mesmo, um desemprego de fricção, e

assim de alcance e resultados semelhantes ao dos casos que vimos analisando. O desemprego causado pelo simples desinteresse do público que deixou de sentir uma necessidade (é o caso da indústria de chapelaria) é, numa economia em expansão, também um desemprego perfeitamente assimilável ao desemprego tecnológico «lato sensu» na forma como o desempregado se apresenta no mercado do trabalho, pois os consumidores gastarão noutros artigos o que deixam de gastar naquele que abandonaram.

Como notámos ao tratar do desemprego tecnológico «stricto sensu», a situação dos desempregados das fábricas que tardam em se mecanizar é também pràticamente idêntica à daqueles de que vimos tratando, e mesmo na origem, se encontra fundamentalmente a mesma causa. Como então dissemos, os operários dispensados são-no menos por virtude do equipamento da sua empresa, do que por causa da anterior modernização das outras, que foram ocupando na expansão do mercado de consumo o lugar que esta, atrasada, deixou perder.

Conclusões

23 — Cremos poder expor da forma seguinte o nosso ponto de vista acerca do problema da influência do progresso técnico sobre o emprego.

A primeira variante a sofrer a influência do progresso é o próprio rendimento global, e, assim, não se trata apenas de uma nova distribuição do mesmo rendimento, como a teoria clássica admitia, mas da distribuição de um rendimento maior, que alarga o número de consumidores, e o volume do consumo.

Desta forma o progresso técnico vai aumentar o poder de consumo da comunidade.

Esse aumento do poder de consumo vai-se reflectir antes de mais em bens de primeira necessidade — do sector primário —, depois em bens do sector secundário e finalmente em bens do sector terciário.

Na parte em que se exerce em bens do sector primário, a sua influência no emprego não é muito sensível. Na verdade é nesse sector que a influência do aumento do poder de compra menos se faz sentir, exactamente porque se trata de um consumo de primeira

necessidade. E, além disso, o desemprego oculto na agricultura é frequentemente bastante grande.

Colin Clark, baseando-se em estatísticas americanas, inglesas, alemãs, irlandesas, suecas, canadianas e australianas, concluiu que já a partir de um rendimento anual de 100 I. U., as despesas com a alimentação começam a diminuir na percentagem do consumo geral (saturação relativa) e que a partir de um rendimento de 1.200 U. I. elas atingem a saturação absoluta, com 360 U. I. ([59]).

Entretanto devemos notar que a influência exercida neste sector teria sempre efeitos mais favoráveis sobre o emprego do que a exercida sobre o factor secundário. Assim, sendo menor a média real da produção no sector primário do que no secundário, aquela parte do rendimento que for gasta em produtos primários exige um acréscimo maior de emprego do que a que for gasta em produtos secundários ([60]).

([59]) Entre 1935-1939 a relação das despesas alimentares com os salários dos operários especializados era de 30 a 35 % nos países ricos, 60 % nos médios e 85 % nos países pobres.

([60]) Média real da produção por cabeça, em unidades internacionais, no período de 1925-34:

Países	Primário	Secundário
E. U. A.	661	1.560
Inglaterra	408	561
França	415	584
Canadá	618	1.855
Eire	292	811
Estónia	268	484
Hungria	250	492
Roménia	200	425
Austrália	1.524	905
Índia	127	246
Japão	120	550
Nova Zelândia (aqui 1934-35) (*)	2.444	1.490

(*) As excepções que aparecem neste quadro — elaborado sobre dois quadros de Colin Clark, in «The Economics of 1960» — não têm significado. São casos muito especiais, de países onde a agricultura assume o carácter industrial.

Note-se que segundo o critério de Fourastié a agricultura nesses países deveria estar no secundário e não no primário.

A parte consumida em artigos do sector secundário vai, evidentemente, trazer um aumento de emprego, maior ou menor conforme a percentagem da mão-de-obra na indústria e o valor do trabalho indirecto.

Finalmente outra parte do acréscimo da riqueza vai ser consumida em produtos terciários.

Esta é, cada vez mais, a parte principal, pois enquanto o consumo do sector primário se satura fàcilmente, e o consumo do sector secundário começa em dado momento a manifestar efeitos de saturação, o terciário é precisamente o sector onde o progresso técnico menos influência exerce, o que significa que é aquele onde a percentagem da mão-de-obra é maior.

Consideremos, todavia, que é neste sector que o rendimento por trabalhador é mais elevado, donde resulta que a mesma importância dispendida com o sector terciário terá menos efeito sobre o emprego directo do que se fosse consumida em bens do secundário.

Este o movimento geral de acréscimo do consumo derivado do aumento de rendimento que o progresso técnico causou.

Se estas alterações da estrutura do consumo se passassem sem um aumento de rendimento, o resultado seria evidentemente catastrófico, porque além das perturbações da migração da população haveria uma diminuição de mão-de-obra, visto que uma dada importância gasta no sector terciário dá normalmente trabalho a um número de pessoas menor do que no sector primário e assim se patenteia a falsidade da base da teoria clássica.

Mas este facto do aumento real da riqueza, que a teoria clássica não fez intervir nos seus cálculos, vem reforçar o optimismo da referida teoria ao permitir afirmar que o progresso técnico é causa de emprego e não de desemprego, por isso que permite aumentar os rendimentos, fonte de consumo e investimento.

E finalmente o acréscimo de riqueza engendrado pelo progresso técnico, depois de aumentar o consumo e assim o nível de vida da população, vai melhorar o seu género de vida ([61]).

Nessa melhoria inclui-se o aumento da escolaridade (o que

([61]) Empregamos a terminologia de Fourastié, que distingue entre género de vida e nível de vida. No primeiro agrupa todos os elementos que

corresponde a elevação da idade mínima do trabalhador), a diminuição da idade da reforma, o aumento das férias e dias feriados, a diminuição das horas de trabalho, o subsídio da mulher no lar, que a afasta do trabalho exterior e os abonos de família que encorajam a natalidade. Não é difícil ver que essas melhorias diminuem o número de trabalhadores e o número de horas de trabalho.

Por isso consideramos que o progresso técnico, além da evolução prevista pelos modernos economistas, como Colin Clark e Jean Fourastié, de uma migração da população activa do secundário para o terciário, trará uma diminuição da população activa, diminuição que não significa aumento do desemprego, que não é um mal, mas antes um bem trazido pela máquina.

Se toda a vida económica assenta no raciocínio de preferência do consumidor, consideramos que esta forma esquemática corresponde à evolução das suas preferências, que determinar a evolução da vida social. O consumidor empregará a riqueza que o progresso técnico lhe trás, de acordo com a seguinte ordem:

1 — Necessidades indispensáveis: alimentação, vestuário, abrigo, em ordem decrescente, fàcilmente saturáveis relativamente e em absoluto ([62]).

concorrem para definir as condições materiais da vida do homem, mas que não são mensuráveis em moeda. No segundo inclui os consumos de bens ou serviços avaliáveis em moeda. («La Civilisation de 1957», pág. 10).

([62]) Colin Clark, com base nas estatísticas atrás referidas, elaborou o seguinte quadro:

	Rendimento real anual em U. I. por trabalhador								
	100	200	300	400	500	600	800	1.000	1.200
Percentagens de consumo:									
Alimentação	*60,5*	56,5	52,5	49	46,5	43,5	38,5	34	30
Vestuário	7,5	10	12	13	*14*	14	13,5	13	12,5
Habitação	11	11,5	12	12,5	13	13,5	14,5	*15*	15

Este quadro mostra-nos que a saturação relativa das necessidades de alimentação atinge-se abaixo das 00 unidades internacionais, a do vestuário, com o rendimento de 500 U. I., e que as da habitação se saturam no nível das 1.000 U. I.

2 — Necessidades condicionadas ([63]) — habitação, mobiliário e equipamento doméstico, — fàcilmente saturáveis relativamente, dificilmente saturáveis em absoluto.

3 — Necessidades de civilização — livros, artes, viagens, cinemas, espectáculos públicos, etc. — dificilmente saturáveis.

4 — Melhoria do género de vida.

É fácil ver que das necessidades a que chamamos indispensáveis, aquela que é absolutamente vital — a alimentação — é dependente do sector primário; as necessidades a que à falta de melhor termo chamamos condicionadas, dependem do sector secundário e as que colocamos no grupo a que chamamos de civilização dependem, na sua maior parte, do sector terciário, sobretudo se adoptarmos o critério de Fourastié.

E a classificação que fizemos vem-nos revelar que, no sector secundário, é nos artigos de luxo que se encontra mais distante o ponto de saturação, o que exerce uma influência favorável no emprego. Como diz Comman: «The narrow capacity of human stomach» noticed by Adam Smith and the narrow breadth of the human back hinder the indefinite expansion of demand for the necessaries of food and clothing, so that progress in wealth and civilization necessarily and happily leads to a smaller proportion of the population being employed in producing necessaries and a larger in producing luxuries. The essences of luxury is variety and consequently employment comes to be more and more divided among a vast number of trades, each of which taken by itself is a small trade easily represented as of very little importance as a «giver» of employment, but which, taken all together, «give» a continually larger and larger proportion of the whole amount of employment. The truth of this has seldom been more important than in the present age, in which quite unexempled progress in the arts of production is accompanied by a sharp decline in the rate of growth of population which diminishes the number of stomachs to be fed

([63]) Reconhecemos a imprecisão do termo, mas não encontramos outro mais elucidativo. De resto a própria noção é imprecisa e variável no tempo e no espaço.

A denominação «necessidades adquiridas» engloba também as que colocamos no 3.º grupo, e por isso a não empregamos.

and backs to be clothed (The Problem of Unemployment, in «Economic Journal» — March, 1930, pags. 53-54).

E assim, como efeito do progresso técnico, cremos nas previsões baseadas na observação, de:

diminuição da percentagem do sector primário ([64]);

crescimento da percentagem do sector secundário, seguido de diminuição lenta;

aumento da percentagem da população no sector terciário.

e prevemos ainda:

diminuição da percentagem total da população ([65]) em condições de trabalhar (empregável).

Este efeito, que já se começa a notar nos E. U. A., é, supomos, o sinal de entrada de uma economia na fase a que Fourastié chama de «encerramento do período transitório» ([66]) e, como é evidente, a sua influência traduzir-se-á por uma reabsorção de desempregados, que ocuparão os lugares deixados vagos pelos menores, pelas mulheres, pelos reformados e pelos que se encontram em gozo de férias, e que produzirão bens para essa camada cada vez maior da população.

Esta a nossa interpretação pessoal da influência do progresso técnico sobre o emprego ([67]).

([64]) Neste sector de progresso técnico médio o aumento de consumo, fàcilmente saturável, segue um ritmo mais lento do que o do progresso.

([65]) Até mesmo pela diminuição da percentagem de adultos nas populações que fazem uma política de natalidade. Veja-se a seguinte estatística da população e da mão-de-obra nos E. U. A., extraído das publicações do O. E. C. E.

	População índice: 1948 — 100	Mão-de-obra índice: 1948 = 100
1948	100	100
1950	103,4	101,5
1952	107	103,8

([66]) Note-se que Fourastié não diz que os E. U. A. já estão no período de encerramento do período transitório. Cremos, no entanto, que, adoptando precisamente os seus pontos de vista e notando a evolução da economia americana, devemos concluir que os E. U. A. entraram nesse ponto.

([67]) Estamos a considerar um esquema geral que toma como base os países actualmente mais desenvolvidos sob o ponto de vista económico. Nos países menos adiantados econòmicamente o esquema é diferente, sobretudo no

Daqui concluímos que o progresso técnico não tem por efeito o desemprego, mas o aumento das possibilidades de emprego, pela soma cada vez maior de necessidades a satisfazer (sobretudo no grupo terciário, onde a influência do progresso sobre o volume da mão-de-obra é menor) e pela percentagem decrescente de indivíduos empregáveis.

Parece-nos ser esta a tendência natural, o que de forma alguma significa evolução fatal, e assim, se cremos nas virtudes do liberalismo económico, se acreditamos na existência, também na economia, de uma ordem superior que rege esta «anarquia ordenada», igualmente supomos que essa liberdade tem que ser vigiada, e que a tendência natural não prescinde de auxílio para o seu desenvolvimento. Ao contrário dos clássicos, que limitavam a intervenção estatal à garantia da liberdade, consideramos que aquela se deve exercer no sentido de desenvolver as tendências normais favoráveis, e de evitar ou remediar as perturbações desfavoráveis.

Assim como o homem, apesar da sua tendência natural, não pode prescindir da medicina, da profilaxia, da higiene e até da cultura física; assim como uma exploração agrícola não é deixada ao desenvolvimento das suas tendências naturais, mas exige cuidados constantes, desde a adubação, do arranque das ervas nocivas e da protecção contra as doenças até à poda que vai intervir no sentido de dar à árvore a sua forma natural, também o desenvolvimento do progresso técnico (embora dentro de uma linha evolutiva natural, que conduz à ordem e à prosperidade e não ao desequilíbrio e à ruína) tem que ser acompanhado de forma a não sofrer desvios, a dar todos os seus bons frutos; e tem que ser tanto mais acompanhado quanto mais evoluída for a sociedade, sob o ponto de vista económico.

Também isto é uma lei natural; são as sociedades, como os mecanismos que quanto mais complicados são, mais precisam de assistência e cuidados.

Por isso as nossas conclusões optimistas não negam os perigos

---

que se refere ao terciário, que é o sector onde, à falta de primário e secundário vem a cair grande parte da população activa. É, contudo, um «terciário» diferente do dos países mais desenvolvidos. É, fundamentalmente, um terciário servil.

a que Keynes faz referência e que aumentam com a evolução da sociedade, nem de qualquer forma dispensam a intervenção no sentido de estimular os factores favoráveis (propensão para o consumo, incitamento ao investimento) sempre que se desenhe uma diminuição de intensidades desses factores ([68]).

E é exactamente porque cremos que a evolução que descrevemos é a «ordem natural», que consideramos útil a intervenção, pois uma intervenção contrária à evolução normal tem sempre mostrado em todos os campos a sua inutilidade.

Julgamos por isso poder resumir o ponto de vista exposto, dizendo que confiamos na existência duma ordem natural que assegurará o equilíbrio entre o progresso técnico e o emprego, e que consideramos por isso que a vida económica se deve desenvolver em liberdade, mas em liberdade vigiada, ou melhor acompanhada ([69]).

Essa vigilância impõe, além das intervenções indirectas na economia a que fizemos referência, intervenções directas no problema do desemprego tecnológico «stricto sensu» e no desemprego tecnológico «lato sensu».

No capítulo seguinte veremos o sentido e a extensão que essas intervenções directas deverão tomar, mas, como conclusão do que ficou escrito, cumpre-nos desde já notar que no desemprego tecnológico «stricto sensu», porque é transitório, a solução há-de ser diferente da que vier a ser adoptada para o desemprego tecnológico «lato sensu», que é fricção.

Com efeito, no primeiro caso, a discordância entre o emprego

([68]) E assim a intervenção do Estado pode ser necessária se o aumento de rendimento devido ao progresso técnico tarda em ser justamente repartido. Pode então ser necessário, ao saneamento da vida económica e à manutenção do nível de emprego, que sejam coercivamente elevados os salários ou diminuídos os preços — o que, cremos, não poderia deixar de se verificar mais tarde ou mais cedo.

Também a intervenção na taxa de juro, se esta tarda a descer a um nível que incite o investimento, pode ser necessária. Note-se que, em ambos os casos, se trata apenas de reforçar uma tendência natural de estimular um movimento que, por um egoísmo compreensível, está a ser abusivamente retardado.

([69]) Assim nos afastamos igualmente do socialismo, que extingue a liberdade económica, e do liberalismo, que não admite a intervenção.

e os trabalhadores é apenas de tempo e na segunda hipótese, do desemprego tecnológico «lato sensu», o desencontro é, não de tempo, mas de espaço ou de especialização.

Em qualquer das hipóteses nos encontramos não perante factos irremediáveis, mas diante de situaçèes que podem ser resolvidas, e que o devem ser, embora a sua resolução acarrete dificuldades, sacrifícios e encargos; dificuldades, sacrifícios e encargos que, não é lícito duvidar, serão muito menores do que os provocados pela sua não resolução.

Com efeito entre as dificuldades técnicas, dominàveis, da colocação dos desempregados e as que derivam das perturbações sociais económicas e morais de extensão imprevisível que a sua situação pode provocar, cremos ser evidente o maior peso das segundas. Entre o sacrifício de mudar de profissão ou de terra, ou mesmo de ser forçado a efectuar as duas mudanças, e os que resultam da situação de carência em que o desemprego coloca a família do trabalhador, não é lícito hesitar. Finalmente, do que escrevemos sobre a necessidade de manter um alto consumo para assegurar uma vida económica normal e evitar as crises de produção, e do que resulta das teorias do multiplicador ([70]), que mostram como as reacções da vida económica são em cadeia e como uma crise de emprego pode desencadear uma crise económica de extensão imprevisível, é legítimo concluir que os encargos com a resolução dos problemas do desemprego tecnológico são bastante menos onerosos para a comunidade do que as consequências de uma crise económica que a sua não resolução pode provocar, e compensam largamente os riscos que cobrem ([71]).

([70]) A concepção do multiplicador, elaborada por Kahn, é um dos elementos das teorias Keynesianas. Não nos cumpre fazer aqui a sua exposição, e por isso nos limitamos a dizer que o multiplicador é, para Kahn, a relação entre os aumentos do emprego primário os do emprego total, e que Keynes distingue este multiplicador, a que chama o multiplicador de emprego, do multiplicador de investimento (a relação entre os aumentos do investimento e do rendimento total).

([71]) Em Portugal a política de combate ao desemprego é efectuada com a percentagem de 3 % sobre o salário.

Na Bélgica, país onde os desempregados se elevam, normalmente, a 200.000, a luta contra o desemprego é conduzida com uma percentagem de 6 % sobre o salário (dos quais 1 % a cargo dos patrões, 1 % a cargo dos operá-

Por outro lado as resoluções do problema não são tão onerosas como parecem, porque a aplicação do que poderíamos chamar medidas terapêuticas é também uma medida profiláctica. Expliquemos: pela referida concepção do multiplicador, a um acréscimo de emprego em determinado ramo corresponde um aumento maior no emprego total (já que os empregados, vendo aumentado o seu poder de compra, vão ser consumidores de outras indústrias, que assim aumentarão o emprego e, por uma reacção em cadeia, vão criar novos consumidores que exigem novos empregos para satisfazer as suas exigências).

Por isso a colocação de uma determinada percentagem de desempregados pode ser suficiente para evitar mais desemprego e extinguir o existente. Essa percentagem depende do multiplicador. Ora o multiplicador é tanto maior quanto mais longe se estiver da situação de pleno emprego, donde resulta que o problema não so diminui de gravidade numa proporção maior do que aquela em que vai sendo resolvido, como essa proporção é tanto maior quanto maior for a sua gravidade.

Concretizando: A colocação de um número D de desempregados diminuirá o desemprego não apenas em D, mas em $D \times M$ sendo M o multiplicador que é tanto maior quanto maior for a crise de desemprego.

Por conseguinte, os encargos que trará a resolução sistemática dos problemas do desemprego tecnológico são muito menores do que os que um cálculo fácil permitiria deduzir e opor-se-ão a um desemprego causado pela diminuição de consumo, que poderia, pelo mecanismo do multiplicador, conduzir a um desemprego maciço.

Ora o que se torna absolutamente necessário conseguir é que a crise de estrutura que é o desemprego tecnológico «lato sensu» não se transforme numa crise de consumo causada por uma defeituosa distribuição geradora de um desemprego maciço que arruinaria a sociedade.

---

rios e o resto a cargo do Estado). Note-se que na Bélgica o sistema é completíssimo, e a sua perfeição influi mesmo na existência de um número tão elevado de desempregados como excita à fraude, bastante generalizada.

V

SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS DE DESEMPREGO TECNOLÓGICO

24. Nesta parte final do nosso trabalho examinaremos e criticaremos as soluções que têm sido preconizadas e exporemos a que julgamos ser mais justa e eficaz.

Porque os problemas de desemprego se apresentam perante os políticos quase sempre inesperadamente, embora as crises que os originam sejam geralmente previsíveis e previstas pelos economistas, sucede que as soluções que lhe têm sido dadas são muitas vezes casuísticas, constituindo mais remédios de urgência do que a prossecução de uma política sistemática.

A — Soluções a considerar

25. Cremos porém poder enquadrar as soluções dadas aos problemas do desemprego nas seguintes categorias:

1) Redução de horas de trabalho;
2) Subsídio de desemprego;
3) Subsídios de colocação;
4) Reeducação rofissional;

5) Transferência da mão-de-obra para outra região;
6) Transferência da mão de-obra para outra profissão.

Não falamos, evidentemente, do ponto de vista puramente liberal, que já criticámos e que hoje, dada a gravidade que qualquer crise apresenta, não é, nem pode ser, seguido por nenhum país.

Se os políticos práticos são (até mesmo pela força das circunstâncias e das pressões do mundo do trabalho) levados a procurar soluções de emergência para as crises de desemprego, entre os cultores da política económica não faltam ainda os que, com a pretensão de ter uma visão larga dos problemas, se desinteressam do presente e crêem que a desgraça actual de alguns é o prelúdio de uma felicidade futura geral. Ora a verdade é que essa felicidade geral é nula para os que morrem no prelúdio.

O que está na base deste alheamento imoral é a pretensão da grandeza de vistas, o erro de calcular a evolução a longo termo, quando a medida da política tem que ser a vida humana.

Não nos referimos às soluções financeiras que não são específicas do desemprego tecnológico, mas do desemprego geral, como não examinaremos a política de obras públicas, pela mesma razão.

A ambas fizemos referência ao equacionar os problemas que nascem do desemprego, mas o seu estudo afastar-nos-ia dos limites que nos impusemos, para nos arrastar para o campo dos problemas gerais do emprego, inseparáveis dos problemas dos preços, das rendas, do crédito e da moeda.

Examinaremos agora as soluções que mencionámos:

1 — *Diminuição de Horas de Trabalho*

26. Esta solução é a mais cómoda, a mais fácil, a que primeiro vem ao espírito, e é também a mais absurda, mais ineficaz, mais contraproducente.

Ela foi, no entanto, a preconizada pelo Bureau International du Travail, em 1933-34.

Consiste esta solução, como é óbvio, em diminuir o número de horas de trabalho diário enquanto o seu rendimento aumenta de forma a evitar que o progresso técnico dispense braços. No fundo

apenas se pretendia mascarar o desemprego, que de declarado passaria a oculto.

O erro deriva da base em que assenta: — o princípio da constante do rendimento nacional; a ignorância deste facto dominante da vida económica desde 1800 — o progresso.

Vejamos primeiro as consequências gerais desta medida para em seguida a apreciarmos no caso especial.

De duas formas se pode efectuar essa redução de horas de trabalho — ou à custa do operário ou da empresa, isto é, ou mantendo-se o mesmo salário horário (e diminuindo portanto o salário diário) ou mantendo-se o salário diário (e aumentando assim o salário horário).

No primeiro caso (impossível na prática, pela força da reacção dos operários — o B. I. T. afastou-a) aconteceria a injustiça manifesta de serem os operários a pagar os encargos do benefício que para a empresa e para os consumidores resultaram de progresso técnico. Mas, além da imoralidade da solução, é evidente a sua ineficácia e mesmo o seu perigo.

Com efeito, dela resultaria uma diminuição do poder de compra que, pela influência do multiplicador, seria geradora de mais desemprego.

E não se diga que a diminuição dos salários não acarretaria uma diminuição do poder de compra porque ela corresponderia a uma baixa no custo dos produtos ([72]) — não é exacto. Os produtos desceriam, mas não na mesma proporção, porque, além dos serviços e encargos gerais que se mantinham, consideremos que o preço do produto não é determinado só em função do trabalho, mas também do capital — ora a produtividade do capital diminuiria.

A outra hipótese — manutenção do salário diário, aumento do salário horário — teria como efeito que, enquanto as empresas com mais disponibilidades levariam ao máximo a sua mecanização para diminuir os encargos com a mão-de-obra, as empresas marginais e as mais fracas não podendo suportar o aumento do custo do

([72]) Baixa motivada pela mecanização, claro, não pela baixa dos salários, que seria apenas uma diminuição do salário diário, mas que não alteraria o salário horário. A mecanização é que permitiria tirar da hora de trabalho, ou seja do salário horário pago, outro rendimento.

produto, seriam empurradas para a falência; a medida tomada, forçando artificialmente a mecanização, viria alargar a diferença do custo da produção entre as empresas fortes e fracas e arruinar estas — aumento consequente de desemprego.

Mas entretanto, com o aumento do salário horário e o novo empate de capital, o preço do produto aumentaria, o que, numa sociedade que não viu aumentar os seus rendimentos, mas apenas o tempo livre dos operários, traria redução de consumo. — em última análise, redução mais acentuada de emprego.

Em ambas as hipóteses teríamos acréscimo da produção sem aumento do poder de compra e portanto produção impossível de colocar. E dizemos aumento de produção porque, se admitirmos que o princípio seria levado às suas últimas consequências de redução das horas de trabalho na medida em que aumenta o progresso técnico, seríamos levados imediatamente ao absurdo ([73]). De resto

([73]) Como exemplos do absurdo citaremos os seguintes casos extraídos de Henry Cohn, «Le Chômage Technologique»:

Nos E. U. A., em 1883, para fabricar um par de sapatos eram necessárias 18,31 h., em 1923, apenas 1,07 h.

O trabalho teria assim que ser reduzido a $\frac{1,07 \times 8}{18,31} = 0,46$ h. = 27 minutos e 10 segundos.

No fabrico de garrafas uma máquina «Owen» já em 1930 fazia o trabalho de 54 operários, o que significaria que o trabalho deveria ser reduzido a $\frac{1}{54} \times 8$ h., digamos 8,8 m.

No fabrico de tijolos as máquinas em 1930 permitiriam reduzir o trabalho a $\frac{8}{72}$ h. $\times 8$ = cerca de 48 segundos.

E até mesmo na agricultura, para ceifar um are de trigo teríamos que reduzir o trabalho na proporção em que em 35 segundos hoje com uma ceifeira mecânica se efectua o serviço que demorava uma hora em 1800 — «Le Grand Espoir du XXème Siècle», pág. XXII.

Se considerássemos que a adaptação se faria não em cada indústria, mas no conjunto (o que evidentemente seria mais desastroso e absurdo porque mais diferenciaria a estrutura da produção da do consumo) concluiríamos que tendo a produção horária do conjunto dos produtos manufacturados subido nos E. U. A., entre 1869 e 1951, de 27 para 160 (índice 1939 = 100)

mesmo sem admitir essa redução proporcional, o absurdo não deixaria de ser manifesto se a cada progresso técnico correspondesse uma diminuição de horas de trabalho.

Mas a gravidade da situação que se criaria seria ainda aumentada pelos maiores lazeres do trabalhador, pois os lazeres desenvolvem a propensão para consumir e se o salário diário do operário não aumenta, os lazeres só servem para lhe tornar penosa uma situação em que vê aumentar as suas necessidades sem aumento da possibilidade de as satisfazer.

Outro desastroso efeito seria uma situação de «desemprego do capital», que assim baixaria muito a sua produtividade, pois limitaria o tempo da sua utilização. Ao «desemprego invisível» em que se traduziria a redução de horas de trabalho acrescentava-se um desemprego das máquinas.

Esta pseudo-solução filia-se directamente no erro liberal de não considerar que a função do progresso não é só a de aumentar o rendimento da matéria-prima e do trabalho, mas também aumentar a riqueza geral e melhorar a situação do trabalhador.

Não teríamos feito uma tão longa referência a esta solução inadmissível, se não fosse o favor de que goza na opinião pública e o apoio que lhe deu o Bureau International du Travail. Compreende-se que, como medida de emergência, ela possa ser tomada em crises graves durante um curto período, mas não a admitimos como medida geral que, a adoptar-se rigorosamente, acabaria por

---

tornar-se-ia necessário reduzir o dia de trabalho a 8 minutos e 48 segundos (números cit. in Fourastié — «Le Grand Espoir du XXème Siècle», pág. 12).

Por estes absurdos nos foi forçoso partir da hipótese de que a diminuição de trabalho não era proporcional ao aumento da produtividade.

Se considerássemos as modernissimas automatizações, o absurdo tornava-se inimaginável. Assim, nas fábricas Ford um bloco de motor que ainda há poucos anos exigia 9 horas de trabalho, não necessita, actualmente, de mais de 15 minutos; nas fábricas Renault, onde ainda há pouco os pavimentos do modelo «Dauphine» eram feitos por 12 operários à cadência de 120 por hora, são hoje produzidos apenas por 3 trabalhadores que fazem 300 por hora, e nos Estados Unidos da América, a Corning Glass fornece 90 % das lâmpadas ao país, empregando apenas 14 operários, o que diminuiu de 90 % o preço da lâmpada (de 1 cêntimo por watt para 0,1 cêntimo). — Vd. René Passet — *Problèmes Économiques de l'Automation* — Paris — 1957.

provocar estagnação do progresso técnico (e pela lei dos rendimentos decrescentes, a ruína geral) já que a mecanização seria um empate de capital sem juros. A adopção de tal princípio para remediar o desemprego tecnológico, supomos bem que o evitaria na medida em que impediria o progresso técnico, mas que criaria um desemprego geral de uma gravidade manifestamente maior.

Cremos que sempre o erro de pretender adaptar a produção ao consumo conduziria a estas desastrosas consequências e revelaria o absurdo de querer remediar uma crise derivada da falta de riqueza geral, com medidas destinadas a diminuí-la ainda mais pela redução das suas fontes (o trabalho e a utilização de capital).

2 — *Subsídios de Desemprego*

27. Esta solução, a mais generalizada, representa na maioria dos casos ([74]) apenas o menor dos males.

É evidente que a solução do problema do desemprego será sempre dar trabalho, mas, na medida em que não é possível conseguí-lo, impõe-se, pelas razões a que atrás fizemos referência, a solução de emergência que é o subsídio de desemprego. Ela é, apesar

---

([74]) «Ainda hoje eu gasto o meu tempo — em parte debalde, mas em parte devo também admiti-lo com algum sucesso — a convencer os meus compatriotas que a Nação, no seu conjunto, seria sem dúvida mais rica se os homens e as máquinas desocupados fossem aproveitados para construir as casas de que se tem tanta necessidade, do que mantendo-se ociosos.

Mas as mentalidades desta geração estão tão ofuscadas com cálculos sofísticos que duvidam de conclusões que deviam ser óbvias e isto ainda pela cega confiança que têm num sistema de contabilidade financeira que põe em dúvida se uma operação desse género «renderia». Devemos continuar pobres porque ser rico não «rende». Devemos viver em tugúrios, não porque não possamos viver em palácios, mas porque não os podemos «permitir».

A mesma norma, tirada de um cálculo financeiro suicida, regula todos os passos da vida. Destruímos as belezas do campo, porque os esplendores da natureza, acessíveis a todos, não têm valor económico.

Somos capazes de fechar a porta ao Sol e à Lua porque não pagam dividendo.

Londres é uma das cidades mais ricas da história da Civilização, mas não se pode permitir os máximos níveis da civilização, de que são capazes os seus cidadãos, porque isso não «rende». John Meynard Beynes — «Autarchia Económica» — Turim, 1936, pág. 341.

de tudo, menos onerosa para uma economia em expansão do que a perda do mercado que a indigência do desempregado representaria. Pelo mecanismo do multiplicador a que fizemos referência o crescimento do desemprego actua como uma bola de neve que vai crescendo e arrastando para a ruína mesmo as indústrias florescentes. E, como a diminuição do consumo começa a fazer sentir os seus efeitos sobretudo no produto de luxo e no terciário (onde a percentagem da mão-de-obra é maior devido à fraca influência que o progresso técnico aí exerce) a repercussão da diminuição do consumo tem os mais desastrosos efeitos sobre o emprego.

Se uma sociedade para ter um desenvolvimento económico normal tem que se aproximar do pleno emprego, que pressupõe o «pleno consumo», torna se necessário evitar que, se por qualquer motivo aquele diminui, essa diminuição tenha repercussões no «pleno consumo», de forma que a economia não entre no pendor do desequilíbrio.

Por isso a manutenção artificial do consumo normal se torna necessária até que o corpo económico retome o seu equilíbrio.

E assim os homens são levados a exercer a virtude da caridade por motivos de egoísmo económico, já que as razões morais não chegam para impor a fraternidade.

É claro que em países de pleno emprego, o caso não se põe precisamente nos mesmos termos sob o ponto de vista económico, mas, por isso mesmo que as soluções são menos onerosas, mais fàcilmente devem ser tomadas ([75]).

A conservação do poder de compra da população — base da

([75]) Em Portugal a percentagem de desempregados registada em 1949 era de cerca de 0,05 %. Na Bélgica em 1952, foi de 5 %. A Bélgica considera que atinge o pleno emprego quando o número de desempregados não exceder 2,9 % da mão-de-obra civil total ou 3,7 % da mão-de-obra disponível para o recrutamento.

Os Estados Unidos consideram-se em pleno emprego quando essas percentagens forem respectivamente de 3-4 % e 4-5 %. Para a Inglaterra a situação do pleno emprego é julgada atingida quando o número de desempregados não exceder 3 % do número total de empregados nos períodos de ponta estacional.

«Le Problème du Chômage et de l'Inflation», 1950-51 — Analyse des réponses faites par les gouvernements au questionnaire de l'Organisation des Nations Unies — 1951, Nova Iorque.

propensão para consumir — está hoje na base da economia e não surpreende que no congresso de economistas americanos que em 1954 reuniu em Washington 4.000 especialistas que estudaram a recessão, tivesse sido pacìficamente aceite a necessidade de não só manter como de aumentar os subsídios de desemprego para esconjurar a ameaça da crise.

Dir-se-ia que o problema já não é conservar a galinha dos ovos de ouro, mas conservar os consumidores dos ovos de ouro.

Por isso o problema do auxílio ao desempregado se deslocou do campo moral, onde no mundo de hoje a sua resolução era duvidosa, para o campo económico, mais prometedor de êxito.

Há ainda a reconhecer nos subsídios de desemprego uma virtude manifesta: é contrariar o desemprego oculto, e assim separar o que é salário e pertence à actividade económica, do que é subsídio e representa uma actividade assistencial.

A não existência de subsídios de desemprego, reduzindo o desempregado à indigência, faz com que o empresário se sinta moralmente obrigado a manter trabalhadores em desemprego oculto e a misturar assistência com emprego, e dessa forma vem a prejudicar o desenvolvimento económico da empresa.

3 — *Subsídio de Colocação*

28. Estes subsídios têm sido usados em Portugal sob a forma de comparticipações do Fundo de Desemprego.

O seu carácter é totalmente diferente dos subsídios de desemprego e cremos que os deveremos aproximar da reeducação profissional.

Estes subsídios deveriam ser, em princípio, subsídios para a reeducação profissional do desempregado que o Fundo do Desemprego suporta e que é confiada ao futuro patrão. Contudo em muitos casos não é de reeducação profissional, mas de adaptação ao novo trabalho que se trata, já que o indivíduo admitido vai continuar a exercer a primitiva profissão; e na maior parte das vezes é apenas um prémio de colocação dado ao empresário para o incitar a colocar um desempregado que entre nós é, na maioria dos casos, um indivíduo de difícil colocação. A comparticipação vem assim subsidiar a parte do desemprego invisível que há nessa colo-

cação, vem cobrir a diferença entre o rendimento do trabalho desse indivíduo, que é o que o patrão lhe paga, e as suas necessidades.

Julgamos aconselhável esta solução nas duas hipóteses extremas: naquela em que é um verdadeiro subsídio de reeducação profissional e nesta em que representa a diferença entre as necessidades e a capacidade de ganho.

Nas outras hipóteses não nos parece defensável, pois a adaptação não justifica um subsídio tão elevado, e na hipótese de se tratar de um indivíduo com capacidade normal de ganho nada justifica que o patrão não lhe pague o justo valor do seu trabalho e que seja a comunidade por intermédio do Fundo do Desemprego a pagar uma parte do salário ganho.

Não esquecemos que é um incitamento à colocação de desempregados, mas se o patrão necessita do trabalhador contratá-lo-á (o que está inscrito como desempregado ou a outro, o que é o mesmo para o problema geral — é um emprego a mais). Se o patrão não tem serviço que justifique a utilização da capacidade de trabalho desse homem, então não mantenha em desemprego invisível um homem apto, factor de produção indevidamente aproveitado, mas que admita um desses indivíduos com capacidade reduzida, que assim será totalmente aproveitada, e justificará o subsídio de colocação de que vimos tratando.

4 — *Reeducação Profissional*

29. Escusado será dizer que esta nos parece ser a única forma de resolver os casos de desemprego tecnológico «lato sensu» e aqueles de desemprego tecnológico que se encontram na zona cinzenta onde é difícil distinguir em que medida são de desemprego tecnológico «stricto sensu» ou de desemprego tecnológico «lato sensu» ou se são de desemprego de estrutura.

É evidente que se em determinada actividade, por virtude do progresso técnico, o consumo se encontra saturado e há desemprego, enquanto (por virtude das exigências do progresso e acréscimo de riqueza que ele traz) há outras actividades em expansão e a necessitar de aumentar os quadros, o que há a fazer é transferir os desempregados de aquelas para estas.

Infelizmente não é tão fácil como parece, nem como se apresentava há alguns anos.

Na verdade, a evolução do progresso não se exerceu sempre no mesmo sentido no que se refere à concepção da mecanização.

Como vimos, no sector secundário em virtude do progresso técnico o emprego sobe, e depois desce; pois também, na evolução das máquinas, podemos distinguir duas fases, com influências totalmente opostas no problema que nos ocupa.

A primeira é a fase da evolução da ferramenta para a máquina semiautomática; a segunda é a evolução desta para a máquina automática ([76]).

A primeira é assim caracterizada e criticada por Henry Ford, com a autoridade que a sua experiência lhe confere. «Quando a aparelhagem mecânica é primitiva, o homem deve ser considerado como fazendo parte da máquina e funcionando em harmonia com ela, o que obriga a limitá-lo a uma só operação. Nós levámos mesmo este princípio muito longe: o bastante para compreendermos que ele não é senão uma etapa. Os operários protestaram geralmente e resistiram com rancor contra o que se chama uma «direcção científica». Eles têm razão em «não quererem ser máquinas».

Então, o efeito da mecanização foi o de diminuir o valor da especialização. Enquanto na oficina a obra dependia do valor profissional do operário, e não da ferramenta, na fábrica, com a máquina semiautomática, a habilidade do operário deixa de influir no produto e o valor profissional perde a sua cotação.

Então a mudança de uma para a outra indústria é fácil, não exige reeducações, e é mesmo muitas vezes continuando o mesmo gesto, é com um trabalho perfeitamente semelhante, que o operário, pela mudança de indústria, passa a produzir objectos de um ramo totalmente diferente.

Está-se no domínio do não diferenciado, do trabalhador braçal, do jornaleiro — o especializado é uma minoria insignificante.

A massa é constituída pelos «escravos técnicos» do livro desesperado de Virgílio Georghiu.

([76]) Continuamos, pelas razões já expostas, a não nos ocuparmos das máquinas electrónicas.

Mas a introdução da máquina automática vem dar novo rumo ao problema (77).

Todo o serviço meramente automático, em que o homem actua mecânicamente, passa a ser feito pela máquina, e o jornaleiro desaparece.

O homem fica reservado para os trabalhos superiores, verdadeiramente humanos — para aqueles que as máquinas não poderão fazer.

A monotonia do trabalho acaba definitivamente e o «autómato humano» é substituído pelo Robot.

O trabalhador reganha a sua dignidade em risco de se perder (78), o valor profissional retoma o primitivo lugar, e até dentro da especialização o homem vai ganhando em valor humano, porque cada vez mais o trabalho-tarefa se deprecia em face do trabalho-criação. Ora este exige uma cultura geral, pressupõe uma visão de conjunto que o simples aperfeiçoamento da especialização nunca pode dar.

A passada geração de economistas e sociólogos, que detém o *record* do erro, enganou-se tanto quando previu uma civilização industrial, como quando previu o domínio do especialista.

Mas esta evolução que o problema do maquinismo tomou, se vem abrir melhores perspectivas para a dignidade do homem, não deixa também de agravar as dificuldades da reeducação profissional.

Com efeito, o trabalhador dispensado pela técnica terá cada vez mais dificuldade em refazer a sua educação profissional, que cada vez é mais difícil. Na medida em que a sua cultura é maior encontrará menor dificuldade, mas notemos que são precisamente

(77) Powers is accomplishing or helps to make possible: ...6 — The end of human robot in industry — Stuart Chase — «The Promise os Power» — Nova Iorque, 1933, pág. 15.

(78) Nos E. U. A. a percentagem de especializados sobre a de trabalhadores braçais desce: 65 %, em 1830; 25 %, em 1910; 18 %, em 1940, compreendendo os trabalhos agrícolas.

Vd. Fourastié — «Le Grand Espoir», pág. 18

os operários menos especializados que são substituídos pela máquina, e que desses há cada vez menos necessidade.

Entretanto também na massa que anualmente se apresenta no mercado de trabalho, cada vez a percentagem de trabalhadores braçais é menor com o desenvolvimento que o ensino técnico vai tomando.

É que também aqui assistimos a uma mudança de estrutura no interior deste sector secundário onde o candidato ao emprego é cada vez mais especializado. É do ritmo com que o ensino técnico se desenvolve que em última análise depende a facilidade de colocação dos operários substituídos por máquinas.

Entretanto, com mais ou menos facilidade, é na readaptação do operário inútil ao trabalho necessário que têm que ser conduzidos os esforços no sentido de resolver um desemprego de fricção: — Fazer corresponder a estrutura da oferta de trabalho à estrutura da procura.

5 — *Deslocação da Mão-de-Obra*

30. Esta hipótese, semelhante à anterior, é, no entanto, em geral, de mais fácil execução, não obstante a afirmação de Adam Smith de que «de todas as bagagens o homem é a mais difícil de transportar» ... Se o progresso técnico aumenta o emprego nas empresas que o adoptam e o diminui nas que se deixam atrasar, a transferência dos trabalhadores de umas para outras (ainda que isso implique mudança de região) é todavia a melhor forma de resolver o problema. Esta hipótese, que prevemos frequente nos casos de desemprego tecnológico «stricto sensu», será todavia mais rara no desemprego tecnológico «lato sensu» e, por isso, não nos parece em geral oferecer grandes probabilidades de solucionar os problemas de desemprego tecnológico, que só são susceptíveis de assumir importância precisamente nos casos de desemprego tecnológico «lato sensu».

Sabemos bem que as deslocações de região serão dolorosas como serão dolorosas as reeducações profissionais, pois «the resistance to change is a permanent element in human society: no alteration in the structure of society or in its detailed economic

arrangements can be made without some interference with vested interest» (79).

Entretanto, julgamo-la a melhor, a única solução aceitável, e cremos que ainda que o progresso técnico se detivesse para não causar estes problemas, a situação criada ao trabalhador seria pior do que os sacrifícios que lhe são exigidos momentâneamente (que são mais incómodos do que sacrifícios), sacrifícios que, fazendo-o participar no progresso, o recompensam fatalmente com a elevação do nível e do género de vida que o mesmo progresso lhe traz.

B — Resoluções a adoptar para os diversos tipos de desemprego tecnológico

31. Como atrás temos dito, o nosso estudo limita-se ao desemprego tecnológico e às medidas a adoptar para resolver os seus problemas, com exclusão, portanto, das providências de ordem geral para prevenir o desemprego, o que implicaria um estudo sobre a economia moderna.

Entretanto, porque pretendemos investigar a acção que a Corporação pode exercer sobre os problemas do desemprego, faremos uma referência ao que pode e deve ser do domínio exclusivo da Corporação na luta contra o desemprego em geral e contra o desemprego tecnológico em especial.

Vimos já que a manutenção de uma alta tendência para consumir e de um forte incitamento para investir é a pedra basilar de uma economia progressiva, condição do pleno emprego.

Cremos que os principais factores de um aumento da tendência para consumir serão: a diminuição dos preços dos produtos, o aumento dos salários, a sua perfeita adaptação às necessidades dos trabalhadores, e os factores psicológicos que depois das lições de Keynes não podem ser esquecidos e entre os quais avultam a segurança do futuro e os lazeres dos trabalhadores (80).

Estes factores não representam mais do que a repartição dos

(79) T. E. Gregory — «Rationalization on Technological Unemployment», London, 1930, pág. 552.

(80) Note-se que, se falamos em trabalhadores e não em consumidores, é porque é manifesto que os consumidores capitalistas, já em pequena mino-

benefícios do progresso técnico com os consumidores (diminuição do preço de custo) e com os trabalhadores (aumento do nível e do género de vida) ou seja aumento de salários, abonos de família e remunerações e subsídios diversos, por um lado, e por outro o aperfeiçoamento da previdência e o aumento dos lazeres.

A diminuição do preço dos produtos consegue-se pela mecanização que, como já vimos, é muitas vezes entravada pelo medo do desemprego tecnológico.

Além da repartição directa com a comunidade das vantagens do progresso pela diminuição do preço dos produtos, impõe-se a repartição indirecta com a mesma comunidade pelo aumento das suas possibilidades de consumo. O aumento de salários a que nos referimos tem que ser constante, em paralelo (81) com o aumento da produtividade e como esta aumentará ilimitadamente, também os salários aumentarão ilimitadamente e nunca terão um nível máximo enquanto o progresso científico existir (82).

Depois, a melhor repartição dos salários de forma a que se consiga uma mais perfeita adaptação às necessidades do consumo.

À fórmula antiga, individualista, subjectiva — a trabalho igual salário igual — substitui-se o princípio familiar, social e económico — a trabalho igual nível de vida igual. Só este assegura uma distribuição que permite com um dado salário global satisfazer o maior número possível de necessidades, ou seja, desenvolver ao máximo o consumo.

Mais moral e mais social, este salário é também o mais económico porque é aquele que permite obter a maior influência do salário sobre a economia nacional, pela manutenção do maior nível

ria, atingiram pràticamente a saturação do consumo, e o aumento dos seus rendimentos (de interesse para os investimentos) não terá pràticamente interesse para o consumo.

(81) Isto é, acompanhando o aumento das produtividades, o que não quer dizer que o seja forçosamente em proporção. Entre outros factores que a isso se podem opor avultam os que se referem à melhoria do género de vida, que é sempre conseguida à custa dos salários (aumento de férias, diminuição de horas de trabalho, melhores condições de higiene e conforto no trabalho, etc.).

(82) O aumento indefinido do poder de compra — «buying power» — é uma das peças basilares, ou, digamos mais sugestivamente, das molas da economia americana.

de consumo, e ele é ainda o menos caro. Com efeito, enquanto na fórmula do salário individual este tenderá sempre a nivelar-se pelas necessidades dos que têm mais encargos, o salário familiar, diferenciado, permite satisfazer as necessidades destes sem automàticamente acarretar o supérfluo para os que se encontrem menos sobrecarregados.

Nesta melhor repartição do salário inclui-se o abono de família, o subsídio de renda de casa a conceder aos casais onde a mulher não está empregada ([83]), o subsídio de casamento, nascimento e morte, a indemnização de transporte, a gratificação familiar de férias.

E, com a melhoria do nível de vida dos trabalhadores, a melhoria do seu género de vida, que vai exercer uma grande influência sobre o consumo — os lazeres, a segurança social.

Com efeito, o alargamento dos tempos livres dos trabalhadores tem o maior interesse para o desenvolvimento do consumo, pois é evidente que os lazeres incitam a consumir. O trabalhador que depois de uma semana de trabalho não dispõe de mais que do domingo livre, que consagrará só ao descanso, não tem muitas possibilidades de gastar um salário alto e será sempre um fraco consumidor, inclinado mais para o entesouramento do que para a despesa. Por isso o aumento da produtividade, depois de assegurar ao trabalhador um salário que satisfaça as suas necessidades e as da sua família, deve provocar um aumento de necessidades a que o acréscimo dos salários vai ocorrer. É o aumento do tempo livre (diminuição das horas de trabalho, alargamento dos fins de semana, alargamento dos períodos de férias e dos dias feriados) que mais contribui para criar necessidades.

É evidente que só na medida em que o aumento da produtividade o permitir esses benefícios têm sentido, pois, se assim não fosse, o aumento de salários ou a redução do tempo de trabalho só poderia ter como resultado o encarecimento dos produtos, a diminuição de consumo e a crise económica.

([83]) Em França chamado «allocation de salaire unique» e na Bélgica «allocation de la mère au foyer», nomes que implicam o reconhecimento de uma situação normal da mulher casada trabalhando fora de casa.

Não é, evidentemente, na criação artificial dos efeitos naturais da prosperidade que esta se consegue — antes pelo contrário, seria a ruína que se provocaria. O que, no entanto, é necessário é tirar dessa prosperidade o melhor rendimento e criar-lhe condições para que ela se possa manter e desenvolver.

Por outro lado nunca pode ser esquecido que a melhoria do género de vida é sempre conseguida à custa do sacrifício do nível de vida.

Tanto mais se melhora o nível de vida, tanto menores são as possibilidades de levar longe as melhorias do género de vida. Por isso em todos os casos concretos se torna necessário optar, e encontrar o ponto de equilíbrio entre as tendências para melhorar o nível e o género de vida.

Finalmente a segurança do futuro — o salário diferido que é uma forma de distribuição da produção — exerce a mais favorável influência sobre a tendência da comunidade para consumir. Não só objectivamente se alargam as possibilidades de consumo, porque o trabalhador não tem necessidade de entesourar para cobrir os riscos a que está sujeito, como a sensação de confiança no futuro exercerá a mais salutar influência sobre a tendência natural para aumentar o consumo. Aqui se notará a importância do factor psicológico para que Keynes justamente chamou a atenção.

E, depois de vermos a tendência para consumir, aludiremos ao incitamento para investir.

No cálculo que preside a todo o investimento entra sempre a margem de segurança que o empresário deixa entre a curva da oferta e a da procura (no sentido em que Keynes empregava estas palavras), margem que será tanto maior quanto menos precisas forem ou menos confiança merecerem as informações do que dispõe.

Por isso se torna necessária a existência de informações actualizadas, precisas e seguras para fornecer aos empresários que se disponham a investir os capitais de que dispõem.

Mas o investimento depara ainda muitas vezes com uma grande dificuldade, que é o elevado custo das instalações modernas.

Se o progresso técnico tem permitido o renascimentna do artesanato, pelo fornecimento de energia barata às pequenas empresas,

se o investimento tem geralmente diminuído por unidade da produção ([84]), é também exacto que muitas vezes a complexidade da indústria moderna exige unidades que implicam grandes capitais e que a modernização das velhas empresas acarreta frequentemente encargos incompatíveis com as suas posses.

Por isso muitas vezes se impõe a união de todos para a montagem de uma indústria de interesse comum para o corpo profissional ([85]) por ser subsidiária, complementar ou afim das que os outros membros exercem, ou então para a substituição total de uma indústria manual por uma mecânica ([86]).

Mas, além destes dois factores, referimos também uma condição indispensável ao normal desenvolvimento económico da época em que vivemos — o progressivo desenvolvimento técnico.

Como muito bem notou Ford, a paralisação do progresso técnico é sempre o prelúdio das crises. Na verdade, desde que a economia entrou na fase dinâmica, depois de 1789, a paragem do progresso não só seria a estagnação, mas causaria uma crise económica da maior gravidade; a paragem torna-se impossível e, como a flecha que deixa de subir, só lhe resta cair. Fabrica-se sempre para o futuro, a contar com uma expansão que, apesar dos seus movimentos cíclicos, não deixa de se observar constantemente. Qualquer diminuição dessa expansão falseia as previsões e provoca a crise. Na crise célebre de 1929, foi a paragem do progresso técnico que teve a maior responsabilidade, pois enquanto as empresas produtoras de bens de produção deixavam de ter encomendas (já que a necessidade de renovação do equipamento produtor não se sentia), as indústrias de produção de bens de consumo, continuando a crescer, por virtude do movimento de expansão que até aí se observara, mantinham os mesmos preços e assim encontravam um mercado estacionário — a breve trecho em franca diminuição pelos efeitos do multiplicador sobre a crise que apareceu nas indústrias de bens de produção.

As crises que a experiência dos economistas permite prever

([84]) V. Fourastié, in «Le Grand Espoir du XXème Siècle».

([85]) Como exemplo citamos entre nós a da pasta de papel, a do aço para limas, etc.

([86]) Como exemplo cita-se o fabrico de vidraça mecânica.

pela observação dos índices que as anunciam, têm sido sempre, até hoje, imprevisíveis para as empresas e para os homens de negócios. Só quando ela desabrocha, eles se apercebem, estupefactos, e assim com o pânico aumentam a sua gravidade.

Ora é num trabalho de conjunto que esses índices se podem descobrir e que podem ser tomadas as medidas necessárias para esconjurar essas crises.

Entre essas medidas estão a do progresso constante e a da permanente adaptação económica dos progressos contínuados e infinitos da ciência. Ora só a união das empresas, como o vimos acentuando, permite manter serviços técnicos que estudem essas aplicações e as promovam.

O que a um particular passaria desapercebido é descoberto pelos serviços especializados comuns, que a união de todos permite manter.

Porque queremos limitar o nosso estudo às providências que são do domínio específico da Corporação, não nos ocuparemos da intervenção na diminuição da taxa de juro, que julgamos será do domínio do Estado, mesmo em regime corporativo, pelo interesse de ordem geral que essa questão apresenta.

Vejamos agora as providências a adoptar para os problemas concretos que o desemprego tecnológico faz surgir: Do que expusemos se deduzem claramente as medidas que, a nosso ver, se impõem:

32. *Desemprego tecnológico «stricto sensu»* — Classificámos este desemprego como desemprego transitório e dissemos então que, por motivos de ordem económica, se impõe por um lado fomentar este desemprego e por outro resolver cabalmente os casos que se apresentam. Fomentá-lo quer dizer fomentar a mecanização; a resolução cabal impõe-se, para além de considerações de ordem moral, para evitar uma psicose de resistência ao progresso técnico.

Sabido como se impulsiona a mecanização, que é apenas um dos aspectos do incitamento para investir, e exposto o motivo por que consideramos que a falta de resolução cabal dos problemas que ela cria é um dos obstáculos ao seu desenvolvimento, justifica-se, até por motivo de interesse geral, a situação de excepção para estes desempregados.

A resolução cabal só pode ser uma — colocar o desempregado o mais depressa que puder ser no lugar que ocupava, ou superior, na mesma empresa, ou, se tal não é viável, noutra empresa da mesma indústria e tanto quanto possível próximo da sua residência. Entretanto o operário não deve sofrer diminuição dos seus recursos, pelo que deve receber o mesmo salário que até aí.

Como o progresso da indústria exigirá cada vez mais operários especializados para trabalharem com as máquinas novas, aos que perderam o lugar devem ser dadas as condições necessárias para se adaptarem às novas condições da indústria. De outro modo continuariam sempre a constituir um peso morto esses operários de difícil colocação, porque enquanto os que ficam na empresa aprendem as novas técnicas e se especializam, os dispensados vão-se afastando cada vez mais da indústria em evolução onde as suas probabilidades de reentrar ou de se manter são cada vez menores.

Entendemos, por isso, que aos verdadeiros desempregados tecnológicos (isto é, àqueles que são dispensados porque a empresa adquiriu máquinas que os substituem) devem ser concedidos subsídios de desemprego equivalentes ao seu salário; devem beneficiar de uma reeducação profissional que lhes permita conhecerem as novas máquinas e especializarem-se nas novas técnicas, e, finalmente, devem ter a preferência na admissão em qualquer empresa da mesma indústria onde se verificarem vagas na sua categoria ou naquela onde se especializaram, e garantido o direito de readmissão se a empresa que os dispensou vier a necessitar de alargar o quadro.

Isto no que se refere ao desemprego tecnológico «stricto sensu».

33. No que respeita ao *desemprego tecnológico «lato sensu»*, já a situação se apresenta totalmente diferente.

Como dissemos, este desemprego, impròpriamente chamado tecnológico (pois é o atraso e não o progresso técnico que o origina) é um desemprego de fricção, numa economia em desenvolvimento.

Enquanto no caso anterior há emprego noutro tempo, neste há emprego noutro sítio.

Por isso, as soluções já serão forçosamente diferentes.

Ao contrário do desemprego tecnológico «stricto sensu», aqui já se não verificam os inconvenientes psicológicos que poderiam

criar uma consciência geral inimiga do progresso, pois a ligação entre o desempregado e a máquina é indirecta, não se concretiza.

Ele sente antes, claramente, que é a rotina da empresa a que se encontrava ligado que é a responsável da crise que o atirou para o desemprego.

O motivo de ordem económica — não dificultar o progresso técnico — que justifica uma situação especial para o desempregado tecnológico «stricto sensu» já aqui se não verifica.

Por isso, embora se torne necessário econòmicamente manter um poder de compra satisfatório ao desempregado (sem o que o multiplicador poderia provocar mais desemprego), já não ousamos dizer que ele terá que receber um subsídio equivalente ao salário, porque outros motivos económicos (como o incitamento à procura do trabalho) podem aconselhar a adopção de um critério diferente.

A situação deste desempregado perante o mercado do trabalho difere muito. Ele não terá probabilidade de em breve ser readmitido na mesma indústria que se encontra a reduzir os quadros enquanto uma ulterior expansão não absorve o aumento de produtividade (isto é, enquanto o aumento da produção não iguala a percentagem do aumento da produtividade).

Mas, porque o desemprego, como cremos ter demonstrado, é de fricção, existem, noutras actividades ou noutras regiões, possibilidades de emprego.

Se o emprego é noutras regiões, a transferência impõe-se e a situação do desempregado tecnológico em nada difere da de qualquer outro desempregado vítima das contingências da vida económica.

Se o emprego se pode encontrar noutras actividades, é óbvio que a resolução do problema tem que ser a reeducação profissional do operário, que, ligado a uma profissão em vias de desaparecimento, tem de adquirir os conhecimentos necessários para poder entrar noutra actividade em situação que lhe permita manter o mesmo nível de vida, oferecendo portanto à nova actividade a mesma utilidade que o seu trabalho tinha naquela donde veio.

Por isso, entendemos que para os casos de desemprego tecnológico «lato sensu» se devem adoptar as providências de subsídio de desemprego e de reeducação profissional do operário, orientada para aquelas actividades que, de momento, se encontram numa expansão que necessita de mão-de-obra.

Quanto ao direito de admissão que preconizamos para o desempregado tecnológico «stricto sensu», já aqui nos não parece preconizável. Trata-se, com efeito, de uma medida de certa violência, que restringe a liberdade do empresário e que só é tolerável como medida de excepção, em circunstâncias especiais, como são as do desemprego tecnológico «stricto sensu». E, além das razões de ordem moral e económica que impõem essa providência excepcional, ela é ainda justificada pela ligação entre a causa do desemprego e a actividade que a impõe.

Mas, se em vez de desemprego transitório, se trata de um desemprego de estrutura, a questão é totalmente diferente. Aqui seria a uma actividade totalmente estranha às causas de desemprego, que se imporiam essas restrições à liberdade de admissão, o que não seria justificável.

Estas são, em nosso entender, as medidas a adoptar nos casos de desemprego tecnológico.

Vejamos agora a parte que nelas a Corporação deve tomar.

C — Participação da Corporação nas resoluções a adoptar

34. Começaremos por focar, seguindo a mesma ordem dos capítulos anteriores, a participação que a Corporação pode ter na prevenção do desemprego tecnológico, para seguidamente vermos as suas possibilidades e os seus deveres perante os casos concretos do desemprego.

Na luta contra as causas do desemprego mencionamos a necessidade de uma repartição das vantagens do progresso.

É uma das mais curiosas características da economia moderna este encontro com as normas morais, nas conclusões: a justiça, a caridade, a luta pela perfeição, preceitos evangélicos ganham com a economia moderna o carácter de normas económicas.

As crises económicas e sociais foram as crises morais, e os homens que abandonaram as virtudes vêem-se obrigados, por egoísmo, a praticá-las.

Como as necessidades sociais impuseram a realização, na Corporação, do preceito «Amai-vos uns aos outros», as necessidades económicas impõem a prática das obras de misericórdia, depois da justiça e da caridade comandarem a distribuição das riquezas.

Embora não se possa recusar ao Estado o direito a uma intervenção para evitar atrasos ou resistências à repartição pela comunidade dos benefícios do progresso científico, de que as empresas têm uma injustificável mas explicável tendência para se apropriarem, parece-nos que a Corporação pode tornar essa intervenção desnecessária na maioria dos casos. E assim uma intervenção, já supletória por natureza, pode justificadamente tornar-se dispensável.

Com efeito, o que o indivíduo não vê ou o que, vendo, não pode só por si realizar, já integrado no conjunto da Corporação lhe aparece claro e se torna possível — a realização de uma política económica; política essa a que a união das Corporações na Câmara Corporativa confere as condições de êxito.

Os fins dessa política são, cremo-lo indiscutível, a repartição dos frutos do progresso com o consumidor, com o trabalhador e com a comunidade — isto é, diminuição do preço dos produtos, alargamento do nível e do género de vida dos trabalhadores (consumidores), aumento dos tributos ao Estado ([87]) (distribuidor da riqueza nacional pela comunidade consumidora).

A diminuição do preço dos produtos consegue-se pela mecanização, e a Corporação resolvendo os problemas provocados pelo desemprego tecnológico incita, por isso mesmo, as empresas a mecanizarem-se.

Por outro lado, todos os estudos das novas técnicas e dos problemas económicos que a sua adopção acarreta, podem mais fàcilmente ser suportados pela Corporação do que por cada empresa em particular.

Assim, a Corporação oferece as melhores condições para transformar o progresso científico em progresso técnico efectivo, e dessa forma permitir a diminuição do preço dos produtos.

([87]) A repartição está entregue ao livre jogo das forças preconizado pelo liberalismo Mas as forças que jogam não são económicas, antes políticas. O liberalismo ignorou a força das ideias que se opõem ao domínio do «homo oeconomicus». Assim, o imposto tem sido mais o equilíbrio de forças políticas do que a expressão de razões económicas. Num país de classes de proprietários, enquanto estes detêm o poder político, os seus impostos são reduzidos; quando o perdem, são desmesuradamente aumentados. Através do

Também esta função da Corporação lhe permitirá intervir, excepcionalmente, nos preços de venda, se as empresas, numa errada compreensão dos seus interesses, os mantêm abusivamente altos, intervenção que terá mais autoridade e melhor conhecimento de causa do que a intervenção burocrática do Estado.

Por outro lado cremos que a repartição dos benefícios do progresso com os trabalhadores é dentro da Corporação que melhor se poderá realizar, pois é ela que melhor saberá definir o que pertence a cada um na produção realizada em conjunto.

Uma empresa isolada não pode aumentar as disponibilidades dos consumidores, e uma mais perfeita repartição dos seus lucros, embora realize melhor justiça social, não lhe assegura um aumento de vendas, mas antes tende a ser considerada um aumento de encargos, que vai pesar na concorrência. A Corporação já pode com uma política geral de repartição dos frutos do progresso com os trabalhadores (consumidores) conseguir o desejado aumento de consumo, que não só compensa os aparentes sacrifícios imediatos, mas também assegura a prosperidade futura.

Assim a Corporação dá às empresas possibilidades de realizarem uma política tendente a aumentar o consumo (o que cada um por si só não poderia fazer, repetimo-lo) e a Câmara Corporativa dá às Corporações as condições para que essa política atinja os seus fins.

Nelas, com perfeito conhecimento das realidades, Sindicatos e

---

imposto não se pretende, muitas vezes, encontrar o equilíbrio económico, mas satisfazer paixões políticas de interesses pessoais.

O imposto marca, geralmente, o limite do poder do Estado perante o capital.

O salário é o limite das forças do operário perante o patrão.

As razões morais que poderiam ajudar a encontrar o equilíbrio perdido estão postas de parte.

Só a Corporação pode reencontrar a harmonia perdida e fazer no seu seio uma política de salários, na Câmara Corporativa uma política de imposto.

Essa política que o particular (patrão ou operário) não pode compreender, já a Corporação a pode entender, sobretudo porque conhece as possibilidades das outras Corporações e as necessidades da economia nacional, ponto de vista em que o particular se não pode colocar.

Grémios poderão discutir e acordar na repartição das vantagens do aumento da produtividade ([88]):

— Aumento do nível e do género de vida dos trabalhadores que constituem pràticamente os consumidores (sobretudo os consumidores mais longe da saturação).

O aumento do nível de vida dos trabalhadores, como vimos, inclui além do aumento progressivo e indefinido dos salários ([89]) a sua constante adaptação às necessidades dos trabalhadores pelos abonos e subsídios. (Abono de Família e subsídio de renda de casa, subsídios de casamento, nascimento e morte, subsídios de férias, subsídios de transporte, etc.).

O aumento do género de vida inclui o aumento dos lazeres, o aperfeiçoamento da segurança social, além de outros elementos com menos projecção sobre o problema que nos ocupa ([90]).

A experiência de século e meio de liberalismo patenteou-nos que só a força que apoiava as reivindicações conseguia ir realizando progressos no caminho natural, mas sempre com um atraso grande e com casos clamorosos de injustiças, sobejamente conhecidos.

Os erros económicos dessa orientação não se chegaram a pagar caro porque esse século foi o século da descoberta dos mercados exteriores e assim, numa fase de expansão, a falta do mercado interno não era tão sensível.

Mas afastado, cremos que definitivamente, esse liberalismo, que só deixou o nome para à sua sombra todos os Estados intervirem cada vez mais fortemente na vida económica, cremos que só duas soluções se apresentam — a solução corporativa e a solução socialista, ou seja, no nosso caso, a intervenção do Estado para regular essas questões, ou a intervenção das Corporações.

Consideramos de uma evidência meridiana que é a Corporação que está em melhores condições de autoridade (porque auto-

---

([88]) Na Bélgica, os sindicatos operários e patronais assinaram, em Abril de 1954, um protocolo definindo a repartição dos proventos resultantes dos aumentos de produtividade.

([89]) Como progressivos e indefinidos devem ser a diminuição dos preços de venda, o aumento dos lucros da empresa e os tributos para o Estado, já que a técnica progride sempre, e esse progresso não tem limites possíveis.

([90]) Como vimos já, os lazeres e o seguro social são dois fortes factores de aumento da tendência para consumir.

ridade interna, do próprio corpo profissional) e de conhecimento exacto para realizar essa política social, a que uma acção comum com as outras Corporações assegurará o necessário aumento da tendência para consumir.

Só ela, constituída pelos interessados, poderá encontrar o ponto exacto onde se reuna a justiça e o bem comum, porque só ela conhece directamente, pois os vive, os elementos que o Estado nunca terá probabilidade de ver expostos com exactidão.

Por isso consideramos que a Corporação é o instrumento mais perfeito para a realização de uma política económica que procure o emprego integral, sem embargo de admitirmos o direito de intervenção do Estado se a Corporação, movida por outros interesses, se afasta da sua missão.

E, indicada a acção da Corporação numa política de aumento da tendência para consumir, vejamos como pode ela influenciar o crescimento do incitamento para investir.

Vimos no capítulo anterior que o conhecimento exacto e merecedor de confiança das condições da indústria e do mercado, é uma das molas que mais fortemente pode impulsionar o incitamento para investir.

Ora a Corporação, pelo conhecimento especializado das condições da indústria e pela perfeição dos serviços técnicos que a união de todas as empresas permite instalar, pode fornecer elementos com uma maior precisão e garantia de que aqueles que uma só empresa teria possibilidades de obter. Assim, diminuindo o risco e aumentando consequentemente a margem de segurança, incita ao investimento.

Por outro lado a Corporação, que compreende todas as empresas do mesmo ramo, as reune e estabelece entre elas a colaboração, encontra-se nas melhores condições para criar o clima propício à realização de acordos de empresas, que se tornam muitas vezes necessários para a exploração de uma indústria nova, subsidiária ou complementar das outras, ou para a adopção eventual de progressos técnicos que implicam o investimento de grandes capitais.

A mesma Corporação, pelas vantagens que para o corpo profissional representa a criação dessas indústrias subsidiárias, com-

plementares ou afins, tem possibilidades de oferecer as garantias necessárias ao investimento de tão grandes capitais, assumindo ela riscos que porventura seriam demasiadamente elevados para uma só empresa. E a Corporação, porque nela os interesses são representados não segundo a sua força, mas segundo a sua missão, ela mesma se oporá pela sua orgânica aos perigos dos monopólios ([91]).

Por isso consideramos que é a Corporação que permite influir mais decisivamente sobre os dois factores essenciais da saúde económica — a tendência para consumir, o incitamento para investir.

Também os problemas de aumento da produtividade da indústria dificilmente podem ser equacionados só por uma empresa que ainda, do seu ângulo reduzido de visão, não tem facilidade em discernir os perigos em que a falta de progresso técnico pode precipitar a actividade.

Com efeito cada empresa avalia sobretudo a sua situação pela posição em que se encontra perante a concorrência, ou melhor, pela sua posição relativa ao conjunto da indústria. Se é a indústria toda que começa a acusar os sinais de uma estagnação ou decadência, cada empresa de per si não o nota, e é até muitas vezes com um sentimento de satisfação pela diminuição da concorrência que assiste ao desaparecimento de uma rival, como considera vantajoso não se ver solicitada ou obrigada a efectuar novos investimentos.

Se cada empresa isolada não o nota, já as Corporações e a Câmara Corporativa estão em muito melhores condições para despistar esses índices de crise — em condições que nem o Estado mesmo pode fàcilmente conseguir, — pois o seu conhecimento interno das coisas, dos homens e da vida económica que ìntimamente vivem, e o seu interesse directo, ultrapassarão sempre em todas as épocas e latitudes o dos burocratas. Por isso cremos que só as Corporações e nunca o liberalismo individualista nem mesmo o socialismo mais bem intencionado, podem eficazmente despistar as causas das crises e combatê-las com sucesso.

([91]) Na Corporação onde o capital tem representação paritária com o trabalho, onde a pequena indústria encontra a defesa dos seus direitos perante a grande indústria, é possível favorecer o agrupamento dos fracos e evitar o seu aniquilamento ou absorção pelos fortes.

Só a união que a Corporação realiza permite alcançar esse ponto de vista que abraça o conjunto, donde nasce o sentimento de solidariedade indispensável ao progresso da indústria. Essa tem sido a origem das Corporações imperfeitas que são as associações industriais em toda a parte — o sentimento da necessidade do estabelecimento de solidariedade entre todos os que à mesma actividade se dedicam.

E apontadas as possibilidades de acção da Corporação no despiste das causas do desemprego e no seu combate, resta-nos estudar qual deve ser a sua participação na resolução dos casos de desemprego tecnológico que, em concreto, se lhe apresentem.

Do que atrás dissemos sobre as responsabilidades nos diversos tipos de desemprego tecnológico e sobre as providências que entendemos deverem ser tomadas se deduz fàcilmente a nossa posição.

Desemprego tecnológico «stricto sensu»

35. Neste caso, como vimos, a ligação entre o desemprego e a máquina é directa e a responsabilidade cabe directamente à empresa que se mecanizou, como é ela a mais directamente beneficiada com a causa do desemprego.

O reflexo económico da situação é nìtidamente favorável ao corpo profissional, que progride.

Por outro lado o número de desempregados nessa situação é sempre suficientemente reduzido para que a resolução dos seus problemas não seja demasiadamente onerosa nem acarrete dificuldades grandes, e o carácter transitório desse desemprego tecnológico permite considerar ainda mais diminutos os seus encargos. Os encargos são: a concessão de um subsídio de desemprego igual ao salário e a adaptação do trabalhador às novas condições do trabalho da indústria.

Dadas as características deste desemprego tecnológico, é evidente que a solução dos casos concretos se há-de realizar dentro do corpo profissional.

Considerando que a empresa que o provoca é nìtidamente beneficiada com a mecanização, seria de considerar a hipótese de ser ela a suportar os encargos.

Essa solução, porém, iria de encontro ao que expusemos

sobre as vantagens de fomentar um desemprego tecnológico «stricto sensu», consequência da modernização da indústria, e assim diminuiria o incitamento para investir e seria um entrave à adopção dos progressos técnicos.

Entendemos, por isso, que é a Corporação que deve assumir na totalidade esses encargos, fàcilmente suportáveis dado o seu volume sempre reduzido. Não nos cumpre aqui estudar as modalidades técnicas de ocorrer às despesas inerentes e decidir se é por um seguro para constituir uma «Bolsa de Desemprego Tecnológico» (que seria uma contribuição para o progresso da indústria) se é por força das suas receitas normais que a Corporação deve optar. De resto as condições de progresso e as situações da indústria sendo diversas de um para outro ramo de actividade impõem soluções diferentes que às Corporações, como órgãos autónomos no que à sua esfera respeita, compete escolher.

Desemprego tecnológico «lato sensu»

36. O desemprego tecnológico «lato sensu» já apresenta características totalmente diversas e a primeira é a da sua relação indirecta com a mecanização, o que torna difíceis de identificar os casos concretos.

Enquanto no desemprego tecnológico «stricto sensu» não surgem pràticamente dúvidas sobre a natureza da causa do desemprego ([92]), já os casos de desemprego tecnológico «lato sensu» são difíceis de concretizar e muitas vezes será mesmo impossível destrinçar o que é efeito da mecanização da indústria e o que é causado por um desvio da preferência do consumidor. Como o progresso é constante e como é constante a alteração da estrutura dos mercados, aumentam as dificuldades na classificação de um desempregado como desempregado tecnológico «lato sensu» ou como vítima do que chamamos desemprego na profissão.

([92]) Embora no aspecto teórico se possa algumas vezes pôr a questão de saber se o desemprego foi provocado pela máquina que a empresa adquiriu, ou pela concorrência que lhe fizeram as que se modernizaram primeiro.

Considerando todavia que em ambos os casos o desempregado se apresenta com o mesmo aspecto no mercado do trabalho — desempregado de fricção — o que implica a adopção de idênticas providências, não parece de interesse fundamental essa distinção.

Assinalamos como características do desemprego tecnológico «lato sensu» caber a sua responsabilidade ao corpo profissional, no conjunto, e não a uma empresa (como no desemprego tecnológico «stricto sensu») nem ao consumidor (como sucede no desemprego na profissão). Também aqui, quem é directamente beneficiado com as causas que o motivam é, já não a empresa (como no desemprego tecnológico «stricto sensu»), mas o consumidor, que lucra com a diminuição do preço do produto. Finalmente recordamos ainda que pelos motivos que atrás expusemos é legítimo prever neste caso um desemprego de um volume muito maior do que no caso de desemprego tecnológico «stricto sensu».

As medidas que consideramos corresponderem a este desemprego, foram o subsídio de desemprego e a reeducação profissional do trabalhador ou a sua transferência, se for possível.

É a comunidade que recolhe os benefícios da mecanização que provocou este desemprego, como seria ela que sofreria as consequências da diminuição do poder de compra desses desempregados, diminuição que seria susceptível de provocar mais desemprego, por virtude do multiplicador.

Por isso, porque lhe compete e porque lhe convém, é a comunidade que em primeiro lugar deverá suportar os encargos das medidas a tomar.

Também aqui nos não cumpre estudar a solução técnica e decidir se é através do seguro ou do imposto geral que devem ser obtidos os meios para a realizar.

Mas o subsídio não é, de forma alguma, a resolução do problema do desemprego. Ele é apenas um auxílio ao desempregado, auxílio imposto por um dever de caridade e pela necessidade de evitar a propagação dessa doença social, tão contagiosa. Só a colocação do desempregado, a utilização da sua capacidade de trabalho inactiva, constitui a solução do seu caso pessoal e do problema económico.

Se é a comunidade que deverá suportar em primeiro lugar os encargos, não pode a Corporação alhear-se do problema, vistas as

suas responsabilidades no aparecimento desse desemprego, e o seu interesse em sanear o ambiente social do corpo profissional (onde uma massa de desempregados pode ser factor de perturbação) e dado o dever de solidariedade, que é um dos fundamentos morais da Corporação.

Por isso a Corporação tem o dever de coloborar na resolução dos problemas de desemprego que surgem no seu seio, e esse dever é ainda mais estrito quando é o corpo profissional que se encontra na origem desses problemas.

Se pela incerteza do seu volume e da sua duração a Corporação não se encontraria normalmente em condições de poder suportar os encargos dos subsídios ([93]), já a reeducação profissional dos trabalhadores ou a sua transferência podem com muito mais vantagem ser realizadas pela Corporação do que pelo Estado.

A Corporação, sabedora das necessidades de mão-de-obra dos diversos ramos da indústria, dispondo de serviços técnicos apropriados, e constituída por pessoas especializadas, com prática nas actividades económicas, e conhecedoras da psicologia profissional dos trabalhadores, está nas melhores condições para realizar a reeducação profissional do desempregado, a sua adaptação ao trabalho em que tem possibilidade de encontrar colocação; ou de acordar com outra Corporação as modalidades da sua adaptação a outra actividade, se naquela não existem nenhuns ramos com escassez de mão-de-obra.

Portanto, sem delimitar rìgidamente a acção do Estado e da Corporação na luta contra o desemprego tecnológico «lato sensu» em que ambos devem colaborar, cremos poder concluir que, em princípio, competem àquele os encargos do subsídio e a esta a reeducação profissional dos trabalhadores desempregados.

Pelo que ficou dito, consideramos que o problema se apresenta na prática com o mesmo aspecto, quer se trate de desemprego tecnológico «lato sensu», quer se trate de desemprego na

---

([93]) Não concebemos uma Corporação capitalista e supomos que um seguro de desemprego dentro de cada Corporação com possibilidades de suportar riscos tão variáveis como imprevisíveis seria de desaconselhar, dado o volume das reservas que fatalmente imporia.

profissão, pelo que a sua destrinça em cada caso concreto não apresenta interesse para este fim.

Do desemprego geral não temos que nos ocupar neste trabalho, e de resto a sua característica de problema nacional imporá, sempre que se verifique, soluções casuísticas de emergência onde em nome do superior interesse nacional todos podem ser chamados a colaborar, na medida das suas possibilidades, na solução da crise económica e social que ele implica.

CONCLUSÕES

37. Deste estudo, demasiadamente vasto e insuficientemente profundo, queremos tirar uma conclusão que resuma as observações feitas.

É que os efeitos do progresso técnico sobre o emprego são diferentes conforme se estudem em longo ou curto período, conforme se considerem no plano geral, ou ao nível da oficina.

Em longo período o progresso técnico aumenta os empregos, em curto período pode contudo reduzi-los; no plano geral o progresso técnico não gera desemprego, mas no plano da empresa ou da oficina pode causá-lo.

Por isso, nos casos extremos — os efeitos do progresso técnico observados em longo período e no plano geral, ou então vistos em curto período e no plano da oficina — não tivemos dúvidas em ser peremptórios: não existe desemprego tecnológico «stricto sensu» inerente ao progresso técnico.

Já na vasta zona dos planos intermédios, nessa zona cinzenta em que o problema se põe não ainda no plano geral, mas não já no plano da empresa que se mecanizou, antes noutra ou noutras; nessa zona em que os efeitos do progresso técnico não são observados imediatamente, mas o são a breve trecho, adoptámos uma posição menos afirmativa ao considerar o que chamámos desemprego tecnológico «lato sensu» e ao negar a legitimidade de o considerar verdadeiro desemprego tecnológico.

Quanto mais decorre o tempo, quanto mais nos elevamos do particular ao geral, tanto mais se apagam os efeitos nocivos do

progresso técnico sobre o emprego, tanto mais avultam os benefícios da sua acção.

Aos homens com responsabilidades no campo económico e social cumpre tomar as providências para que esse benefício geral futuro do progresso técnico se consiga, e para que os problemas particulares que, de momento, esse progresso levanta sejam resolvidos de forma a reduzir ao mínimo os sacrifícios que ele impõe a alguns.

Se o preço do bem comum futuro é o sacrifício actual de alguns bens particulares, estudemos a forma de reduzir e de compensar esses sacrifícios de modo que o custo do progresso se dilua pela comunidade e não pese apenas nuns poucos.

É isso que julgamos que a Corporação pode e deve fazer melhor que ninguém, e foi o que pretendemos demonstrar.

Se apesar das deficiências desta exposição o leitor se convenceu, alcançámos o nosso objectivo; se não o conseguimos, as Corporações terão que aguardar quem, melhor do que nós, defenda as suas virtudes neste campo.

RÉSUMÉ

L'Auteur commence son article par la définition de chômage technologique, et fait la distinction entre trois sortes de chômages: le «stricto sensu» qui provient de la substitution d'un ouvrier par une machine; le chômage «lato sensu» considéré très souvent par erreur comme étant le «chômage technologique» et concernant le cas du renvoi des ouvriers d'une entreprise en conséquence du progrès technique des concurrents qui se sont mécanizés et qui ont mené les entreprises en question à la faillite ou à subir une grave crise; finalement, le chômage «generali sensu» qu'on croyat résulter nécessairement du progrès technique en raison du travail humain épargné par les machines.

On essaie de démontrer que le vrai chômage technologique n'existe pratiquement pas, n'a jamais existé, mais qu'il est nécessaire qu'il existe car il est une nécessité du progrès technique. Il est également nécessaire que soient résolus les problèmes qu'il soulève.

Ensuite il fait un exposé sur les raisons pour lesquelles il croit que les classifications habituelles ne sont pas basées sur un critère, et il systématise les classifications tout en établissant des rapports entre elles.

L'Auteur analyse alors les responsabilités du corps professionnel dans

chaque classe de chômeurs et la mesure dans laquelle la Corporation peut représenter une solution.

Ainsi, il limite son étude qui a trait seulement au chômage techonologique et aux mesures qui concernent directement et immédiatement le chômage. Il soulève les problèmes qui se posent dans le domaine de l'emploi et dûs au progrès technique, et fait la distinction entre les effets de celui-ci à courte et à longue échéance.

Les théories, c'est à dire, les points de vue libéral, de plein emploi et corporatif, sont cités ensuite en ce qui concerne le chômage pendant une longue période. L'Auteur étudie également les problèmes qui proviennent du chômage technologique à courte échéance et sa tendence à evoluer d'un chômage technologique «stricto sensu» — c'est à dire, transitoire — vers un chômage technologique «lato sensu» e, par conséquent, de friction.

En conclusion, l'Auteur estime que, si pendant une longue période le progrès technique augmente les possibilités d'emplois, en période courte il peut les réduire; et que si sur le plan général le progrès technique ne crée pas de chômage, sur le plan de l'entreprise il le peut cependant.

Si le sacrifice actuel de quelques biens privés est le prix d'un bien-être futur, il est nécessaire d'étudier la façon de réduire et de compenser ces sacrifices. Ainsi le prix de ce progrès sera partagé par la communauté, et ne pèsera pas seulement sur quelques uns.

Pour terminer, il étudie les solutions les mieux adaptées aux différents types de chômage, et le rôle que la Corporation doit jouer quand on envisage ces solutions. Il conclut en soutenant le point de vue que c'est au sein de la Corporation qu'on peut mener une politique plus éfficace tendant à augmenter la propension à consommer, à promouvoir le progrès technique et à diviser équitativement les fruits de ce progrès avec les consommateurs, les capitalistes et les ouvriers.

En ce qui concerne ces derniers, l'action de la Corporation devra varier selon le type de chômage technologique; dans le cas du chômage technologique «stricto sensu», la Corporation doit assurer au chômeur une allocation égale à la valeur de son salaire, et tâcher de le rééduquer du point de vue professionnel, de façon à lui permettre de trouver un nouvel emploi dans un court délai et sans subir de grosses pertes matérielles; quant au chômage technologique «lato sensu», l'action de la Corporation doit être limitée à la rééducation professionnelle des chômeurs, et tacher de leur trouver du travail et à s'occuper à les transférer dans une autre région où il leur sera possible de trouver un emploi. C'est du ressort de l'Etat l'application d'autres mesures telles que concéder des allocations de chômage.

SUMMARY

The Author begins with the definition of technological unemployment, stating that three concepts can be distinguished: first the techonological unemployment «stricto sensu» wich is due to the substitution of the worker

by a machine; second, the technological unemployment «lato sensu» wrongly considered to be the only technological unemployment resulting from the dismissal of workers from a given enterprise wich became bankrupt or which underwent a serious crisis due to the technical progress of its competitors; finally the technological unemployment «generali sensu» which was thought to be the necessary result of technical progress, because of the amount of human labour done by machines.

The Author tries to show us that a true technological unemployment is practically non-existent, never existed, but that it is necessary tha it should exist, because it is a need arising from technical progress. It is also necessary to solve the problems it originates.

He then points out the reasons why he thinks that the usual classifications are not based on a criterion, systematizes classifications and establishes the relationship between them.

Furthermore, the Author studies the responsabilities of the professional class in each unemployment level, and the way Corporations can contribute towards finding a proper solution.

In his opinion this study is a limited one, because it should deal only with technological unemployment and the measures which are directly and immediatly related with it.

The problems in employment which are the result of technical progress are then analized in two categories: those which have long range and those which have short range effects.

In connection with this, he mentions some theories, or that is to say, some points of view: the liberal, the full employment, the corporative point of view, in long range unemployment. He also studies the problems arising from unemployment during a short period and its tendency to evoluate from an unemployment «stricto sensu» — therefore temporary — to a «lato sensu» one, that is to say a frictional technological unemployment.

He then draws the conclusion that if during a long period technical progress increases employment possibilities, it can reduce them during a short one; moreover, if on a general level technical progress does not create unemployment, it can do so as far as entreprises are concerned.

If the sacrifice of some private well-being is the price that has to be paid for future common good, then the way of reducing and compensating these sacrifices should be studied in order do divide the price of progress among the community instead of letting it bear on a few.

The Author finally studies the solutions which are better adapted to different types of unemployment as well as the role the Corporation should play in this matter. He draws the conclusion that a Corporation is the most effective mean to carry out a policy in view of increasing consumption and promoting investment.

This policy would equally promote technical progress the results of which would be equitatively divided among consummers capitalists and workers.

The task of the Corporation should vary according to the type of technological unemployment; thus in the case of technological unemployment «stricto sensu» the Corporation should assure the person who is employed a subsidy which equals his salary and re-educate him professionally so as to enable him to find another job as quickly as possible without much material loss; with regard to technological unemployment «lato sensu» the Corporation should confine its task to the professional re-education of people out of work, help them in finding another job and, if necessary, transferring them to another region or activity where they could possibly be useful. It is the State who has the duty of applying other measures, such as the grant of unemployment funds.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DOUTOR ÁGUEDO DE OLIVEIRA
Portugal Perante as Tendências de Economia Mundial
Lisboa — 1947

ANGELOUS ANGELOPOULOS
Planisme et Progrès Social
Paris — 1953

FERNAND BAUDHOUIN
Chômage et Machinisme
Bruxelles — 1932

DANIEL BELLET
Les marveilles de la Nature et de l'Industrie
Paris — 1911

MENTOR BOUNIATAN
Dépression, Progrès Technique et Dévaluation
Paris — 1935

CONNAN — *The Problem of Unemployment*
Londres — 1930

STUART CHASE
The Promise of Power
New-York — 1933

COLIN CLARK
The Conditions of Economic Progress
London — 1957
—— *The Economics of 1960*
London — 1942
—— *National Income and Outlay*
London — 1938

HENRI COHN
Le Chômage Technologique
Bruxelles — 1934

HENRI DECUZIS
Le Destin des Races Blanches
Paris — 1936

E. Dupreel
La Valeur du Progrès
Bruxelles — 1928

Henry Ford
Aujourd'hui et Demain
Paris — 1926
—— *My Life and Work*
London — 1932
—— *My Philosophy of Industry*
New-York — 1929
—— *Le Progrès*
Paris — 1930

Jean Fourastié
La civilisation de 1975
Paris — 1957
—— *Le Grand Espoir du XXème Siècle*
Progrès Technique, Progrès Économique, Progrès Social
Paris — 1950
—— *Machinisme et Bien-Être*
Paris — 1951
—— *La Produtivité*
Paris — 1952

T. E. Gregory
Rationalisation and Technological Unemployment
London — 1930

Georges Ives
Obstacles to Human Progress
London — 1939

John Maynard Keynes
Autarchia Economica
Torino — 1936
—— *Essais de Persuasion*
Paris — 1933
—— *La Fine del Lasciare-Fare*
Torino — 1936
—— *The General Theory of Employment, Interest and Money*
London — 1942

Millis and Montgomery
Labor's Progress and Some Basic Labor Problems
New-York — 1938

Henry A. Millis and E. Montgomery
Labor's Risks and Social Insurance
New-York — 1938

S. Howard Patterson
Social Aspects of Industry
New-York — 1943

Florence Peterson
Survey of Labor Economics
New-York — 1947

Arthur Cecil Pigou
The Economics of Welfare
MacMillan — London — 1929

Loyd G. Reynolds
Labor Economics and Labor Relations
New-York — 1950

Ricardo
Principles of Political Economy and Taxation

Wilhelm Röpke
Explication Economique du Monde Moderne
Paris — 1951

Maxime Schühl
Machinisme et Philosophie
Paris — 1947

André Siegfried
L'Âme des Peuples
Paris — 1950
—— *La Crise de l'Europe*
Paris — 1935

David Weintraub
The displacement of workers through increases in efficiency and their absorption by industry, in «Journal of the American Statistical Association» — Vol. XXVII — Dec. 1932

Ferdinand Zweig
Economics and Technology
London — 1936

Bureau International du Travail
La Lutte contre le Chômage
Genève — 1950

Comité d'Étude des Problèmes de la Dénatalité en Belgique
Le Vieillissement de la Population Belge et le Péril de la Dénatalité
Déc. 1952

Confédération des Syndicats Chrétiens
Bulletin Mensuel n° 10 — Outubro, 1953
—— *Le Chômage* — Déc. 1953
—— *Prospérité et Politique d'Emploi*
Bruxelles — Déc. 1953

RAPPORT DU CONSEIL D'ADMINISTRATION DE LA SOFINA
à l'Assemblée des Actionnaires en 1932

LES PROBLÈMES DU CHÔMAGE ET DE L'INFLATION — 1950-1951
*Analyse des réponses faites par les gouvernements aux questionnaires de l'*Organisation des Nations Unies

ÍNDICE

PALAVRAS PRÉVIAS 5

INTRODUÇÃO

1. Preâmbulo 7
2. O Desemprego Tecnológico no passado, no presente e no futuro ... 9
3. Política de Desemprego Tecnológico 17

1

CLASSIFICAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE DESEMPREGO

4. Necessidade de classificar 19
5. Classificações habituais 20
6. Classificações que adoptamos — sua justificação 22
7. Relações entre as classificações que adoptamos 23

II

A POSIÇÃO DA CORPORAÇÃO E DO CORPO PROFISSIONAL PERANTE OS DIVERSOS TIPOS DE DESEMPREGO CLASSIFICADOS

8. Objectivos deste capítulo 26
9. A — Desemprego Tecnológico «stricto sensu» 26
10. B — Desemprego Tecnológico «lato sensu» 29
11. C — Desemprego na Profissão 33
12. D — Desemprego Geral 34

III

LIMITE DO ESTUDO

13. Limite do estudo ao Desemprego Tecnológico com particular atenção para o Desemprego Tecnológico «stricto sensu» 35
14. Limite do estudo aos problemas do Desemprego Tecnológico com interesse para a Corporação 36

IV

EQUACIONAÇÃO DOS PROBLEMAS DE DESEMPREGO TECNOLÓGICO

15. A influência do progresso técnico na empresa 37
16. O Desemprego Tecnológico em longo período 48
17. A — Teoria Clássica 49
18. B — Doutrina do Pleno Emprego 54
19. C — Política Corporativa 58
20. O Desemprego Tecnológico de curta duração 62
21. A — Desemprego Tecnológico «stricto sensu» 62
22. B — Desemprego Tecnológico «lato sensu» 66
23. C — Conclusões 70

V

SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS DO DESEMPREGO TECNOLÓGICO

24. Considerações gerais 80
25. A — Soluções a considerar 80
26. 1 — Diminuição das Horas de Trabalho 81
27. 2 — Subsídios de Desemprego 85
28. 3 — Subsídios de Colocação 87
29. 4 — Reeducação Profissional 88
30. 5 — Deslocação da Mão-de-Obra 88
31. B — Resoluções a adoptar para os diversos Tipos de Desemprego Tecnológico 92
32. Desemprego Tecnológico «stricto sensu» 97
33. Desemprego Tecnológico «lato sensu» 98
34. C — Participação da Corporação nas resoluções a adoptar 106
35. Desemprego Tecnológico «stricto sensu» 106
36. Desemprego Tecnológico «lato sensu» 107
37. Conclusões 110

COMP. E IMP.: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA.